



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

**DIZERES SOBRE CORRUPÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA:  
UMA LEITURA DISCURSIVA**

Sidnay Fernandes dos Santos

SÃO CARLOS

2010



Universidade Federal de São Carlos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**DIZERES SOBRE CORRUPÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA:  
UMA LEITURA DISCURSIVA**

**Sidnay Fernandes dos Santos**

São Carlos – SP

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**DIZERES SOBRE CORRUPÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA:  
UMA LEITURA DISCURSIVA**

**Sidnay Fernandes dos Santos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

São Carlos - SP  
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S237ds

Santos, Sidnay Fernandes dos.

Dizeres sobre corrupção na mídia impressa brasileira :  
uma leitura discursiva / Sidnay Fernandes dos Santos. --  
São Carlos : UFSCar, 2010.

120 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2010.

1. Análise do discurso. 2. Escrita midiática. 3. Memória. 4.  
Polêmica discursiva. 5. Corrupção. I. Título.

CDD: 401.41 (20<sup>a</sup>)

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

Profa. Dra. Mônica Graciele Zoppi Fontana

Profa. Dra. Mônica Baltazar Diniz Signori



Handwritten signatures of the examiners, corresponding to the names listed on the left. The signatures are written in blue ink on a white background with horizontal lines.

*O arquivo não é um simples material de onde se extraem fatos de maneira referencial; ele participa sobretudo de um gesto de leitura no qual se atualizam as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados atestados. Aliás, o arquivo de uma época não é nunca descritível na sua totalidade, ele se dá a ler por fragmentos: sua descrição é sempre aberta, ainda que a frase historiográfica se esforce em fechá-lo.*

Jacques Guilhaumou

A meus pais, Clemente (*in memoriam*) e Senhorinha, por terem me ensinado, pelo exemplo, o valor das virtudes.

A Junior, meu grande companheiro, por todos os nossos planos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, força e luz do meu caminho.

À minha família, pelo amor. Aos meus pais, pelo imenso orgulho que sinto deles. Ao meu marido, pelo incentivo constante, pela compreensão e por nossa felicidade. Às minhas irmãs, pelo apoio irrestrito em todos os momentos. Aos meus sobrinhos, pela esperança. Aos meus cunhados, pelos mais diversos auxílios. À Lôra, pelo cuidado e atenção.

Ao meu orientador, Roberto Baronas, por ter me acolhido e acreditado nesta pesquisa. Pela competente orientação, ao indicar com firmeza os caminhos e ao respeitar minhas (in) decisões; pelas possibilidades acadêmicas e projetos futuros. Enfim, pela honra de tê-lo como orientador e amigo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar, em especial àqueles que foram meus mestres: Roberto Baronas, Vanice Sargentini, Valdemir Miotello, Soeli Schreiber, por tantas inquietações teóricas e pelo maravilhoso convívio.

Aos professores Sírio Possenti e Vanice Sargentini, pelas valiosíssimas contribuições no exame de qualificação.

Às professoras Mônica Zoppi-Fontana e Mônica Baltazar Diniz Signori, pela leitura e dedicação a esta dissertação na banca de defesa.

A todos os colegas da pós-graduação, pelos momentos tão agradáveis, pelas conversas não só acadêmicas e pelos desafios que superamos. À Sandra, Milena, Lígia, Mariúcha, Luciana Carmona, Marília, Luciana Montanheiro, André, Ana, Lucas, Aline, Gisele, Tânia e Marcos.

Aos amigos do Grupo de Estudos em Ramificações Conceituais da Análise do Discurso (GERCAD), pelas leituras, discussões e trocas de experiências.

Às amigas Gestine, Alessandra, Marcela, Iasmin, por terem me ajudado em momentos difíceis e por tornarem minha estada em São Carlos mais feliz.

Aos amigos de Caetité-BA, por me ouvirem e por me ajudarem de diversas formas.

Aos amigos da Universidade do Estado da Bahia, com os quais tanto aprendo.

À professora Sigrid Rochele Magalhães, diretora do Departamento de Ciências Humanas – Campus VI/Caetité, pelo incentivo sempre presente em tuas palavras e atitudes.

À professora Maria Belma Gumes, pelo apoio na revisão final do texto.

A Nani, secretária do PPGL, pelo comprometimento.

A todos, a minha mais sincera gratidão.



## RESUMO

Esta pesquisa consiste em investigar como os sentidos sobre corrupção são constituídos, formulados e dados a circular na mídia impressa brasileira com base no aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso de tradição francesa. Nosso arquivo, configurado em torno do acontecimento discursivo o *escândalo dos cartões corporativos do governo federal brasileiro*, constitui-se de textos jornalísticos publicados nas revistas *Veja* e *CartaCapital* no período de janeiro a junho de 2008. Com circulação intensa na mídia brasileira, os acontecimentos em torno das supostas irregularidades dos cartões de crédito inserem-se numa rede interdiscursiva que abarca vários desdobramentos, nos quais fatos passados são reativados e historicizados em estreito diálogo com a narração dos fatos presentes. Procuramos verificar o funcionamento do discurso jornalístico na construção da história do tempo presente, a partir de alguns episódios do escândalo político dos cartões corporativos. Nessa perspectiva, analisamos como a memória é atualizada, observando os já-ditos que são apagados e os que são retomados pelas instituições midiáticas. Analisamos também, com base na noção de polêmica discursiva, como o discurso Outro se apresenta em forma de simulacro. Para desenvolvermos tais análises, delimitamos um espaço discursivo constituído de duas formações discursivas que denominamos FD de centro-direita e FD de centro-esquerda, no interior das quais posicionamentos antagônicos travam uma disputa pela escrita da história, pela estabilização de determinados sentidos e, por conseguinte, pela memória. Considerando os três episódios que elegemos para analisar - fase das primeiras denúncias, instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e elaboração (ou não) de dossiê -, constatamos que *Veja* produz efeitos de sentidos que atribuem grandiosidade às irregularidades no uso dos cartões corporativos no Governo Lula, aproximando-as de um grande esquema de corrupção, e que *CartaCapital* produz efeitos de sentido que distanciam tais irregularidades de atitudes corruptas e comprometedoras.

**Palavras-chave:** discurso; escrita midiática; memória; polêmica; corrupção.

## RESUMÉ

Cette recherche a pour but d'analyser la construction et la formulation des sens du terme *corruption* circulant dans les médias brésiliens, en utilisant comme base, le cadre théorique méthodologique de l'Analyse du Discours de tradition française. Notre archive, configurée autour de l'évènement discursif du « scandale des cartes de crédits corporatives du gouvernement fédéral brésilien », est constituée de reportages publiés dans les hebdomadaires *Veja* et *CartaCapital* entre janvier et juin 2008. Au travers de leur diffusion intense dans les médias brésiliens, les événements autour des irrégularités supposées de ces cartes de crédit s'insèrent dans un réseau interdiscursif couvrant de nombreux développements, au sein desquels des faits du passé sont repris et replacés dans un contexte historique, en dialogue étroit avec la narration des faits actuels. Cette étude a pour objet de vérifier le fonctionnement du discours journalistique dans la construction de l'histoire actuelle, à partir de quelques épisodes du scandale politique des cartes de crédit corporatives. Dans cette perspective, nous analysons la façon dont la mémoire est actualisée, en observant les éléments publiés antérieurement « effacés » et ceux qui sont récupérés par les institutions médiatiques. Nous analysons également, sur base de la notion de polémique discursive, la manière selon laquelle le discours « Autre » se présente sous forme de simulacre. Pour développer de telles analyses, nous délimitons un espace discursif constitué de deux formations discursives dénommées FD de centre-droit et FD de centre-gauche, à l'intérieur desquelles des positionnements antagonistes livrent une bataille pour la rédaction de l'histoire, pour la stabilisation de sens déterminés et, par conséquent, pour la mémoire. En considérant les trois épisodes sélectionnés pour notre recherche – la phase des premières dénonciations, la mise en place de la Commission Parlementaire d'Investigation et l'élaboration (ou pas) du dossier – on constate que *Veja* produit des effets de sens attribuant une grande ampleur aux irrégularités d'utilisation des cartes de crédit corporatives au sein du Gouvernement Lula, ce qui les apparente à un grand schéma de corruption et que *CartaCapital* donne des effets de sens qui distancient ces irrégularités d'attitudes corrompues ou compromettantes.

**Mots-clés** : discours, écriture médiatique, mémoire, polémique, corruption.

# SUMÁRIO

<b>PRIMEIRAS PALAVRAS</b>	12
O acontecimento discursivo e a pesquisa: iniciando o percurso	12
Procedimentos metodológicos	14
Nosso trajeto	17
<b>1 DELIMITAÇÕES TEÓRICAS: A(S) ANÁLISE(S) DO DISCURSO</b>	19
1.1 Entre constituição e (des) construções teórico-metodológicas	20
1.2 A História na Análise do Discurso	33
1.2.1 Articulação entre discurso e história	33
1.2.2 Operação historiográfica e discurso midiático	37
1.2.2.1 Discurso jornalístico: o real pelas veias do simbólico	39
1.2.2.2 A escrita jornalística: historicizar e acontecer	41
1.3 Teoria do discurso na perspectiva de Maingueneau	43
<b>2 MEMÓRIA EM VEJA E CARTACAPITAL: A HISTÓRIA QUE SE CONTA</b>	50
2.1 Primeira cena: atos de denúncias	51
2.1.1 A corrupção em <i>Veja</i> : jogos de apagamentos e retomadas	52
2.1.1.1 Os sujeitos enunciadores: uma breve interlocução	52
2.1.1.2 Memória: relações entre passado, presente e futuro	57
2.1.1.3 Corrupção só no Governo Lula?	63
2.1.2 A corrupção em <i>CartaCapital</i> : jogos de explicações e insinuações	64
2.1.2.1 Resposta à “mídia tucano-udenista”?	64
2.1.2.2. Governo Lula: maior transparência?	65
2.1.3 O espaço discursivo: FD de centro-direita <i>versus</i> FD de centro-esquerda	68
2.2 No palco uma CPI: um acontecimento de (não) acontecer	69
2.2.1 Discurso em <i>CartaCapital</i> : por que enunciar “CPI da Tapioca”?	70
2.2.2 Discurso em <i>Veja</i> : por que não enunciar “CPI da Tapioca”?	74
2.2.3 O episódio do sorvete de tapioca	79
2.2.4 Preliminares considerações: formulações e formações discursivas em disputa pela memória	80

<b>3 POLÊMICA DISCURSIVA EM VEJA E CARTACAPITAL</b>	85
3.1 Polêmica discursiva em <i>Veja</i>	87
3.2 Polêmica discursiva em <i>CartaCapital</i>	100
3.3 O simulacro do outro no mesmo: uma questão de FD	106
<b>CONCLUSÃO</b>	109
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	115

## PRIMEIRAS PALAVRAS

*Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível.*  
Michel Foucault

### **O acontecimento discursivo e a nossa pesquisa: iniciando o percurso**

Na edição de 23 de janeiro de 2008, *Veja* coloca em circulação, sob o título *Crédito ou débito?*, um texto de apenas uma página no qual denuncia a então ministra que comandava a Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro. A ministra é acusada de ter usado o cartão de crédito do governo federal para pagar despesas pessoais.

Esse acontecimento discursivo teve grande repercussão na mídia jornalística brasileira e ocasionou ainda muitos outros desdobramentos que permaneceram no centro dos holofotes da imprensa durante aproximadamente quatro meses. Assim, do final de janeiro de 2008 ao início de junho do mesmo ano, quando os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos Cartões – foram encerrados, uma série de acontecimentos em torno de corrupção via cartões corporativos de ministros e funcionários do governo federal circulou intensamente na mídia brasileira.

Incomodados pelos constantes escândalos políticos que, desde tempos bem remotos, permeiam o imaginário dos brasileiros e figuram entre as principais manchetes dos noticiários, sempre refletimos acerca da corrupção envolvendo dinheiro público e, conseqüentemente, acerca da promiscuidade existente entre o setor público e o setor privado que, de certa forma, é um dos fatores determinantes para a permissividade de desvios de conduta de políticos e demais administradores públicos. Mais agravante ainda é que muitos desses políticos – acusados ou não – continuam “merecendo” a credibilidade do povo brasileiro, visto que são legitimados, por intermédio de eleições, a permanecerem no poder. E,

assim, parece ficar mais distante o momento em que o dinheiro público será totalmente usado a serviço da resolução – ou minimização - dos graves problemas sociais e econômicos que afetam todos os brasileiros.

Tendo em vista tais observações, aspirações profissionais, naturalmente, se estabeleceram e incidiram sobre nossa vontade de analisar o funcionamento da linguagem nos discursos que se prestam a significar tais escândalos. A força que o discurso midiático possui na contemporaneidade e, em especial, a constatação de que o discurso jornalístico, legitimado na sociedade por produzir a “verdade” amparada no poder, também escreve a história e, acima de tudo, o faz pela disputa da memória, sintetizam as cruciais motivações que nos direcionaram a escrever esta dissertação.

E, assim, motivados por investigar como os sentidos sobre corrupção são constituídos, formulados e dados a circular na mídia impressa brasileira<sup>1</sup>, selecionamos o acontecimento escândalo dos cartões corporativos não apenas pela proporção de discursos circulados na rede midiática, mas também porque tal acontecimento traz para o debate modos diversos de conceber a corrupção e, com isso, os discursos materializam-se inscritos na ordem de polarização política - situação e oposição - que vigora na esfera federal brasileira.

Uma vez que nos centramos nesse acontecimento por assim o percebermos, optamos pelas revistas semanais *Veja* e *CartaCapital*. Tal escolha justifica-se pelo fato de essas revistas representarem, dentre o jornalismo impresso no Brasil, dois posicionamentos discursivos antagônicos. Escolhemos ainda tais instituições jornalísticas porque constatamos que elas, em muitas ocasiões languageiras, polemizam entre si. Em muitos textos, principalmente em *CartaCapital*, a instituição midiática *Veja*, com a qual sujeitos enunciadore dialogam, aparece como um discurso outro.

Nessa perspectiva, amparados no referencial teórico-analítico da Análise do Discurso de tradição francesa, produzimos nosso gesto de interpretação. Embora seja apenas

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte das pesquisas que estão em desenvolvimento no Grupo de Estudos em Ramificações Conceituais da Análise do Discurso – GERCAD – coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas. O Grupo, sediado no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, congregando pesquisadores nos mais diversos níveis (graduação, pós-graduação) tanto da UFSCAR quanto da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e da Universidade do Estado da Bahia -UNEB, tem como seus principais objetivos: discutir os deslocamentos epistemológicos e metodológicos produzidos por autores brasileiros e franceses no domínio da Análise do Discurso de orientação francesa do final dos anos oitenta até os dias atuais; verificar em que medida os deslocamentos epistemológicos e metodológicos podem ser aplicados a diferentes *corpora* de diferentes geografias e fazer uma descrição/interpretação da escrita da história languageira dos conceitos da Análise do Discurso de orientação francesa tanto na geografia francesa quanto na brasileira. Para tanto são mobilizados os trabalhos de Michel Pêcheux, Michel Foucault, Eni Orlandi, Dominique Maingueneau, Simone Bonnafous, Sophie Moirand, Alice Krieg-Planque, Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier, Jean-Jacques Courtine e Jacqueline Authier-Revuz.

um dos gestos possíveis entre tantos outros, tal gesto foi mobilizado com o objetivo de contribuir. Os discursos que circulam na contemporaneidade exigem um olhar científico; a linguagem, concebida como um espaço que se materializa pela constituição de sujeitos sócio-históricos, demanda interpretação. E a mídia, que representa, mais do que nunca, um lugar central de constituição, formulação e circulação de discursividades, estampa um convite aos analistas de discurso. Aceitamos, pois, o convite e nos aventuramos por um, dentre os múltiplos caminhos que a Análise do Discurso possibilita.

Para darmos conta do objetivo desta pesquisa, buscamos possíveis respostas para vários questionamentos que se impuseram e nos direcionaram: Como a memória discursiva é atualizada em *Veja* e *CartaCapital*? Que já-ditos são retomados e quais são apagados? Como os simulacros do discurso Outro são materializados? Em que medida as formulações enunciativas se inscrevem em uma determinada formação discursiva?

Desafios não nos faltaram. Ainda bem. Todavia, ao tentarmos vencer tais desafios, outros surgiram. Estes últimos recaíram sobre as denominações utilizadas para caracterizar os acontecimentos discursivos que deram a circular as atitudes de ministros e funcionários denunciados por conta do escândalo dos cartões de crédito do governo federal. Assim, as fórmulas variantes “corrupção”, “mau uso”, “uso indevido”, “abusos” e “irregularidades” recheiam os discursos e implicam, como hipótese nossa, que o vocábulo “corrupção”, nas materialidades discursivas das instituições midiáticas em foco e, por extensão, nos discursos de políticos citados, não significa simplesmente desvio de dinheiro público, mas sim desvio de grande valor do dinheiro público.

## **Procedimentos metodológicos**

Como esta pesquisa se enquadra no campo teórico da Análise do Discurso, realizamos nosso trabalho tendo em vista que a análise já se inicia a partir da constituição do *corpus* e este se organiza a partir do material e da(s) pergunta(s) do analista. Para Charaudeau e Maingueneau (2004) é o próprio *corpus* que, de fato, define o objeto de pesquisa.

Para a elaboração desta dissertação, selecionamos, portanto, todas as reportagens e respectivas cartas de leitores veiculadas em *Veja* e *CartaCapital* que tratam do caso dos cartões corporativos desde final de janeiro a início de junho de 2008. Após a primeira leitura desse arquivo verbo-visual, procuramos, conforme postula Orlandi (1999),

passar da superfície linguística ao objeto discursivo e, com esse tratamento primeiro e ainda superficial, constatamos que quatro episódios – desenrolados desde o momento das denúncias - garantiram à trama narrativa auge de audiência no noticiário brasileiro durante esse período.

Primeiramente, no final de janeiro e início de fevereiro de 2008, as denúncias; depois, as discussões acerca da instalação da CPI e, posteriormente, o caso do dossiê. Por fim, o encerramento dos trabalhos da CPI no início de junho desse ano. Como esses episódios se alongaram por vários capítulos, nosso arquivo é relativamente extenso.

Assim, após o primeiro tratamento do arquivo, decidimos trabalhar a partir de um *trajeto temático*, conforme conceituação de Jacques Guilhaumou (1994). O tema corrupção nos governos FHC e Lula discursivizado no âmbito do escândalo sobre os cartões corporativos direciona, então, a seleção de feixes de enunciados que organizamos a partir dos desdobramentos já mencionados do acontecimento em pauta.

Nessa perspectiva, consideramos o que diz Sargentini (2008, p. 215-22). A autora, ao considerar a leitura do *corpus* a partir de um trajeto temático no arquivo, defende, em conformidade com as posturas teórico-metodológicas contemporâneas da Análise do Discurso, que o *corpus* não deve ser constituído a priori, mas deve sim estar vinculado à noção de arquivo e este configurado “a partir de um tema, de um conceito, enfim de um acontecimento”.

Guilhaumou (2009) observa que a incorporação do arquivo, durante os anos 1980, tornou mais complexa a investigação científica e muitas análises careciam mesmo de ferramentas linguísticas adequadas. Demandando, pois, a necessidade de atualização teórico-metodológica, o autor diz ser preciso, no âmbito de descrever/interpretar as configurações de arquivo, “isolar em seu interior um conjunto de enunciados com base em critérios lexicais, sintáticos ou enunciativos e de constituir, assim, um momento de *corpus* susceptível de uma abordagem lingüística refinada.” (p. 29-30) <sup>2</sup>

Nesse sentido, e em conformidade com o dispositivo analítico da Análise do Discurso, estabelecemos o critério lexical para seleção dos enunciados linguísticos e imagéticos de nosso arquivo. Tal critério determinou nossa inserção profunda no campo investigativo que ora apresentamos.

E, para desenvolvermos tal procedimento, procuramos adaptar à nossa pesquisa a noção de fórmula desenvolvida por Alice Krieg-Planque (2009) a partir dos estudos de Jean-

---

<sup>2</sup> No corpo do texto, optamos por uma escrita de acordo com as novas normas da ortografia portuguesa. Todavia, nas citações, optamos por manter a escrita original dos autores.



Pierre Faye, Pierre Fiala e Marianne Ebel. Faye caracteriza fórmulas como enunciados que definem o núcleo regulador de um campo ideológico. Já Fiala e Ebel partem dos estudos de Faye, mas insistem no fato de que uma fórmula é um referente social e, considerando a distinção entre enunciados “de re” e enunciados “de dicto”, trabalham com a noção de fórmula em estreita relação com os enunciados de dizer. Krieg-Planque, por sua vez, define fórmula como um *conjunto de variantes*, ressaltando, no entanto, que, para uma sequência verbal se tornar uma fórmula, sua referência deve ser discursiva e não “mundana”.

Tanto no episódio da CPI quanto no caso do dossiê, um número razoável de variantes lexicais emerge nas páginas das revistas. Na caracterização geral do caso dos cartões, as variantes oscilam por diversas vertentes. E isso depende do que “realmente” aconteceu? Foi mau uso, abuso, irregularidade ou corrupção? Não acreditamos que o fator determinante para se usar uma ou outra variante seja a “realidade”, mas sim a maneira de conceber, de significar, de atribuir sentidos, ou melhor, de discursivizar fatos.

Guilhaumou (2009, p. 26-7) aponta afinidades teórico-metodológicas entre Jean-Pierre Faye e Michel Foucault. O primeiro - com sua concepção de fórmula - e o segundo - com a sua definição de saber como aquilo que se pode falar em uma prática discursiva:

esforçam-se para ‘fazer aparecer o arquivo no momento mesmo de sua formação’ (1994,II,740), e , assim, reconstituir o entrecruzamento do discurso no processo, na história e no acontecimento, a partir de um *corpus*, certamente indefinido em seus limites, mas no qual pode-se fazer aparecerem conexões estratégicas entre as formações discursivas. (2009, p.27)

Amparados por esses pressupostos teórico-metodológicos, selecionamos os enunciados que constituem nosso *corpus*, entendendo que eles são atestados no interior do arquivo.

E, desta forma, entre singularidade, dispersão, regularidade e heterogeneidade enunciativa, conexões entre formações discursivas se tornaram evidentes para nós. Nesse processo intenso de batimento entre descrição e interpretação, conforme destaca Pêcheux (1983, p. 54), percebemos as distâncias, proximidades e interconexões entre duas formações discursivas – FD de centro-direita e FD de centro-esquerda - que determinam as significações

do vocábulo “corrupção”, bem como as significações de CPI e dossiê, que estão, sobremaneira, imbricadas aos sentidos atribuídos às atitudes “corruptas”, ou melhor, às atitudes de muitos ministros e funcionários do Governo Federal diante do uso dos cartões corporativos.

Centrados assim nos enunciados que dizem a corrupção, averiguamos, a partir das escolhas lexicais, que a negação muito significa. Seleccionamos, portanto, alguns enunciados marcados pelas construções negativas. Assim sendo e também como hipótese nossa, pensamos que os dizeres em torno de “há ou não necessidade de instalar CPI” e de “há ou não dossiê” incidem sobre o dizer “há ou não corrupção”. E como hipótese ainda: para a mídia dar visibilidade ao discurso de afirmação desses fatos, sentidos são construídos em torno de expor corrupção ou desvios de conduta no/do Governo Lula.

Em suma, trabalhamos no constante “ir e vir” entre teoria, consulta ao *corpus* e análise, assim como na simultaneidade dos processos descritivos e interpretativos na perspectiva de buscarmos respostas para as questões que nos propomos investigar.

## **Nosso trajeto**

Esta dissertação está organizada em três capítulos, nos quais percorremos um caminho teórico-analítico no intuito de buscarmos algumas das possíveis respostas para as questões propostas. No primeiro capítulo, discutimos aspectos teóricos que situam nossa pesquisa. Iniciamos com uma abordagem geral de tramas que tecem a história da Análise do Discurso de orientação francesa, com destaque para a constituição e (des)construções desse novo campo do saber. Assim, no final da década de 1960, na França, preocupações com a prática da leitura, discussões acerca do papel da linguística e acirradas transformações políticas estabelecem uma conjuntura intelectual em que língua, sujeito e história se encontram, se fundem e não mais se separam no âmbito teórico da Análise do Discurso. Não só isso. Profundos impactos são também provocados em outras áreas do conhecimento. Mas o foco de nossos estudos, nesse momento, são Michel Pêcheux e seu grupo.

Em seguida, refletimos sobre a inserção da história nos estudos discursivos. E, ao considerarmos a articulação entre discurso e história, tratamos o discurso, na esteira de Michel Foucault, como acontecimento discursivo, e como estrutura e acontecimento na perspectiva de Pêcheux. Recorremos ainda a historiadores filiados à Nova História para

pensarmos na concepção de história trabalhada no interior da Análise do Discurso. Nesse itinerário, lançamos mão da noção de operação historiográfica conforme postulada por De Certeau (1982) e abordamos a relação estabelecida por Pedro Navarro (2004b) entre discurso da história e discurso da mídia. Tais discussões teóricas revelam-se cruciais para tratarmos da escrita da história do tempo presente via jornalismo e, em especial, via discurso jornalístico dos semanários com os quais trabalhamos.

No final deste primeiro capítulo, apresentamos sucintamente sete hipóteses propostas por Dominique Maingueneau (1984) para a construção de uma teoria dos discursos que estabeleça um elo forte entre o histórico e o linguístico pela ótica da interdiscursividade. Dentre tais hipóteses, duas - o primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão - nos interessam diretamente e a elas atribuímos maior atenção.

No segundo capítulo, começamos a analisar nosso *corpus* em liames bem estreitos com as categorias teóricas que sustentam nossa investigação. Desse modo, refletimos, de início, como a memória discursiva é atualizada nas diversas materialidades discursivas, tendo em vista a evidente disputa pela memória “travada” entre *Veja* e *CartaCapital*. Após tratarmos, mais especificamente, do episódio narrativo que denominamos “momento de denúncia”, desenvolvemos a segunda parte deste capítulo, focados nos discursos em torno do nosso segundo episódio, ou seja, “instalação ou não de uma CPI”.

No terceiro capítulo, abordamos o episódio do dossiê e, nesse sentido, analisamos como o discurso Outro se apresenta em forma de simulacro. Essas análises corroboram o que defendemos no capítulo anterior: *Veja* e *CartaCapital* entram, de fato, na arena pela disputa da memória discursiva, pela escrita da história.

A partir desse itinerário que construímos e, encorajados pelos desafios e encant(o)ados pela ordem do discurso acadêmico que, paradoxalmente, produz desordem, desenvolvemos a pesquisa que ora apresentamos.

# I

## **DELIMITAÇÕES TEÓRICAS: A(S) ANÁLISE(S) DO DISCURSO**

*Compreendida entre o real da língua e o real da história, a Análise do discurso não pode ceder nem para um, nem para outro sem cair imediatamente na pior das complacências narcísicas. Seria estranho que os analistas do discurso fossem os últimos a saber da conjunção existente entre a cegueira quanto à história e a surdez quanto à língua que diz respeito a seus objetos e a suas práticas. Já era hora de começar a quebrar os espelhos.*

Michel Pêcheux

Por ser imprescindível para o pesquisador conhecer o percurso histórico e político de sua área de atuação, apresentamos, neste capítulo inicial, um esboço geral de tramas que tecem a história da Análise do Discurso de orientação francesa.

Inicialmente, priorizamos os trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo, que representam o marco inicial desse novo campo de saber. Posteriormente, focamos a figura de Michel Foucault e de historiadores filiados à Nova História, visto que as contribuições destes estudiosos imprimem um novo rumo teórico ao trabalho de Pêcheux e, conseqüentemente, à Análise do Discurso. Nesse momento, ao discutir a articulação entre discurso e história, pensamos também na analogia entre discurso histórico e discurso midiático, uma vez que a escrita jornalística nos interessa diretamente, por constituir nosso material de análise. Por último, destacamos os estudos de Dominique Maingueneau, que se inserem nesse campo científico, marcando-o significativamente.

A Análise do Discurso é realmente muito diversificada e nós traçamos esse percurso com o objetivo de contextualizar nossa pesquisa, bem como oferecer para nossos eventuais leitores um limitado esboço de múltiplas perspectivas teóricas.

Destacamos ainda que acionamos, em nossa análise, apenas alguns pressupostos teóricos dessas diversificadas análises do discurso. No entanto, julgamos oportuno esse percurso não só pela relevância para a formação do analista de discurso, como também pela exigência desse campo teórico que se constitui pelo constante e incansável questionamento de seus pressupostos. A Análise do Discurso não é, assim, uma teoria que sirva simplesmente para analisar um *corpus*, ela se constitui no eterno trabalho desdobrado entre teoria e análise. Nesse eterno trabalho, diálogos com outros campos científicos são estabelecidos, conceitos outros são incorporados e ao analista recai a liberdade de construir seu caminho teórico-analítico.

### **1.1 Entre constituição e (des) construções teórico-metodológicas**

Desde os textos de 1966 e 1968, período em que Pêcheux assina com o pseudônimo de Thomas Herbert, até os dias atuais, a Análise do Discurso se constitui como uma disciplina que surpreende não só pela capacidade de subverter limites estanques a uma teoria científica, mas também pela construção de um referencial teórico consistente que, nas

próprias práticas de análise, é historicizado por reinvenções e reformulações, sem perder, contudo, sua especificidade.

Para Guilhaumou (2009, p.45), a Análise do Discurso “está aberta a todas as espécies de reelaboração, com base na relação empírica do discurso com a realidade, tanto em seus procedimentos quanto em seus horizontes e resultados, ao contrário dos limites inerentes a toda abordagem racionalista”. Por estar, nesse sentido, sempre pronta a refazer seu próprio percurso metodológico, o autor não aprova o esforço atual de alguns analistas do discurso em darem uma coerência disciplinar a essa teoria científica por meio de listagens e definições de categorias gerais.<sup>3</sup>

Por acreditar que esse campo do saber, apesar de sua curta trajetória histórica, já produziu um denso volume teórico e analítico que lhe afiança pilares bem fincados e prontos para novas (re)construções por conta de seu próprio caráter constitutivo, retomamos seu processo de constituição como disciplina a partir de discussões intelectuais e produções que vão delineando algumas nuances de seu percurso histórico.

Denise Maldidier, tendo em vista que a Análise do Discurso não se constitui a partir de uma teoria já pronta, mas a partir de *tateamentos* teóricos e analíticos que se manifestam simultaneamente, dedica-se, em *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, a contar essa singular história e nós nos apoiamos, sobremaneira, na retrospectiva traçada por essa linguista - que conta a história que ajudou a construir – para destacar alguns momentos decisivos dessa trajetória.

Maldidier (1994) atribui aos estudos de Jean Dubois e de Michel Pêcheux o solo que propicia a fundação da Análise do Discurso. Dubois, linguista, lexicólogo reconhecido que participa dos empreendimentos da linguística na década de 1960. Pêcheux, filósofo, nessa época encontra-se envolvido com os debates em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia. Apesar do terreno, da situação e das preocupações distintas de ambos, eles possuem em comum o espaço do marxismo, da política e da linguagem. Dubois e Pêcheux partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, a história e o movimento social.

Dentre as diferenças fundamentais entre as abordagens desses pesquisadores, a autora de *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje* destaca o modo de se posicionarem em relação à teoria. Para Dubois, a Análise do Discurso é pensada na

---

<sup>3</sup> Guilhaumou cita os trabalhos de Catherine Détrie, Paul Siblot e Bertrand Vérine – Termes et concepts pour l'analyse du discours (2001) – e de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau – Dicionário de Análise do Discurso (2004).

perspectiva de continuidade natural da Linguística, o modelo sociológico é inserido a fim de estender a análise linguística à enunciação. Já Pêcheux concebe a Análise do Discurso como uma ruptura epistemológica com a ideologia dominante nas ciências humanas. Para o filósofo, trata-se de criar um novo campo de investigação, e suas preocupações eram a epistemologia, a reformulação da fala saussuriana do *Curso de Linguística Geral*. E, ao propor esse novo campo, sob a égide do discurso e sua articulação entre o linguístico e o histórico, ele interroga a metodologia e apresenta um dispositivo analítico a fim de integrar a análise das condições de produção dos processos discursivos.

Na Escola Normal Superior da rua d'Ulm – lugar de grande efervescência teórica – Pêcheux diploma-se filósofo em 1963 e encontra dois grandes pensadores revolucionários: Althusser e Lacan. Althusser, dedicado à releitura de Marx, e Lacan à de Freud. Também em clima de grande fervor teórico, ocorrem as intensas discussões do Círculo marxista-leninista e do Círculo de epistemologia, das quais Pêcheux participa ativamente. É esse meio que proporciona uma grande ruptura teórica para Pêcheux, direcionando-o a se engajar na política, na história das ciências e na epistemologia.

Imbuídos na crítica da análise de conteúdo e da psicologia social, Pêcheux, Paul Henry e Michel Plon se encontram no Centro Nacional de Pesquisa Científica em 1966. A partir de então, começam a trabalhar juntos e a discutir possibilidades de mudanças para as ciências humanas e sociais.

Os dois artigos: *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social*, de 1966, e *Notas para uma teoria geral das ideologias*, de 1968, que Pêcheux assina com o pseudônimo de Herbert, representam os primeiros passos de constituição da Análise de Discurso, visto que preparam o terreno sobre o qual emerge *Análise Automática do Discurso*. Nesses textos, Pêcheux discute questões referentes ao estabelecimento de uma ciência e de seu respectivo objeto e a consistência de instrumentos e práticas científicas com foco nas ciências sociais. Nessa época (1967, 1968) e já assinando o seu nome, ele escreve *Analyse de contenu et théorie du discours* e *Vers une théorie de l'analyse du discours*, textos nos quais se refere a uma teoria e análise do discurso ao tratar das diferenças entre “Análise de Conteúdo” e “Análise do Discurso”.

Para Silva (2005, p. 289), Pêcheux considera as ciências sociais como extensão das ideologias desenvolvidas em contato com a prática política, cujo instrumento é o discurso. Com essa imagem das ciências sociais e o objetivo de realizar uma reviravolta nesse campo, Pêcheux escolhe o discurso para intervir teoricamente e, na prática, a construção de um dispositivo experimental: a *análise automática do discurso*.

E, assim, em 1969, surge como marco inaugural da Análise do Discurso a obra *Análise Automática do Discurso*. Entre estranhamentos de uns e euforia de outros, tal obra trouxe mais perguntas que respostas. Trouxe, portanto, deslocamentos que marcam a história das Ciências Humanas. Esse livro postula uma teoria do discurso, “enquanto teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, que não será nem o substituto de uma teoria da ideologia nem de uma teoria do inconsciente, mas poderá intervir no campo dessas teorias”. (MALDIDIER, 2003, p. 21)

Constitui-se, então, este novo campo teórico na confluência com outras áreas do saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. E, assim, ao conceber o objeto discurso como o espaço em que se concentram as questões relativas à língua, à história e ao sujeito, Saussure do *Curso de Linguística Geral* (relido por Pêcheux), Marx (relido por Althusser) e Freud (relido por Lacan) são postos em relação.

Conceitos dessas três regiões do conhecimento são tomados emprestados e são reinventados no interior da teoria do discurso. Tais conceitos não são, contudo, incorporados à AD, permanecendo nesse campo de saber como Linguística, Materialismo e Psicanálise. Há um movimento que os diferencia, que os reinventa e é esse movimento que torna a AD, conforme denomina Orlandi (1996, p.23), uma disciplina de entremeio. Esse movimento proporciona interrogar a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, o Materialismo Histórico pela ausência do simbólico e a Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Com essas diversas contribuições, as concepções de linguagem, língua e sujeito precisam ser reconfiguradas e o foco recai sobre o objeto discurso. Para Maldidier (2003, p. 21), o discurso deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito, nem com o texto, mas como um conceito que supera qualquer concepção comunicacional da linguagem.

A noção de discurso construída por Pêcheux não nasce, contudo, com o objetivo de superar a dicotomia saussuriana língua/fala do *Curso de Linguística Geral*. Para ele, o deslocamento feito por Saussure – da função para o funcionamento da língua – é uma irreversível aquisição científica. O “corte saussuriano” refere-se à ideia de a língua ser um sistema. Já a língua que a Análise do Discurso trabalha não é a língua da Linguística, marcada pela transparência, autonomia e imanência, mas sim “a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade



inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito ao avesso, do dentro e fora, da presença e ausência”. (FERREIRA, 2005, p. 17)

Tendo em vista também a forma de intervenção política que representou a irrupção da Análise do Discurso, o deslocamento de língua/fala para língua/discurso representou uma ruptura não só com a Linguística estrutural, mas ainda com as ciências sociais, consideradas ciências positivistas, pois abordavam as noções de língua e sujeito na esteira da estabilidade e da homogeneidade. Diante dessa situação de ruptura a toda uma conjuntura política e epistemológica de sua época, a Análise do Discurso pensa a língua sob o prisma da constituição dos sentidos.

Nessa perspectiva teórica, Pêcheux apresenta o conceito de condições de produção, incorporado do marxismo, numa tentativa de redimensionar, pelo viés de uma teoria social, os elementos da Teoria da Comunicação propostos por Jakobson. E, assim, é o conceito de condições de produção que vai designar a concepção central do discurso determinado por um “exterior” para evocar o que, fora a linguagem, faz com que um discurso seja o tecido histórico-social que o constitui.

Maldidier (2003, p. 24) destaca que a *Análise Automática do Discurso*, mesmo com sua estranheza, é o momento primeiro de um itinerário; momento, contudo, febril de uma construção, pois o essencial já se encontra presente:

O discurso não se dá na evidência desses encadeamentos; é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo. As últimas páginas jogam ao mar, voltando para a questão da leitura, “o princípio da dupla diferença”. Lê-se aí, em uma linguagem ainda frouxa, a idéia do não-dito constitutivo do discurso, a primeira figura, em suma, de um conceito ausente, que dominará toda essa elaboração: o conceito de interdiscurso. (MALDIDIER, 2003, p. 25)

O artigo do número 24 de “Langages” intitulado *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*, publicado em 1971, segundo a autora citada, intervém, pela primeira vez, de forma central no campo da linguística em torno de Saussure e contra a semântica, questionando o que pode a linguística quando se trata do sentido. E, assim, pela primeira vez, se formula uma “verdadeira ideia força”: o sentido, objeto da semântica, excede o âmbito da linguística, ciência da língua. Era o que já pressupunha *Análise*

*Automática do Discurso*, mas esse texto permite interpretar o que estava vazio nessa publicação de 1969.

O conceito de discurso também adquire, nesse artigo, uma base mais firme e a fórmula “As palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” não será tomada como uma banalidade sociolinguística.

Para Malidier (2003), “como um navio incendiário”, Pêcheux apresenta a primeira formulação da teoria do discurso:

As formações ideológicas [...] comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interrelacionadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.” (p. 32.)

O artigo de Althusser *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, publicado na revista *La Pensée* em 1970, marca o trabalho de Pêcheux na virada dos anos 70 e todas as suas reflexões sobre o discurso desembocam no encontro da língua com a ideologia. Mas ainda faltava um elo decisivo para que a teoria do discurso estivesse fortemente entrelaçada com os funcionamentos linguísticos. Este elo decisivo é encontrado na noção de pré-construído, que se articulará sobre a formulação do conceito de interdiscurso, conceito ainda ausente, mas já, embrionariamente, postulado desde o texto de 1969.

Pêcheux, desde AAD-69, já observava os conceitos de pressuposição e de implicação desenvolvidos por Ducrot. E, a partir da leitura crítica desses conceitos - trabalho feito juntamente com Paul Henry - chega à conclusão de que tal questão tocava diretamente as relações da sintaxe e da semântica, situando-se no lugar em que discurso e língua se articulam. No entanto, bem distante de uma interpretação logicista, Pêcheux e Henry concluem que as estruturas sintáticas que autorizam a apresentação de certos elementos fora da asserção de um sujeito aparecem como os traços de construções anteriores, de combinações de elementos da língua já presentes em discursos passados. Henry (1992, p.104) critica o conceito de pressuposição apresentado por Ducrot e destaca que “a noção de pressuposição, tal como foi elaborada nas teorias linguísticas, está ligada a uma concepção da semântica baseada na noção de significação literal”.

Pêcheux e Henry concluem, portanto, que o termo pressuposição precisa ser substituído e Pêcheux propõe o termo pré-construído, termo esse constituído no terreno do

discurso, por isso totalmente despojado de qualquer sentido logicista. E é ele que possibilita o surgimento do conceito de interdiscurso, segundo Maldidier (2003, p. 34), o conceito chave, ainda não formulado, mas o mais fundamental de toda a construção teórica de Pêcheux.

Em março e maio de 1975 são publicados, respectivamente o número 37 de *Langages* *Análise de discurso, língua e ideologias*, coordenado por Pêcheux, e o livro *Semântica e Discurso*. Enquanto o artigo da *Langages* focaliza o dispositivo e marca um período de transição, o livro apresenta o estado mais acabado da teoria de Pêcheux.

No artigo de número 37 de *Langages*, o problema do discurso articula-se à questão do sujeito e à questão do sentido e várias observações auxiliam na apreensão do conceito de formação discursiva. Sem ainda utilizar o termo, Pêcheux descreve o *pré-construído*, traço “no próprio discurso, de discursos anteriores que fornecem como que a ‘matéria prima’ da formação discursiva, à qual se cola, para o sujeito, um efeito de evidência” (MALDIDIÉ, p.40). Essa reflexão, que encontrará sua plenitude em *Semântica e Discurso*, propõe a articulação entre o efeito subjetivo, a linguagem e a produção do sentido no interior da formação discursiva. E tal reflexão desemboca na questão da ilusão que tem o sujeito de estar na fonte do sentido.

Ao questionar o funcionamento linguístico, Pêcheux focaliza o pré-construído tendo em vista que a proposição relativa ocupa um lugar central na reflexão sobre o discurso. Os textos de Paul Henry e de Almuth Grésillon comprovam isso e, assim, diante das relativas restritivas como objeto de interpretação determinativa ou apositiva, o fenômeno linguístico sustenta-se nas fronteiras da sintaxe e da semântica. Assim, necessita-se de uma posição nova. Colocam-se, pois, em causa as fronteiras entre o linguístico e o discursivo e assume-se que as sistematicidades não existem sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica.

No texto do número 37 de *Langages*, Pêcheux, ao estabelecer uma relação entre enunciação e imaginário, aborda a problemática da ilusão subjetiva, problemática que será melhor abordada em *Semântica e Discurso*.

*Les Verités de La Palice* – tradução brasileira: *Semântica e Discurso* – marca uma diferença em relação aos textos anteriores. Além de abordar a linguística e a semântica, o termo filosofia passa a ser também incorporado às reflexões, cujo destinatário é denominado “linguista inquieto de filosofia”. Esse livro é o cruzamento de todos os caminhos de Michel Pêcheux e o termo discurso figura no centro, pois liga todos os fios: da linguística e da história, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política.

Em torno das críticas à semântica, duas teses são desenvolvidas: 1. A semântica é o ponto nodal em que se condensam as contradições que frequentam a linguística; 2. A semântica é o ponto em que a linguística tem a ver com a filosofia e a ciência das formações sociais, na maior parte das vezes sem reconhecê-lo.

Ainda nessa obra, Pêcheux, a partir da (re)leitura materialista de Frege, empreende (re)trabalhar a questão lógico-linguística das relativas e, nessa empreitada, o foco da atenção recai sobre a análise do funcionamento do pré-construído e da articulação de enunciados.

O efeito de pré-construído, ligado ao encaixe sintático, é o de uma distância entre o que foi pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está presente na totalidade da frase. Irredutível a funcionamentos lógico-linguísticos, o pré-construído, assim como a articulação de enunciados, é o resultado de efeitos propriamente discursivos, efeitos estes que designam processos discursivos que se desenvolvem sobre a base da linguística e ainda são o traço de relações de distância entre o discurso atual e o discursivo já-lá.

Todo esse trabalho perpassa pela determinação de que a questão da constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito. E, em maior proximidade com Althusser, Pêcheux abre questões inesperadas para os linguistas. A interpelação do sujeito se articula ao efeito de pré-construído, então definido “como modalidade discursiva da distância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... sendo ‘sempre já sujeito’”. (Idem, p.50) Assim, sentido e sujeito, por serem produzidos na história, são determinados.

Toda a reflexão feita com Paul Henry sobre o pré-construído mostrava os traços no discurso de elementos discursivos anteriores cujo enunciador foi esquecido. Ela preparava a ideia de que o discurso se constitui a partir do discursivo já lá, o conceito de interdiscurso cuja objetividade material consiste no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente. Mas o interdiscurso não é nem a designação banal dos discursos que existiram antes, nem a ideia de algo comum a todos os discursos. O interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição.

Ao definir interdiscurso, Michel Pêcheux reordena e aprofunda os conceitos já estabelecidos. E é no terreno do marxismo que o conceito de “formação discursiva” é reformulado. O livro *Semântica e Discurso* retoma a definição inicial, mas a noção de interpelação - ao esclarecer que o sentido se constitui na formação discursiva - e o conceito de interdiscurso - ao colocar o acento na “lei de desigualdade-contradição-subordinação” - propõem um reexame do conceito de formação discursiva. Assim Pêcheux opta por abordar a

imbricação das formações discursivas nas formações ideológicas. E o interdiscurso, em sua imbricação com as formações ideológicas, “fornece a cada sujeito sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações ‘percebidas-aceitas-experimentadas’”. (PÊCHEUX, 1997, p. 162)

Nesse processo de conceituação do interdiscurso, introduz-se, nessa obra, o conceito de intradiscurso. Este conceito é concebido como o “funcionamento do discurso em relação a ele mesmo (o que eu digo agora, em relação ao que disse antes e ao que direi depois), logo o conjunto de fenômenos de “co-referência” que asseguram o que podemos chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito. O intradiscurso só pode ser compreendido na relação com o interdiscurso e só pode ser pensado como o lugar em que a forma-sujeito tende a “absorver-esquecer” o interdiscurso no intradiscurso. Esta noção, no entanto, será mais amplamente desenvolvida na virada dos anos 80.

Como vimos, *Semântica e Discurso* caracteriza-se por ser o grande momento da ordenação dos conceitos e, assim, o ano de 1975 marca o início da grande reviravolta da conjuntura teórica que desemboca no estabelecimento de resoluções de alguns quebra-cabeças da Teoria do Discurso do final dos anos sessenta. É por isso que ao período compreendido entre os anos de 1969 e 1975, Malidier denomina a *época das grandes construções*.

Já ao momento marcado pelos anos de 1976 a 1979, a autora caracteriza-o como o momento das *tentativas*. Nesse momento de tentativas, as atividades orais são predominantes em detrimento das produções escritas. O seminário *Pesquisas sobre a teoria das ideologias*, chamado de seminário HPP, que se mantém durante três anos e meio, e os frequentes debates da seção de linguística do Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas concentram as discussões na área.

As reflexões em torno da “tendência do logicismo” inscrita na evolução da gramática gerativa e a do “sociologismo” ilustrada pelo desenvolvimento da sociolinguística são mais aprofundadas do que a questão do discurso enquanto tal.

E, nesse bojo, a “crise da linguística” ocupa lugar de destaque com posições bem diferentes. A sociolinguística, em pleno apogeu, é bastante discutida e Jean-Baptiste Marcellesi e sua equipe viam a análise de discurso como um domínio da sociolinguística francesa. Mas Michel Pêcheux sempre recusou situar a análise de discurso, da qual foi o mentor, no quadro da sociolinguística. Ele, até pela análise da ameaça que a deriva formalista fazia a sintaxe correr, via, na superabundância das pesquisas sociolinguísticas, o próprio sintoma da crise. Tanto para Pêcheux como para Gadet, a sociolinguística era um “lugar de

recobrimento da política pela psicologia”, um lugar em que se desdobravam sem retenção as “evidências”.

Discussões em torno da obra de V.N. Volochinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, ocupam também a pauta dos debates. Para Pêcheux, essa obra, longe de abrir uma perspectiva para os linguistas marxistas inquietos com a relação linguagem/sociedade, representava aos seus olhos um retorno a um estado pré-teórico. Pêcheux, desde 1976-1977 até o fim, mantém a posição clara de que a questão do sentido não pode ser regulada na esfera das relações interindividuais, nem tampouco na das relações sociais pensadas no modo da interação entre grupos humanos. (Idem, p. 61)

Nesse período de tentativas, os textos mais marcantes são *Remontemos de Foucault a Spinoza – 1977 – e Só há causa do que falha – 1978*. Em *Remontemos de Foucault a Spinoza*, Pêcheux discute a categoria da contradição, contrapondo os estudos de Foucault e de Spinoza. Indursky (2005, p. 190) apresenta os dois tipos de contradição propostos por Foucault: a extrínseca – operacionalizada entre duas formações discursivas distintas – e a intrínseca – constituída no interior da formação discursiva – e destaca que, nesse texto, Pêcheux define a contradição como uma noção que vai muito além do que Foucault entende por contradição intrínseca. Para ela a contradição

ultrapassa os diferentes modos compatíveis de utilizar um mesmo conceito. Esta ultrapassagem assume conseqüências teóricas importantes. Se a ideologia está atravessada pela contradição, tal fato determina que a FD, que pode ser pensada como um recorte discursivo da Formação Ideológica, desde o momento de sua individuação, já surge marcada pela contradição, ou seja, uma FD é, desde sempre, já ideológica e contraditória. (INDURSKY, 2005, p. 191-2)

Nessa perspectiva de desenvolvimento de conceitos foucaultianos que se dá pelo processo de *apropriação/teorização*, Pêcheux reconfigura as noções de FD e de contradição. E assim, a FD não pode mais ser pensada como um bloco homogêneo. A contradição provoca aberturas para conceber a FD como heterogênea e constituída de saberes provenientes do interdiscurso. O tema da heterogeneidade passa, pois, a ser central nos estudos do discurso e o encontro de Pêcheux com Jacqueline Authier-Revuz permitirá reformular muitas questões de 1977.

No texto *Só há causa do que falha*, sob o patrocínio de Lacan, discute-se, centralmente, a questão do sujeito. Assim, a tese da interpelação ideológica permanece o

fundo teórico. Todavia, nesse texto de 1978, ela está invertida. “Não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito. Toda uma série, propriamente analítica, se estabelece na temática de Michel Pêcheux, a série sonho-lapso-ato falho-witz.” (MALDIDIÉ, 2003, p. 70)

No período de 1980 a 1983, denominado por Maldidier de *desconstrução domesticada*, Pêcheux, tendo em vista a crise das esquerdas francesas, afasta-se de posições dogmáticas antes ancoradas em seu vínculo com o Partido Comunista. Segundo Gregolin (2004a, p. 64), este é o “momento de encontro com a ‘nova História’, de aproximação com as teses foucaultianas,” momento este em que “Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta na teoria e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento”.

O *Colloque Matérialités Discursives*, realizado na Universidade Paris X – Nanterre, em 1981, marca esse novo momento não só por conta do encontro entre historiadores, linguistas e analistas de discurso, mas sobretudo pelas discussões travadas em torno do real da língua, da história e do inconsciente, que delineiam rumos novos e promissores para os estudos discursivos. Mazière destaca que Pêcheux, ao abrir o colóquio,

congratula por ter conseguido reunir pesquisadores de fora do âmbito da lingüística, exalta a ‘mistura de práticas’, faz votos para um ‘encontro que não é impossível’, apesar da ausência de um dispositivo ‘neutralizante’, ‘homogeneizante’. Trata-se, todo o tempo, do único método de trabalho que ele pode considerar, aquele que leva o lingüista a se pôr à prova, confrontando-se com outros pesquisadores que trabalham com outros conceitos: ‘A questão teórica das materialidades discursivas surge daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: um reexame das palavras ouvidas, reportadas ou transcritas, uma profusão de escritos citando falas, e outros escritos’. (2007, p. 56)

A organização desse evento conta com linguistas que já trabalham há longo tempo com Pêcheux, como Françoise Gadet e Jean-Jacques Courtine, e conta ainda com Bernard Conein, que representa o campo das disciplinas sócio-históricas, e com Jean Marie Marandin, que havia defendido sua tese recentemente na área do discurso e muito contribuiu com novas referências linguísticas e filosóficas.

Marandin acrescenta ao viés marxista trabalhos de Deleuze e de Foucault de *A Arqueologia do saber*. Nessa perspectiva, ao distanciar-se da referência marxista, a análise se reorienta no sentido da singularidade do acontecimento discursivo. As observações de

Marandin, considerando-se os deslocamentos conceituais já efetuados por Pêcheux, permitem trabalhar a noção de intradiscurso na sua relação com o discurso e, desta forma, emerge a questão da sequencialidade, logo chamada de *discursividade*.

Possibilidades de renovação também surgem pelo lado de linguistas como Jean-Claude Milner, Judith Milner e Almuth Grésillon, que, nos limites entre língua e discurso, discutem a enunciação. Renovações ainda surgem pela contribuição dos trabalhos da Jacqueline Authier-Revuz, que, apesar de se situar fora da Análise do Discurso, traz elementos decisivos para a problemática da heterogeneidade discursiva.

A questão do discurso é, a partir desse momento, posta sob o signo da heterogeneidade e, assim, se impõe o primado do outro sobre o mesmo. Então, o que anteriormente era balizado pela contradição marxista ou pelas falhas da interpelação ideológica inscreve-se, a partir de então, na perspectiva da heterogeneidade.

No terreno da Análise do Discurso, tanto Courtine quanto Marandin lançavam marcos de uma problemática em que a heterogeneidade do discurso sempre estaria presente. Courtine, que, nesse período, acabara de defender sua tese sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos<sup>4</sup>, apresenta uma síntese, segundo Malidier (idem, p.75), extremamente brilhante entre as proposições de Foucault e a teoria do discurso. A noção de memória discursiva introduzida por ele, a partir da noção de campo associado postulada por Foucault, desempenha um papel relevante nas reconfigurações da Análise do Discurso.

O *Colloque Matérialités Discursives* é, pois, um marco decisivo na trajetória da Análise do Discurso, por se caracterizar não apenas pelas avaliações realizadas, mas também pelas novas proposições que são desenhadas no âmbito desse campo científico.

Após o *Colloque*, Pêcheux e seu grupo dedicam-se ao projeto da RCP-*Recherche Coopérative Programée* – cujo centro do debate é o texto “Ler o arquivo hoje”, de Michel Pêcheux. Este projeto firma um modo coletivo de pensar e de escrever. Malidier (2003, p. 79) diz que “os textos desta época trarão os traços das trocas, eles serão habitados pelas palavras dos outros. Parecem pertencer a todos.”

Tal projeto, bem estruturado junto ao CNRS, objetivava o desenvolvimento dos trabalhos de análise do discurso numa estreita articulação com as questões sócio-históricas, a investigação linguística e as propostas da informática textual. No âmbito do subprojeto l’ADELA – *Analyse du discours e lecture d’archive* -, leituras de arquivo são incorporadas à Análise do Discurso. A questão da leitura, nascida com a AAD-69, ressurgiu numa abordagem

---

<sup>4</sup> Tese defendida na França, em 1980, na Université de Paris X – Nanterre e publicada em 1981 na *Langages* 62.



radicalmente nova. O termo *arquivo* desloca a leitura do horizonte de máquina de ler para o do confronto com os diversos textos sócio-históricos. Junto com a RCP, a leitura nessa perspectiva institucionaliza-se como disciplina universitária e conta com a participação de Jacques Guilhaumou, historiador e linguista, e Bernard Conein, sociólogo. A época da RCP foi marcada por inúmeros debates, por produções, deslocamentos, aprofundamentos, num encontro não apenas de diversos intelectuais, mas de diversos campos do saber.

Em *O estranho espelho da Análise do Discurso*, prefácio da tese de Courtine, Pêcheux (2009) critica a postura teórica que vigorou inicialmente na AD. Para ele, a busca pela criação de um dispositivo ágil de leitura causou o que ele toma a liberdade de denominar *imbecilidade* – uma ambiguidade entre o que se lia e o que se queria ler.

Uma obra representativa desse momento em que Pêcheux se dedica a rever as fundações da teoria da AD é *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, de 1983. Nessa obra, Pêcheux trata a produção de sentido a partir de reflexões sobre os discursos logicamente estabilizados, que pressupõem a estrutura, e sobre os discursos não logicamente estabilizados, que remetem à não evidência do sentido, ao acontecimento. Essa obra é também muito importante porque coloca em pauta a necessidade de analisar os efeitos de sentido de discursos produzidos pela mídia.

Martins e Silva (2005, p.299), ao analisar o percurso teórico-histórico da Análise do Discurso, observa que o processo de constituição da Análise do Discurso não se caracteriza por superações, mas sim por reformulações que constituem a construção de uma teoria em função de uma prática que se historiciza pelas suas particularidades. Segundo a autora, há um “amalgama em que o dispositivo de análise ao produzir um efeito de retorno sobre a teoria se constitui num lugar onde essa teoria se faz outra. Portanto, não temos uma Análise do Discurso mais moderna ou mais antiga, temos uma teoria sendo construída...”

E é por essa perspectiva e ainda considerando o modo como Pêcheux encerra o texto *A análise de discurso: três épocas* (1983), que observamos a presença de muitos pontos de interrogação, pontos estes que, positivamente, dão sentido à Análise do Discurso. Muitos pontos de interrogação estão até hoje à espera de serem aprofundados, relativizados, confrontados e outros sempre necessitarão de reconfigurações, tendo em vista uma dada conjuntura teórico-histórica, pois é assim que se dá a Análise do Discurso, e o constante remexer teórico-analítico exige e sempre exigirá novas (des) construções.

Então, que muitos pontos de interrogação não cessem de emergir. E que os analistas de discurso não os ignorem, nem desistam de fazê-los surgir. Esta é uma das razões de ser da Análise do Discurso, por isso, concordando com Martins e Silva (2005),

acreditamos que a “AD de todas as épocas”, no eterno questionar de seus pressupostos, ainda construirá muita história.

## 1.2 A História na Análise do Discurso

### 1.2.1 Articulação entre discurso e história

A articulação entre língua e história é uma questão que, desde a gênese da Análise do Discurso na França, no final da década de 1960, está em pauta no âmbito dos estudos discursivos. Tal discussão “travada” entre os pesquisadores do grupo em torno de Michel Pêcheux demarca até o próprio surgimento desse campo do saber.

Nos anos 70, no entanto, essa articulação torna-se mais intensa. Guilhaumou (2009), quando aborda a relação entre História e Linguística, refere-se à década de 1970 como a época em que o discurso se estabelece como objeto da história e cita, dentre outros, os seus trabalhos, os trabalhos de Régine Robin e de Denise Maldidier. Sem desconsiderar as dificuldades que a “análise do discurso como objeto da história” apresenta, o referido autor, em relação a esta década, sublinha:

O procedimento de análise de discurso do lado da história permitiu, então, com base nos métodos lingüísticos e lexicométricos, introduzir critérios de exaustividade e sistematicidade no interior de *corpora* representativos e comparativos, selecionados segundo suas condições de produção. Assim, o historiador do discurso se diferencia, desde o início, do historiador clássico, ao contestar a idéia de que a leitura de um texto não é mais do que um meio para apanhar um sentido oculto, de encontrar um referente tomado na evidência do sentido. (GUILHAUMOU, 2009, p.22)

O historiador do discurso, a partir do contato com a linguística, constitui, assim, um “ferramental metodológico” que transbordou largamente a análise do conteúdo e até hoje é atual.

Nos anos 70, a relação entre analistas de discurso e Michel Foucault é bastante polêmica, mas, a partir de 1980, os trabalhos de Foucault, principalmente *A arqueologia do saber* (1969), passam a ser retomados e re teorizados. Com esse movimento, Foucault passa a

ocupar um lugar central no palco da Análise do Discurso e, a partir da forte aproximação entre linguistas e historiadores, são delineados novos rumos para os estudos discursivos.

Courtine, conforme Gregolin (2004a), ocupa um papel decisivo nesse momento. Destaca-se também o importantíssimo papel de Jean-Marie Marandin. Eles trazem Foucault para a Análise do Discurso, provocando deslocamento em muitos conceitos. A aproximação com Foucault é também realizada pelos historiadores do discurso, como Jacques Guilhaumou, Régine Robin, Denise Maldidier. Estes, no diálogo com a obra de Foucault, revelaram a importância desses estudos para a Análise do Discurso a partir das interconexões entre discurso e história.

Foucault, filiado à obra de Nietzsche e à Nova História, entende a história como “tributária da ‘história-problema’ a partir da qual ele faz a crítica de certos fundamentos da concepção positivista da História tradicional”. (GREGOLIN, 2004b, p. 21).

A Nova História, ou seja, o movimento de renovação dos estudos históricos é um movimento que se estabelece em solo francês. Conforme Burke (1997), essa revolução francesa da historiografia foi fundada, nas décadas de 1910 e 1920, sob a liderança de Lucien Febvre e Marc Bloch, historiadores insatisfeitos com as análises históricas tradicionais, principalmente, por se limitarem aos “grandes acontecimentos”, ao jogo de poder entre grandes homens ou países.

Bloch e Febvre criaram em 1929 a revista *Annales* com o objetivo de promover inovações. Burke (1997, p. 11-2) relata que as principais inovações tratavam da substituição da narrativa tradicional de acontecimentos por uma história-problema, da ampliação do campo de estudo da história para as atividades humanas e não somente restrito ao objeto político e ainda da colaboração com tantas outras disciplinas.

Burke, em *A Escola dos Annales (1929-1989)*, opta pelo termo “movimento” dos *Annales*, tendo em vista o fato de não se tratar de um grupo monolítico. E ele descreve esse movimento a partir de três fases. Primeiramente, de 1929 a 1945, um pequeno, radical e subversivo grupo em torno de Bloch e Febvre, empreendeu uma verdadeira batalha contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Posteriormente, após a Segunda Guerra Mundial, o movimento consolida-se e, “sob a liderança de Febvre, os revolucionários intelectuais souberam conquistar o *establishment* histórico francês”, cujo herdeiro é Fernand Braudel. (BURKE, p. 43). O caráter de rebeldia enfraquece e as ideias de “estrutura” e de “conjuntura”, bem como de novos métodos, a exemplo da história serial das mudanças na longa duração, são estabelecidos. A terceira geração, iniciada no final dos anos 1960, é marcada, conforme destaca Gregolin (2004a, p.162-3), pela ampla influência na vida

intelectual francesa, e a expansão do movimento traz como consequência a heterogeneidade e a fragmentação das propostas. Jacques Le Goff, Pierre Nora, Michel De Certeau, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby são alguns dos mais destacados historiadores dessa terceira fase.

Michel Foucault, mesmo de outro lugar, também se dedica a criticar os métodos, os temas, os limites da História tradicional. Assim, contribui para a Nova História e sua obra teve vários efeitos sobre muitos autores da terceira geração e, da mesma forma, muitas inovações propostas pela Nova História foram incorporadas ao trabalho de Foucault.

A concepção de história é o eixo norteador das afinidades e das contribuições recíprocas entre os estudos de Foucault e a Nova História. O filósofo propõe, em sintonia com a Nova História, que a História – focalizada em sua dispersão e em sua descontinuidade - não seja mais “o lugar do repouso, da certeza, da reconciliação – do sono tranqüilizado”. (1986, p. 27). Ainda na perspectiva da Nova História, a história é concebida como interpretação. Não mais o caráter de objetividade que vigorava na história tradicional, mas a escrita da história entendida como agenciamento do historiador que, conforme De Certeau (apud Gregolin, 2004b, p.23), equivale ao “trabalho de pôr à parte, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outro modo”. Para Gregolin:

se há um efeito de ‘realidade’ criado no texto histórico, ela vem de procedimentos discursivos, de formas lingüísticas que constroem legitimidade no interior de uma instituição social e que produzem a ilusão de objetividade. Trata-se, portanto, de um agenciamento de signos que, ao produzir ‘efeitos de verdade’, levam uma sociedade a interpretar-se e a compreender-se através dessa interpretação. (2004b. p.23)

Como a Nova História valoriza não só o descontínuo e o simultâneo, mas também novos objetos e novos sujeitos, ela “dá novo sentido ao acontecimento”, pois trata-se de uma história serial, definida a partir de um conjunto heterogêneo de relações que fazem emergir diferentes estratos de acontecimentos.

Para o próprio Foucault, o que há de comum entre ele e os historiadores é o interesse pelo acontecimento. E, nessa perspectiva, é o fato de ele considerar “o discurso como uma série de acontecimentos que o situa automaticamente na dimensão da história”. (FOUCAULT, 2006, p. 258)

A noção de discurso como acontecimento discursivo deve ser entendida, pois, no horizonte da história descontínua e serial postulada por Foucault e, mais ainda, deve ser percebida na irrupção discursiva, ou melhor, é na irrupção de um enunciado que se concretiza o acontecimento discursivo. O enunciado é, assim, um acontecimento porque, ao surgir, ele materializa um sentido e não outro.

Para Navarro (2004a, p.112), a noção de acontecimento abarca o enunciado concebido não apenas como uma formulação, mas como registro e, assim, essa noção de acontecimento “coloca o enunciado no campo de uma memória”.

Pêcheux, valendo-se dos postulados de Foucault e da Nova História, redefine, a partir de 1980, muitos de seus conceitos, instituindo mudanças significativas no campo da Análise do Discurso. Gregolin sublinha que Pêcheux:

explicita claramente as mudanças de rumo imprimidas aos trabalhos devido à aproximação com os historiadores... ele acentua as contribuições de Foucault e da “Nova História” para as reconfigurações das pesquisas sobre o discurso. Aos pesquisadores da “Nova História” Pêcheux atribui o mérito de tratarem das lutas políticas, dos funcionamentos institucionais a partir da tematização da discursividade, colocando em causa a transparência da língua. (2004a, p. 171-2)

Dentre essas contribuições para as reconfigurações das pesquisas discursivas assinaladas pelo próprio Pêcheux, a concepção de discurso é basilar e central. A partir de 1980, o conceito de discurso passa, então, sob a égide da história, a ser concebido, simultaneamente, como estrutura e acontecimento.

Em *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (1983), considerando o linguístico e o histórico das materialidades discursivas, aborda a relevância da circulação dos enunciados e, deste modo, enfatiza a necessidade de aprofundar a crítica das relações entre o funcionamento da mídia e aquele da classe política. O autor, na esteira da materialidade linguística e histórica do discurso, analisa um acontecimento midiático e, com isso, estabelece balizas para os analistas de discurso trilharem os caminhos interdependentes do discurso e da história. Todavia, convém ressaltar que a noção de acontecimento discursivo em Pêcheux é distinta da noção foucaultiana de acontecimento. Como vimos, Foucault concebe acontecimento discursivo no horizonte da história descontínua e serial. No texto *Retornar à história*, ele afirma que a mudança e o acontecimento – e não mais o tempo e o passado – são as duas noções fundamentais da história. (2000, p.282-95)

Possenti (2009, p.124), ao abordar tais conceitos foucaultianos, destaca que a história serial faz aparecer “estratos de acontecimentos dos quais uns são visíveis, conhecidos até mesmo pelos contemporâneos, e, debaixo desses, outros acontecimentos, invisíveis, imperceptíveis e que são de um tipo completamente diferente”. E, na perspectiva de buscar compreender o que o acontecimento assim concebido poderia significar para uma teoria do discurso, considera que “a AD seria provocada a tratar de acontecimentos de diversas ordens, e a tirar disso as devidas conseqüências”. Para exemplificar, o autor propõe, hipoteticamente, o acontecimento *feminismo* e, nesse sentido considera que:

algum manifesto ou congresso pode ser um grande acontecimento discursivo, em torno do qual se organiza um arquivo (tudo do que se passa a dizer – ou se pode recuperar de datas anteriores – em revistas, jornais, simpósios, livros, entrevistas etc.). Mas há mais: por debaixo deles, ou a seu lado, surge, por exemplo, um discurso do corpo, da beleza, da sexualidade, do controle da natalidade, da saúde; e, ainda, da fidelidade, do divórcio, das alternativas sexuais; e, ainda, o das creches, do trabalho feminino, do assédio sexual, Não esqueçamos de todos os textos novos de humor que todos esses acontecimentos permitem, por sua vez. (POSSENTI, 2009, p.125-6)

Acreditamos que essas considerações acerca da articulação entre discurso e história firmam um terreno que nos permite adentrar, a seguir, pela relação entre a operação da história e a escrita da mídia.

### **1.2.2 Operação historiográfica e discurso midiático**

Pedro Navarro (2004b), ao traçar uma analogia entre discurso da história e discurso da mídia, estreita as fronteiras do discurso midiático com a prática do historiador do tempo presente. Como a memória é o objeto de investigação do historiador que trabalha com a história imediata, o autor desenvolve sua tese centrada nessa categoria. Encontramos, em Navarro (2004b), uma discussão teórica que nos possibilitou persistir na reflexão de nossos questionamentos.

Para De Certeau (2008, p.66), a história, encarada como uma operação, representa uma tentativa de compreendê-la como a relação entre um lugar social,

procedimentos de análise e a construção de um texto. Nessa perspectiva, a história “faz parte da ‘realidade’ da qual trata e essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’”. Assim, a operação historiográfica do discurso da história provém das determinações de um lugar, de uma prática e de uma escrita.

Por se articular com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, toda pesquisa historiográfica está submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. Assim sendo, o lugar em que se dá a escrita da história é caracterizado pela dependência de um poder estabelecido e pelos modelos que emprega para legitimar tal poder.

Fundamental para a prática historiográfica é o estabelecimento das fontes operacionalizado por um gesto de interpretação, que consiste em separar, reunir, transformar em documentos objetos organizados de outro modo. Mas o estabelecer das fontes “solicita também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas”. (DE CERTEAU, 2008, p.82)

O historiador, tendo em vista a relação entre passado e presente que se estabelece no discurso, faz referência ao passado sob a forma de uma distância tomada. Navarro (2004b, p.100) destaca que tal prática consiste em fazer um recorte do objeto de acordo com uma lei presente, que se distingue do passado. Dessa forma, de um lado, “historiciza o atual, ou seja, presentifica uma situação vivida, que, por oposição a um passado, torna-se presente; de outro, a imagem do passado mantém o seu valor primeiro, que é o de representar aquilo que falta a uma sociedade”. A escrita da história é, pois, uma prática social que atribui ao leitor um lugar bem definido, possibilitando-lhe situar-se a partir do passado historicizado.

De Certeau (2008) postula ainda que as regras da escrita histórica são diferentes da prática e justifica isso a partir de uma espécie de “servidão da escrita”. Para o autor, a escrita impõe à pesquisa uma ordem inversa. É a ordem cronológica que define a exposição. A escrita apresenta começo, meio e fim, atribuindo à pesquisa um efeito de conclusão e ainda substitui o espaço lacunar, próprio da pesquisa histórica, por uma presença de sentido.

A escrita histórica realiza-se por especificidades discursivas que, conforme Veyne (2008, p.18), são semelhantes à escrita de romances. Nesse sentido, afirma que a história é uma narrativa de eventos e todo o resto resulta dessa prática discursiva.

Concordando com Navarro (2004b), entendemos que o jornalismo impresso, embora por outras facetas, realiza uma operação historiográfica. A historiografia do discurso

jornalístico pauta-se, por excelência, na ilusão de que, pela objetividade com a qual supõe trabalhar, cumpre o seu papel de informar sobre a “verdade” dos fatos.

### **1.2.2.1 Discurso jornalístico: o real pelas veias do simbólico**

Desde os anos 1950, o jornalismo defende que a objetividade é seu principal traço. É ela que garante credibilidade e legitimidade à instituição midiática. Ser objetivo e imparcial é, pelo menos discursivamente, a meta de toda instituição jornalística que sempre se orgulha de proclamar que apresenta aos interlocutores, pelo retrato fiel da realidade, os fatos tais como ocorrem, isentos de qualquer interesse empresarial ou político. A necessidade que o próprio discurso jornalístico possui de afirmar que trabalha sob esse prisma intensificou-se na contemporaneidade, tendo em vista que o prestígio adquirido anteriormente está fortemente abalado.

De acordo com Melo (2003, p.74), “a essência do jornalismo tem sido historicamente a informação, aí compreendido o relato dos fatos, sua apreciação, seu julgamento racional”. Ao referir-se não só aos diferentes modos de aprender e de relatar o real, mas ainda ao caráter eminentemente político do jornalismo, o referido autor destaca que a atividade jornalística não exclui a “reprodução verdadeira dos acontecimentos”, independentemente da orientação ideológica da instituição ou de seus profissionais.

A reprodução dos acontecimentos é, nesse aspecto, o que dá sustentação ao jornalismo. Nesse sentido, a escrita jornalística parece ancorar-se na noção de transparência entre o real e os fatos narrados. A reprodução do real constitui-se, então, num elemento comum – mesmo na perspectiva de meta a ser alcançada – do discurso histórico e do discurso da mídia jornalística.

Se a mídia é um *lugar de memória*, o sujeito jornalista atua como historiador do tempo presente. Para Navarro (2003, p.112), “enunciar que o jornalismo exerce uma função significativa na escrita da história de uma nação não é novidade. Os próprios jornalistas reivindicam para si essa responsabilidade”. Mas o autor chama a atenção para o fato de que trabalhar sob esse viés não objetiva reduzir o trabalho do historiador de ofício.

Como os textos jornalísticos são classificados em informativos ou opinativos, reportagens e notícias estão, tradicionalmente, enquadradas na categoria de gênero de informação. No entanto, mesmo se os jornalistas se limitassem a apenas informar sobre a



“realidade” dos fatos, essa prática não seria assim tão simples. Pela representação simbólica, não há apenas informação, mas transformação, recortes, inserções e ainda criação.

Além do mais, há que se considerar a importância da narração no jornalismo, uma vez que não basta apenas relatar os fatos e sua relevância, mas é preciso incorporá-los numa trama, à semelhança dos dados históricos, visto que, na contemporaneidade, o jornalismo tem abrigado, no interior do próprio texto, os recursos expressivos tomados emprestados da literatura. Isso não significa, contudo, que os dados reais e as informações não sejam importantes, mas que a forma de narrar é tão importante quanto eles. (OZÓRIO, 2009)

Para a autora citada, como uma forma de aproximar a narrativa da realidade, a narrativa jornalística utiliza uma espécie de maquiagem a partir de uma linguagem simplificada, construção detalhista do relato, gestos e padrão de vida das personagens, emprego da terceira pessoa e registro completo dos diálogos.

A objetividade como forma de “alcançar o real” é, pois, uma questão impregnada de controvérsias e mascaramentos. Tendo em vista ainda a responsabilidade do enunciador na produção de sentidos, podemos enfatizar que nenhuma escrita é objetiva, imparcial, neutra e transparente. Barthes (1988, p.27), ao focalizar a função do discurso da ciência, defende que a objetividade não pode ser, a rigor, transferida para o discurso “senão por uma espécie de passe de mágica, um procedimento puramente metonímico, que confunde a precaução e o seu efeito discursivo”. Para o autor, que procura uma objetividade narrativa na escrita de vários historiadores

[no] discurso, a objetividade – ou carência dos signos do enunciante – aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto do que se poderia chamar de ilusão do referencial, visto que o historiador pretende deixar o referente falar por si só. Essa ilusão não é exclusiva do discurso histórico: quantos romancistas – na época realista – imaginam ser “objetivos” porque suprimem no discurso os signos do eu! (1988, p.149)

Tanto o real dos historiados quanto o real dos jornalistas materializam-se por uma prática de escrita. É, pois, a prática simbólica que se encarrega, paradoxalmente, de produzir a *narrativa verídica*, conforme denominação de Veyne (2008).

### 1.2.2.2 A escrita jornalística: historicizar e acontecer

Para De Certeau (2008), o discurso histórico articula-se com o saber – legitimação do grupo de historiadores para ser validado como “história” – e com o poder – articulação com um grupo político. O mesmo ocorre no discurso jornalístico, pois, segundo Navarro (2003, p.113), o lugar midiático articula-se com o saber e com o poder. É por isso que o jornalista, por ser, necessariamente, submetido a determinadas regras da instituição midiática, não tem autonomia para escrever da forma que quer.

Já o poder manifesta-se pelo “denuncismo”<sup>5</sup> e, assim, torna-se possível não só destruir reputação de pessoas, como também ocultar informações que comprometam os protegidos de uma dada instituição midiática.

Determinações de um lugar, de uma prática e de uma escrita, assim como no discurso histórico, modelam a historiografia jornalística. Segundo Callado (1997, p. 169), no jornalismo atual, a informação jornalística não é mais para o leitor e sim para o editor. Assim sendo, a ideia do jornalismo como serviço público desaparece e sobressai a desmedida importância que a pauta recebeu nos jornais. Para a autora, a fim de cumprir a pauta, a reportagem tornou-se rara.

Os jornalistas só podem, pois, formular os discursos que são autorizados pelo sistema de relações que regula as práticas discursivas. É, então, o crivo editorial que determina as formulações enunciativas e, acima de tudo, os discursos que serão circulados em cada edição.

Por ser a noção de história tributária da vertente filiada ao movimento da Nova História – e não da vertente da história tradicional – que interessa à Análise do Discurso, e ainda por ser tal noção a que nos permite estabelecer uma analogia entre escrita da história e escrita da mídia, lançamos mão dessa abordagem para pensar a escrita sobre o escândalo dos cartões corporativos do Governo Federal materializada nas páginas de *Veja* e *CartaCapital*.

É mais diretamente a prática histórica, conforme Nora (1976) denomina “retorno do fato”, que possibilita alinhar nossas análises. Nessa perspectiva, o crescente interesse pelo evento, como um novo problema da história, provocou o advento da chamada história-testemunho. E esse fato está relacionado, estritamente, ao surgimento dos jornalistas

---

<sup>5</sup> Mattiussi (1997, p.171-2) utiliza essa expressão para se referir ao uso da imprensa para sensacionalizar pejorativamente uma pessoa pública ou para legitimar atitudes e fatos a ela relacionados.

entre os historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata”. Assim, acontecimentos presentes e não os desenvolvidos por longos períodos constituem-se objetos das práticas discursivas do jornalista e do historiador do tempo presente.

Todavia, a dialética distância-proximidade parece impor limites à história do tempo presente. Para Frank (apud Navarro, 2004b, p.105), a falta de distanciamento não representa empecilho para uma apreciação crítica.

Ao pensar ainda na ordem cronológica e no encerramento em forma de texto exigidos pela escrita histórica, um desafio se instala: a conclusão de um trabalho, cuja narrativa de uma história ainda não está acabada. Navarro (2004b) reflete em tal problemática e defende que:

Essa imposição da escrita não implica que o tempo sobre o qual se projeta esteja terminado, tampouco o fim de uma história não significa, necessariamente, que o passado do qual ela se ocupa esteja concluído. O tempo pode voltar nas dobras da memória, fazer rever e repensar sua história. O tempo que a história imediata narra ainda está em curso. É o tempo do presente, que se apresenta como uma lacuna entre o passado e o futuro. Nesse sentido, a reflexão sobre os acontecimentos presentes permite fazer que o passado retorne, seja reinterpretado, e novas significações sejam encontradas. (2004b, p. 105-6)

Não é um passado simples, mas sim o passado heterogêneo que se concretiza pela história do tempo presente. É, assim, pela memória, que o passado é, por um lado, retomado, reinterpretado e, por outro, apagado, silenciado. Em conformidade com a perspectiva que sublinha Possenti (2009, p.134), ao caracterizar a memória “por um conjunto de representações de acontecimentos (eventos, principalmente, mas também enunciados, em sua materialidade mesma, ou seja, de enunciados enquanto eventos)”, a história escrita pelo jornalismo se dá num entrecruzamento de eventos que surgem e tomam direções bem diversas.

Destacamos também que a mídia jornalística - como os demais meios de comunicação - transforma em atos “aquilo que não teria sido senão palavra no ar” e, assim, o acontecimento é projetado e oferecido sob a forma de espetáculo. (NORA 1976, p. 182-93)

Interessados pelo acontecimento espetacularizado ou, dito de outra forma, pelo acontecimento que acontece pelos teclados de jornalistas que escrevem a história, pensamos

em melhor explorar a articulação entre discurso e história nas análises que empreendemos nos capítulos seguintes.

### 1.3 Teoria do discurso na perspectiva de Maingueneau

Nesta seção discutimos conceitos teóricos propostos por Dominique Maingueneau. Em especial, abordamos as sete hipóteses que o autor propõe em *Gênese dos discursos*, mas concentramos maior atenção em duas hipóteses – o primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão – porque elas são diretamente mobilizadas na nossa análise.

No prefácio da edição brasileira desse livro, Maingueneau (2007, p.11) esclarece que “esta obra constitui uma reflexão teórica que surgiu após uma longa pesquisa empírica”, na qual aborda uma semântica dos discursos devotos do século XVII.

Publicado na França, em 1984, este livro aparece no cenário francês numa conjuntura intelectual ainda pouco favorável à Análise do Discurso. No entanto, “*Genèses du discours* fez parte dessas obras que propunham outros conceitos, outras formas de pensar e estudar o discurso, além da que prevalecia no movimento althusseriano da análise do discurso, até então dominante na França”. (MAINGUENEAU, 2007, p.12)

Para o autor, o fato de esta obra estar hoje inclusa plenamente na Análise do Discurso, revela que se produziu uma remodelagem profunda nessa área, da qual *Genèses du discours* participou.

Possenti, na apresentação da edição brasileira, considera que:

*Genèses du discours* deu forma a um modo de fazer análise do discurso que levou em conta ao mesmo tempo os ganhos do grupo que trabalhou em torno de Pêcheux (para cuja teoria a consideração dos fatores históricos que afetam o discurso é provavelmente o elemento principal) e acrescentou certos aspectos que afetam a discursividade para além da relação direta entre a língua e a história. (2007, p. 8)

Essa obra ocupa, pois, um lugar de destaque no cenário teórico-metodológico da Análise do Discurso. Inspirado pelos trabalhos de Michel Foucault, Maingueneau propõe uma teoria dos discursos que atue na articulação entre o linguístico e o histórico.

Paveau e Sarfati (2006, p. 208) afirmam que, em *Genèses du discours*, Maingueneau apresenta e define três conceitos centrais da Análise do Discurso, antes de formular as sete hipóteses que constituem um programa de Análise do Discurso. Os conceitos fundamentais são: formação discursiva – herdada de Foucault e concebida como um sistema de restrições de boa formação semântica; superfície discursiva – conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema; e discurso – responsável pela união dos dois conceitos precedentes e concebido como “um conjunto virtual, o dos enunciados que podem ser produzidos de acordo com as restrições da formação discursiva”.

A partir das sete hipóteses que postula, Maingueneau desenvolve uma teoria, cujo cerne é a relação entre discursos, definida pela perspectiva da interdiscursividade, ou seja, pela relação do discurso com seu Outro.

A primeira hipótese defende que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. O primado do interdiscurso é o princípio basilar para os trabalhos do autor.

Maingueneau (2007, p. 20-1) utiliza o termo *discurso* para referir-se à relação entre a formação discursiva – sistema de restrições de boa formação semântica – e a superfície discursiva – conjunto de enunciados produzidos de acordo com tal sistema. Nessa perspectiva, o conceito de superfície discursiva associa-se à concepção de discurso apresentada por Foucault:

Chamaremos discurso um conjunto de enunciados na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva... ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (Foucault 1969, p.135 apud. Maingueneau, 2007, p. 20)

Assim, ao redefinir a noção de discurso proposta por Foucault, Maingueneau começa a desenhar um quadro teórico que demarca novas perspectivas para as análises discursivas. Nessa empreitada, apregoa que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso e que este só pode ser apreendido no interior da rede interdiscursiva. Para justificar esta tese, afirma que, além de “o estudo da especificidade de um discurso supor que ele seja posto em relação com outros”, o interdiscurso é espaço de regularidade, do qual diversos discursos são apenas componentes. Os discursos não se constituem, pois, “independentemente uns dos

outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso”. (MAINGUENEAU, 2007, p. 21)

Como cada discurso já emerge ligado a uma rede de outros discursos, no caso do “mau uso” dos cartões corporativos essa situação não é diferente. Cada palavra publicada já surge na relação. Como veremos melhor a seguir, os discursos de representantes do Governo Federal, assim como os discursos de políticos de oposição e ainda da própria mídia surgem “por convocação”, digamos assim.

Por considerar o termo interdiscurso muito vago e com o objetivo de melhor precisá-lo, Maingueneau (1984, 1987) apresenta três conceitos complementares: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

*Universo discursivo* é entendido como o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa determinada conjuntura. Esta categoria teórica define o horizonte a partir do qual os campos discursivos serão construídos, mas, por conta de sua abrangência, é de pouca utilidade para os analistas de discurso.

Já *campo discursivo* – categoria esta suscetível de ser estudada pelos analistas – é concebido como “conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 116)

O *espaço discursivo*, por sua vez, caracterizado como subconjunto do campo discursivo, liga pelo menos duas formações discursivas que o analista, tendo em vista seus objetivos de pesquisa, considera relevante colocar em relação.

Em nossa pesquisa, elegemos, no interior do universo discursivo, o campo discursivo do jornalismo, com foco no discurso sobre corrupção no âmbito do caso do “mau uso” dos cartões corporativos. Nesse campo, construímos um espaço discursivo constituído de duas formações discursivas: uma formação discursiva de centro-direita e outra de centro-esquerda.

Formação discursiva, aqui pensada na perspectiva de Maingueneau (1998, p. 68), pode ser apreendida como “todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito”. O autor ressalta ainda que “ao falar de formação discursiva consideramos que para uma sociedade, uma posição e um momento definidos apenas uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade”.

Formação discursiva pode, portanto, ser estudada não somente a partir de fronteiras, mas a partir de um espaço de circulação semântica. Baronas (2004, p. 59) afirma

que “no entendimento de Maingueneau é preciso estabelecer linhas demarcatórias entre uma formação discursiva e outra”. Todavia, tal tarefa não pode ficar exclusivamente a cargo do olhar dos analistas.

A noção de interincompreensão constitui a segunda hipótese de Dominique Maingueneau. Por considerar o discurso do Outro como constitutivo do discurso do eu, ele postula que cada um traduz os enunciados do Outro na categoria do Mesmo sob a forma de simulacros.

Em sua perspectiva teórica, cujo objeto de estudo é o interdiscurso, o analista depara com a necessidade de “apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas. Isso implica que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro”. (MAINGUENEAU, 2007, p. 119-20).

Authier-Revuz (1990, 2004), ao focalizar a presença do outro no discurso, denomina *heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso* a categoria teórica que propõe com apoio em duas abordagens exteriores ao campo linguístico: o dialogismo bakhtiniano e a psicanálise via interpretação lacaniana de Freud. A concepção dialógica do círculo de Bakhtin faz da interação com o discurso do outro a lei constitutiva de qualquer discurso. Já a psicanálise, pela releitura feita por Lacan da psicanálise freudiana, mostra que:

sob nossas palavras, ‘outras palavras’ sempre são ditas; que, atrás da linearidade da ‘emissão por uma única voz’, se faz ouvir uma ‘polifonia’; que todo discurso parece se alinhar sobre várias pautas de uma partitura e que o discurso é constitutivamente atravessado pelo ‘discurso do Outro’.  
(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69)

Essa teoria da heterogeneidade da palavra articula-se à teoria do descentramento do sujeito, este marcado pela clivagem e por ser concebido como um “efeito de linguagem”.

Assim, entendendo que todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” materializados na sociedade e pelo discurso do Outro - do inconsciente -, Authier-Revuz distingue duas formas de heterogeneidade enunciativa: a constitutiva e a mostrada. Embora a autora aponte a relação entre os dois tipos de heterogeneidade, há que se considerar a especificidade de cada um. Enquanto a heterogeneidade constitutiva, “palpável” através do interdiscurso, não é marcada na superfície textual, a heterogeneidade mostrada “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a

partir de uma diversidade de fontes de enunciação”. (MAINGUENEAU, 1997, p.75)

Maingueneau, considerando os estudos de Authier-Revuz sobre heterogeneidade enunciativa, apresenta a categoria da heterogeneidade em forma de simulacro. Deste modo, o autor aponta, em termos de funcionamento da linguagem, como o discurso do Outro é materializado no discurso do Mesmo. Nesse sentido, o Mesmo não traduz o discurso do Outro, mas o seu avesso, ou melhor, aquilo que ele teve que negar para se constituir. Assim

o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de *interincompreensão* regrada. Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói.” (MAINGUENEAU, 2007, p.22)

Nessa perspectiva, por ser a tradução do Outro materializada pelo Mesmo a partir de sua grade semântica, de sua formação discursiva, vê-se concretizada a polêmica como interincompreensão.

Para o referido autor (2007, p.108), cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro, por isso, no processo de interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca, postula que a tradução não se opera de uma língua natural para outra, mas de uma formação discursiva à outra.

A terceira hipótese refere-se ao *sistema de restrições semânticas globais*. É para dar conta do interdiscurso que o autor propõe esse sistema e afirma que: “O caráter ‘global’ dessa semântica se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação...” (2007, p. 22).

A quarta hipótese trata da noção de competência discursiva. Tal noção aponta para a formação discursiva, visto que os enunciadores discursivos possuem o domínio de regras que lhes permitem produzir enunciados inscritos em sua formação discursiva. Conforme Maingueneau:

Esse sistema de restrições deve ser concebido como um modelo de competência interdiscursiva [...]. Postulamos nos enunciadores de um discurso dado o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que resultam de sua própria formação discursiva e,



correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas. (2007, p.23)

Como quinta hipótese, o linguista francês defende que o discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma *prática discursiva*. Nesse sentido, afirma que a ideia de imbricação de um discurso e de uma instituição tende a prevalecer cada vez mais, pois os discursos se tornam possíveis por intermédio das instituições, no âmbito das atividades científicas. Nessa perspectiva, também balizada pelos estudos de Foucault, Maingueneau remodela a noção de discurso. Antes ele a concebia como permanecendo na órbita da estrita textualidade e, agora, no deslocamento operacionalizado em direção a seu “ambiente”, faz aparecer uma imbricação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não textuais. Assim, o objeto de sua teoria dos discursos deixa de ser o discurso e passa a ser a *prática discursiva*.

A sexta hipótese refere-se à *prática intersemiótica* que integra produções pertencentes a outros domínios semióticos como, por exemplo, o pictórico e o musical. Para o autor, “tal extensão torna-se necessária pelo fato de que o sistema de restrições que funda a existência do discurso pode ser igualmente pertinente para esses outros domínios”. (2007, p.23)

A inscrição sócio-histórica figura como a sétima hipótese. Assim, o autor evidencia que recorrer aos sistemas de restrições não equivale, de forma alguma, a dissociar a prática discursiva de outras séries de seu ambiente sócio-histórico. E, desse modo, entende que a formação discursiva se revela como “esquema de correspondência” entre campos heterônimos.

Essas sete hipóteses definem um quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso, embora a pretensão de Maingueneau seja bem mais modesta ao afirmar que o “que importa é que esta obra possa inspirar idéias, estimular novas pesquisas”. (2007, p. 14)

Paveau e Sarfati (2006, p.210) destacam que esse programa de Maingueneau evoluiu bastante nos últimos vinte anos, mas “ele constitui sempre um pedestal teórico e metodológico eficaz para os pesquisadores atuais e futuros”.

Como se vê, neste capítulo, a Análise do Discurso contempla posturas teóricas diversificadas. E, diante desse rico arcabouço teórico e da multiplicidade de perspectivas metodológicas, os analistas de discurso tendem a projetar um “singular” percurso que corresponda às suas expectativas de pesquisa.

Dada a relevância de o pesquisador conhecer não somente o solo epistemológico de sua área de atuação, mas também as (des) construções que delineiam um itinerário histórico, discutimos, neste capítulo, contribuições de Michel Pêcheux e de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso. Também atribuímos ênfase à “AD pós-80”, visto que, em nossa análise, priorizamos aspectos postulados nessa (e a partir dessa) época. Como nosso *corpus* se constitui de textos jornalísticos, discutimos ainda aspectos referentes à escrita midiática.

Embora tenhamos discutido, neste capítulo, essas questões em sua totalidade, na análise mobilizamos, principalmente, as categorias de formação discursiva, memória discursiva, acontecimento discursivo e polêmica como interincompreensão. Tais categorias teórico-analíticas correspondem às nossas expectativas nessa empreitada de investigar os modos como os sentidos sobre corrupção, no escândalo dos cartões corporativos do Governo Federal Brasileiro, são constituídos, formulados e dados a circular nas revistas semanais *Veja* e *CartaCapital*.

## II

# MEMÓRIA EM VEJA E CARTACAPITAL: A HISTÓRIA QUE SE CONTA

*Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que  
são inventadas.*  
Manoel de Barros

Organizamos este capítulo em duas seções: *Primeira cena: atos de denúncias* e *No palco uma CPI: um acontecimento de (não) acontecer*. Na primeira seção, priorizamos textos que circularam no início do escândalo dos cartões de crédito do Governo Federal e na segunda, textos que circularam posteriormente, ou mais exatamente, quando irrompem discursos a respeito da necessidade ou não de instalar uma CPI para averiguar tais denúncias. Em ambas as seções, focalizamos a memória discursiva, conforme postulações de Courtine, na perspectiva de investigar, a partir de enunciados apagados, retomados, valorizados e oferecidos a discursos futuros, como *Veja* e *CartaCapital* escrevem a história de alguns episódios desse escândalo.

## 2.1 Primeira cena: atos de denúncias

Como o estudo da memória discursiva é essencial para analisar os modos como os sentidos são constituídos, formulados e dados a circular em uma dada sociedade, focalizamos tal noção de acordo com a perspectiva teórica de Courtine (1981; 1999) e retomamos aspectos relativos a *domínio associado*, conceito postulado por Foucault (1969). Considerando ainda que os conceitos foucaultianos de enunciado e posição sujeito estão imbricados a essa categoria teórica, eles também são contemplados neste item.

O sujeito contemporâneo vive bombardeado por informações midiáticas e, assim, significa o “mundo” e a si mesmo a partir dos sentidos veiculados na mídia. Por sua vez, as significações veiculadas na mídia são resultados da interpretação que um determinado sujeito enunciador atribui à realidade. Desta forma, a mídia é detentora de poder, poder este manifestado por seu próprio “papel de mediação entre seus leitores e a realidade” (GREGOLIN, 2003, p 97). Ela oferece ao leitor os sentidos já administrados e, neste jogo simbólico, a memória é constitutivamente (re)significada. Na materialidade discursiva, há informações e fatos que são esquecidos e há outros que são retomados e valorizados conforme a seleção operacionalizada pelo sujeito enunciador.

Tendo em vista, então, esse poder da mídia, nossa proposta é analisar os discursos sobre o caso do escândalo dos cartões corporativos a partir da ótica de *Veja* e *CartaCapital*. Nesse sentido questionamos como a memória é atualizada nesse acontecimento discursivo. Essa questão, contudo, coloca-nos diante de outras indagações: Como *Veja* e

*CartaCapital* tratam o tema corrupção? Como os sujeitos enunciadorees significam esse fato? Que já-ditos são retomados e quais são esquecidos pelos sujeitos enunciadorees?

Para refletirmos acerca desses questionamentos, optamos pela análise de discursos que circularam no início do escândalo, no momento das primeiras denúncias. Primeiramente, analisamos uma “interlocução” estabelecida em *Veja* entre o sujeito enunciador da reportagem *A república dos cartões*, publicada em 13 de fevereiro de 2008, e seus leitores, a partir das cartas publicadas na semana seguinte. Posteriormente analisamos outra “interlocução” entre enunciador e leitores de *CartaCapital* a partir dos textos veiculados na edição de 13 de fevereiro de 2008 e das respectivas cartas de leitores.

## **2.1. 1 A corrupção em *Veja*: jogos de apagamentos e retomadas**

### **2.1.1.1 Os sujeitos enunciadorees: uma breve interlocução**

Na perspectiva foucaultiana, o enunciado - a unidade mais elementar do discurso - é compreendido como uma *função*, *função enunciativa* que se caracteriza por ser o enunciado produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado. Segundo Gregolin (2004c, p.27), “entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado”.

Tendo em vista que o enunciado é produzido por um sujeito determinado historicamente, na reportagem *A república dos cartões - Veja*, 13/02/2008 - o sujeito enunciador ocupa um lugar legitimado pela instituição midiática *Veja*. Conforme Navarro:

na mídia, ele pode ocupar/exercer a função/posição de sujeito-que-narra, sujeito-que- descreve, sujeito-que-interpreta, sujeito-que-agencia outros discursos, sujeito-que-retoma e/ou desloca enunciados pronunciados por outros sujeitos, em outros lugares institucionais e em outras épocas.

(2008, p.65)

O enunciador estrutura a reportagem a partir do paralelo entre dois polos

antagônicos: mundo encantado e mundo real. Nesse jogo, o mundo encantado equivale ao mundo da burocracia federal, o mundo "deles", e o mundo real equivale ao mundo do brasileiro trabalhador, "mundo construído com estudo e trabalho", o mundo "nosso".

Tal recurso dá continuidade à ideia apresentada na capa da revista:



Figura 1

Fonte: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/130208/capa.html>

Para criar um efeito metafórico, essa fotomontagem faz alusão a uma situação bem conhecida dos contos de fadas, do mundo encantado. Joga-se com imagens “reais” do Governo: cartões corporativos, brasão do governo federal e um funcionário do Palácio do Planalto; e imagens do mundo mágico: o tapete voador e o gênio, ou melhor, o funcionário travestido de gênio, aquele que realiza todos os desejos.

Assim, tal imagem construída artificialmente já evidencia a interpretação que é reforçada ao longo da reportagem, pois o paralelo entre mundo real e mundo encantado está presente em todo o texto e, nesse percurso enunciativo, o sujeito narra, de um lado, fatos ocorridos desde o início das descobertas de irregularidades no uso dos cartões federais até o presente da enunciação e, de outro, fatos ocorridos desde a implementação do cartão em 2001,

envolvendo as tentativas de fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Nesse jogo narrativo e informativo, o sujeito descreve situações e "personagens" envolvidas no caso; emite opiniões, às vezes, ironicamente; cita, constitutivamente e marcadamente, a voz de outros sujeitos e, assim, agencia discursos e fatos passados, num jogo de retomadas e apagamentos.

Esse sujeito posiciona-se, pois, como jornalista, legitimado por *Veja* e, por isso mesmo, visto como o sujeito autorizado a dizer ou, pela imagem de confiança atribuída ao discurso jornalístico, o sujeito que produz a “verdade” amparado no poder da mídia. (NAVARRO, 2006, p.84).

O enunciador, em contraposição ao mundo "deles", afirma que ele pertence ao mundo real. Observamos tal sentido de pertencimento na própria materialidade discursiva, visto que o enunciador utiliza os pronomes de primeira pessoa do plural "nós" e "nosso". O efeito de sentido que tais escolhas lexicais provocam é de aproximação e identificação entre o enunciador jornalista e o leitor. Há assim uma filiação, digamos, política, em oposição ao outro grupo, o grupo “deles”: ocupantes de cargos públicos no Governo Lula.

Esse sentido de distanciamento entre o mundo “nosso” - do trabalhador – e o mundo “deles” – dos beneficiados com cargos da Presidência da República - vai de encontro à imagem de si construída pelo PT desde sua fundação. E, nesse jogo linguageiro, marca-se uma distância entre o governo petista (eles) e o povo trabalhador (nós). Um exemplo dessa construção enunciativa pode ser observado no texto reproduzido a seguir:



Figura 2

Nesse texto, é bem marcado o paralelo entre “nós” e “eles”. Comparam-se os gastos de “nós” – brasileiros comuns e executivos – com cartões de crédito e os gastos “deles” – funcionários do governo e da Presidência da República. Em destaque a expressão “14 vezes mais”, reforçando o sentido de distanciamento entre os dois mundos.

Nas cartas publicadas em 20 de fevereiro de 2008, os leitores, agora, sujeitos enunciadore, assumem o lugar de cidadãos brasileiros que, diante das informações obtidas na reportagem da edição anterior de *Veja*, significam os fatos acerca do “mau uso” em tom de indignação e, assim, protestam não apenas contra as atitudes dos envolvidos nas denúncias, mas contra o atual Governo Federal.

Esses sujeitos indignados, ao expressarem “suas” opiniões, reformulam os dizeres do sujeito jornalista e muitos outros já-ditos sobre as denúncias de abuso na utilização dos cartões federais e sobre recorrentes escândalos de corrupção no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Assim, na dispersão de enunciados ditos por outros sujeitos, em outras épocas e em outros espaços discursivos, certas regularidades são perceptíveis. Os leitores-enunciadores, em simetria com os sentidos formulados pelo sujeito jornalista, ressaltam a “ineficiência do setor público” por conta da falta de controle rígido e da falta de transparência no uso dos cartões corporativos, reforçam a comparação feita entre gastos efetuados com cartões de crédito no setor público e no setor privado e até parabenizam o jornalista e *Veja* pela reportagem.

Nesse sentido, pensamos no conceito de formação discursiva tal como proposto por Foucault na esfera da dispersão e da regularidade. Mas, como esse conceito de Foucault foi pensado para dar conta de uma dispersão muito grande de textos e, no nosso caso, não temos uma dispersão tão grande, optamos pelo conceito de formação discursiva apresentando por Dominique Maingueneau (1984)<sup>6</sup>.

Maingueneau (2007, p.20), a partir da tese da interdiscursividade constitutiva, propõe o conceito de formação discursiva que ele chama de sistema de restrições de boa formação semântica. Tal sistema de regras do discurso diz respeito a um conjunto de traços semânticos globais que restringe todos os planos do discurso – vocabulário, frases, operadores

---

<sup>6</sup> Posteriormente, Dominique Maingueneau (2006) trabalha com outra noção de formação discursiva, pensando-a em termos de percursos, trajetos e posicionamentos. O autor entende que há dois modos de agrupamentos de unidades discursivas: as tópicas e as não-tópicas. As formações discursivas e os percursos se inscrevem nas unidades não-tópicas. “Com efeito, elas não são estabilizadas por propriedades que definem fronteiras pré-formatadas (qualquer que seja a origem desta formatação), o princípio que as agrupa é uma decisão tomada exclusivamente pelo analista. Todavia, a construção de formações discursivas ou de percursos não está submetida ao capricho dos pesquisadores: há um conjunto de princípios, de técnicas que regulam esse tipo de atividade hermenêutica” (2006, p. 22).



argumentativos, intertextualidade, temas tratados, instâncias de enunciação.

Na interlocução entre sujeito jornalista e leitores-enunciadores em pauta, as regularidades que destacamos não se limitam, contudo, a simples (re)formulação de dizeres, abarcam também a forma como tais dizeres são constituídos historicamente e as filiações que estes sujeitos assumem.

Nessa perspectiva, há que se considerar que tais sujeitos se inscrevem numa rede de formulações verbais determinada pelo contexto sócio-histórico. Acerca do acontecimento - descoberta de irregularidades no uso dos cartões corporativos do Governo Federal – que se insere numa rede interdiscursiva de recorrentes denúncias de corrupção na esfera pública brasileira, os sujeitos produzem sentidos inscritos num sistema de restrições semânticas que direcionam seus dizeres e até justificam suas escolhas enunciativas.

Destacamos que o Brasil, desde 2003, é governado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, candidato filiado ao Partido dos Trabalhadores, partido que, desde sua criação até essa data, atuara, no âmbito da esfera nacional, na oposição. Enquanto partido de oposição, o PT criticava os desvios de conduta de ocupantes dos cargos públicos acusados de corrupção e defendia uma administração ética e decente. Já na primeira gestão do presidente Lula, vieram à tona escândalos políticos envolvendo membros da equipe presidencial. Na segunda gestão não foi diferente. O caso do escândalo dos cartões corporativos é um dos mais recentes.

Os brasileiros significam tais fatos a partir de um longo e frequente histórico de corrupção nos setores públicos que já faz parte do imaginário coletivo da sociedade. No entanto, o que parece ficar mais evidente nos textos em questão não são as distantes denúncias de corrupção, são as mais recentes, as que datam a partir da primeira gestão do presidente Lula.

Os sujeitos enunciadores – jornalista e leitores – apesar dos diferentes lugares sociais que ocupam e, conseqüentemente, dos gêneros discursivos que distinguem suas posições enunciativas, atribuem sentidos bem semelhantes ao episódio dos cartões corporativos. Há regularidades na produção de sentidos e na atualização da memória discursiva. Por isso, focalizar os estudos sobre memória como esquecimento e preenchimento pode ajudar-nos nesta análise.

### 2.1.1.2 Memória: relações entre passado, presente e futuro

Para Foucault (1986, p.108), o enunciado só tem existência em um *domínio associado*. O enunciado é, assim, pertencente a uma rede de outros enunciados, na qual apresenta relações possíveis com enunciados passados e aberturas para um eventual futuro. O *domínio associado* é, pois, constituído pelo conjunto de formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve, podendo ser apagado ou ser valorizado e ainda ser oferecido como objeto a futuros discursos.

Em relação ao uso dos cartões corporativos, o campo associado, com base nos textos em análise, envolve a *memória discursiva* sobre o que já se falou a respeito de denúncias de corrupção no Governo Lula, sobre gastos efetuados com o cartão no governo anterior, sobre o funcionamento de cartões de crédito em outros países e em empresas privadas. E, ao propor discursos futuros, além desses enunciados atualizados, outros referentes ao Partido dos Trabalhadores no período anterior à assunção do Governo Federal, muitos desses já até cristalizados na sociedade brasileira, são também retomados nos textos dos leitores.

Courtine (1981), a partir dos estudos de Foucault (1969) sobre domínio associado, apresenta o conceito de memória discursiva. No sentido de Courtine, a memória discursiva refere-se à existência histórica do enunciado. Irrompe, assim, na atualidade do acontecimento e isso ocorre na relação entre interdiscurso e intradiscurso.

O interdiscurso, conforme o referido autor, torna-se perceptível no nível do enunciado, pois há um:

espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria interdiscurso; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, *domínio de memória*, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciator na formação dos enunciados 'preconstruídos', de que sua enunciação apropria-se. (COURTINE, 1999, p. 18)

Para o autor (1999, p. 22), o interdiscurso - lugar de memória - revela-se, pois, como preenchimento - produtor de um efeito de consistência no interior do formulável - e como esquecimento - oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do formulável.

Courtine (1981) refere-se ainda a: *domínio de memória* – possibilidade de apreender os funcionamentos discursivos de encadeamento de pré-construído e de articulação de enunciados; *domínio de atualidade* - sequências discursivas reunidas em um domínio de atualidade, inscritas na instância do acontecimento; e *domínio de antecipação*, pois não há um final no processo discursivo, se existe um "sempre-já" do discurso, pode existir um "sempre-ainda".

A partir dessa abordagem sobre domínio associado e memória discursiva, selecionamos, de nosso *corpus*, alguns enunciados verbais e imagéticos que materializam relações com o passado, espaço de pré-construídos, com o alhures do discurso e com o futuro, espaço de aberturas, de antecipação.

Assim, considerando a rede interdiscursiva do jornalismo, os já-ditos que são atualizados na reportagem referem-se, principalmente, a dados “positivos” sobre despesas efetuadas com cartões corporativos no Governo de Fernando Henrique Cardoso, dados “negativos” sobre despesas efetuadas com cartões corporativos no Governo de Lula, atitudes de ministros e funcionários envolvidos em denúncias e informações acerca do funcionamento do cartão em outros países.

No tocante aos gastos efetuados com os cartões desde o momento de sua adoção em 2001, no Governo FHC, até 2007, o enunciador apresenta um gráfico – recurso muito comum no jornalismo para atribuir efeito de real - que especifica os valores em reais movimentados por meio dos cartões corporativos.

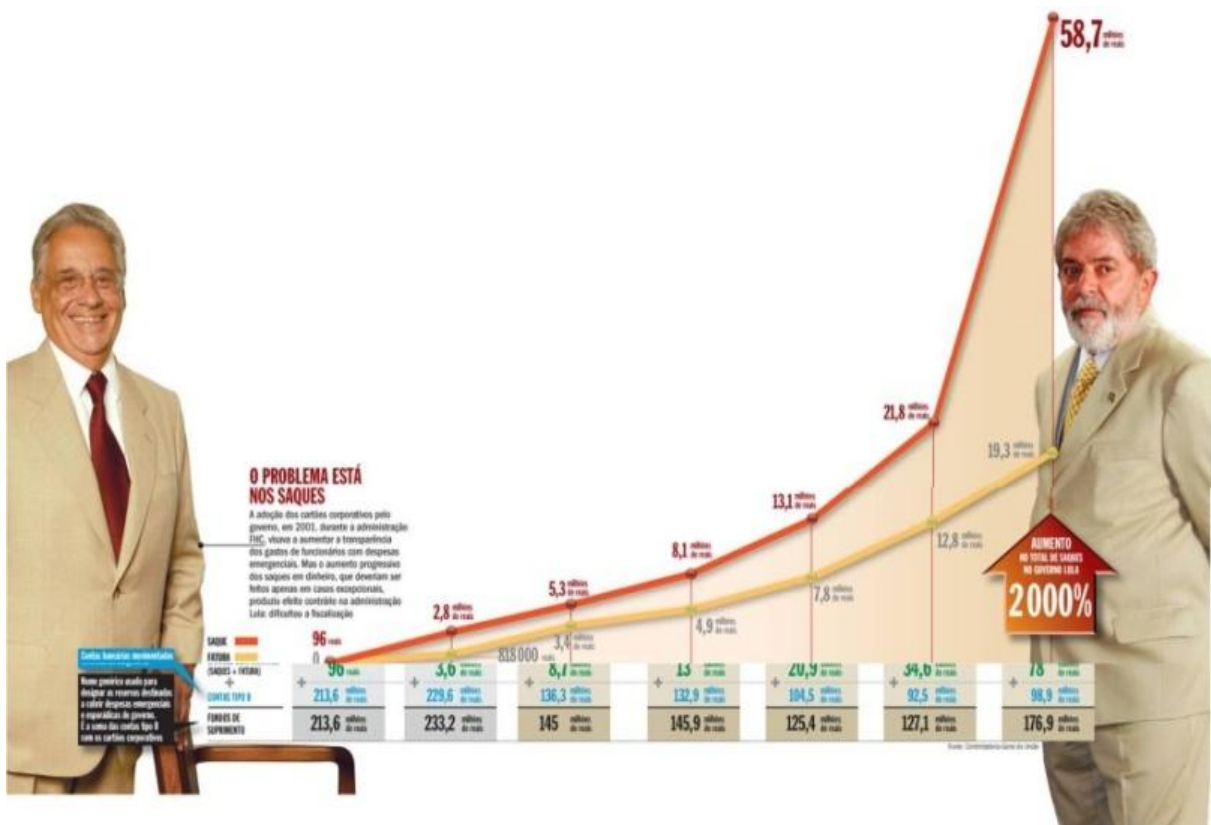


Figura 3

Fonte: [http://veja.abril.com.br/130208/popup\\_capa01.html](http://veja.abril.com.br/130208/popup_capa01.html)

O gráfico mostra que os valores sacados em dinheiro aumentaram de 96 reais, em 2001, a 58,7 milhões de reais em 2007. Assim, juntamente com as informações de que a adoção dos cartões pelo Governo FHC visava aumentar a transparência e, na administração Lula, a fiscalização foi dificultada, o sujeito enunciativo atualiza dados que são por ele considerados positivos no governo anterior e, em contrapartida, atualiza dados que são por ele considerados negativos no atual governo.

Para ilustrar o gráfico, de um lado, está a foto de Fernando Henrique Cardoso sorridente e, de outro lado, a foto de Lula com uma fisionomia que expressa preocupação. As fotos selecionadas, em consonância com o que é dito e quantificado no gráfico, produzem um efeito de complementaridade e, assim, os sentidos produzidos são de valorização ao governo anterior em detrimento da imagem do atual governo.

A referência à ex-ministra Matilde Ribeiro, que, segundo a matéria, foi “obrigada a pedir demissão depois que sua farra com os cartões veio a público”, ocorre por meio da denominação “Matilde ‘Free Shop’ Ribeiro”. O jornalista marca com aspas que o

sintagma “Free Shop” veio de outro lugar, de outro dizer. Assim, ao utilizar essa denominação, não apresenta uma informação nova. De novo há apenas sua formulação e os sentidos que são produzidos nessa atualização discursiva. O fato de a ministra ter usado o cartão corporativo para pagar compras em free shop, na materialidade simbólica, é ressignificado e essa memória discursiva é naturalmente recuperada pelos leitores.

Para reforçar a argumentação de que o grande culpado pelas falhas nos “abusos” dos cartões corporativos é o Governo Federal porque, além de permitir saques em dinheiro, não fiscaliza e não controla adequadamente os gastos, o sujeito jornalista atualiza informações sobre o funcionamento dos cartões em outros países.

Uma situação de punição ocorrida na França é destacada:

#### **Exemplo 1**

Na França, até a ex-mulher do presidente Nicolas Sarkozy, Cecília Sarkozy, teve de devolver um cartão de crédito funcional depois que a imprensa descobriu que ela o havia utilizado para pagar refeições a convidados em restaurantes. (*Veja*, 13/02/2008, p.58)

A partir dessas informações e, principalmente, pela comparação feita entre Brasil e outros países, parece que o efeito de sentido que o enunciador espera é provocar a indignação do leitor diante da postura que o discurso de *Veja* atribui ao Governo Brasileiro. O rigor na fiscalização do Governo Francês é bem evidenciado pelo uso do vocábulo “até”, ou seja, a então primeira dama do país, a que se encontra no mais alto escalão, foi punida. Em contraposição ao Governo Francês, o Governo Brasileiro é criticado e apontado como ineficiente e corrupto.

Para analisar enunciados inseridos em rede numa possibilidade de discursos futuros – visão de Foucault - e/ou domínio de antecipação na perspectiva de Courtine, observamos os discursos de leitores, publicados na edição 2048, a respeito da reportagem que trata dos cartões corporativos, publicada na edição anterior. A revista recebeu 182 cartas de leitores sobre tal reportagem e, desse total, publicou apenas 12 depoimentos.

O jornalista, na produção de seu discurso, insere muitos enunciados na rede interdiscursiva. E, no processo de abertura para discursos futuros, são observáveis, nos textos dos leitores, principalmente, dizeres que focalizam: dados “negativos” do Governo Lula –

desde 2003 a 2007 – que abarcam tanto o aumento crescente de saques operacionalizados por intermédio dos cartões corporativos, quanto as falhas do Governo Federal no controle e fiscalização dos gastos efetuados; atitudes e pronunciamentos de ministros envolvidos em denúncias; e a comparação do funcionamento do cartão em empresas públicas e privadas. Assim, nos textos dos leitores, tais dizeres remetem a já-ditos do sujeito jornalista. Embora seja curto o período que demarca essa “interlocação”, podemos dizer que a memória agora é atualizada no discurso dos leitores-enunciadores. São já-ditos que são retomados, deslocados, reforçados a partir das formulações – intradiscurso – dos leitores.

O repórter, ao informar acerca das “forjadas” tentativas de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, apresenta críticas às instituições fiscalizadoras na gestão de Lula. Vejamos este exemplo:

### **Exemplo 2**

Na primeira investigação, realizada em 2005, o TCU descobriu que funcionários do Palácio do Planalto, cujas faturas somavam 3 milhões de reais, sacaram 2 milhões em espécie em apenas sete meses. Em vez de investigar a natureza desses gastos, esmiuçando as notas fiscais que justificavam os gastos em dinheiro, o TCU limitou-se a recomendar ao governo que agisse com mais moderação na boca do caixa. (Veja, 13/02/2008, p.28) (grifos nossos).

Sobre tal fato, um dos leitores assim se manifesta:

### **Exemplo 3**

Tudo estava lá, exposto no Portal da Transparência, mas a CGU não notou, o TCU não olhou, o Parlamento não chiou, até que VEJA alertou. Eta instituições fiscalizadoras! Dirceu Santos - Mococa, SP (Veja, 20/02/2008, p.28) (grifos nossos).

Como se vê, o leitor apresenta novas formulações de já-ditos do jornalista. E ainda parabeniza *Veja* pelo “seu papel de fiscalizadora”. É um grande elogio à instituição

jornalística e ela seleciona essa declaração para figurar no início da Seção *Cartas* em situação de destaque.

São muitos os discursos de leitores que atualizam já-ditos do jornalista. Em relação à comparação do funcionamento dos cartões em empresas privadas, os sentidos produzidos entram em rede, circulam. Tal sintonia pode ser demonstrada, a partir das palavras deste leitor:

#### **Exemplo 4**

Cumprimento VEJA pela comparação entre os gastos dos cartões corporativos do governo com os dos executivos do setor privado. Essa é uma excelente prova da ineficiência do setor público, que gasta sem se preocupar com explicações... Fabio Tomczak - Mogi das Cruzes, SP (*Veja*, 20/02/2008, p.28)

Nesse exemplo, percebemos que os sentidos produzidos pelo sujeito jornalista são “literalmente absorvidos” pelo leitor. A comparação com o setor privado reforça a ideia de “ineficiência do setor público” e o leitor “repassa”, ou melhor, atualiza e “joga pra frente” esse sentido.

Quando compara o setor público brasileiro com o setor privado, assim como com o Governo de outros países e ainda com o Governo de FHC, o sujeito jornalista dá visibilidade ao que é “negativo” no Governo Brasileiro e ao que é “positivo” nas empresas privadas, em outros países e no Governo de FHC. Faz, assim, um recorte da realidade. Mas esse recorte, considerando a forma como é exposto, numa leitura rápida e superficial, parece representar o todo. E, assim, diante desse efeito de sentido provocado pelo agenciamento do sujeito jornalista, o brasileiro não encontra no setor público de seu país nada de que possa se orgulhar.

Tal acontecimento discursivo deve ainda ser considerado em sua irrupção histórica e, nesse sentido, ele é singular e repetível: “de um lado, ele é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro”. (FOUCAULT, 1986, p.32)

### 2.1.1.3 Corrupção só no Governo Lula?

Ao discutirmos como *Veja* significa o tema corrupção, as seguintes indagações surgiram: Em *Veja*, quando o tema é corrupção, o espaço de "preenchimento" pela memória é recortado a partir de 2003, início do Governo Lula? Em *Veja*, corrupção no Governo FHC revela-se no plano do esquecimento?

Considerando os textos que elegemos para análise neste capítulo, pensamos que os aspectos que abordamos nos possibilitam dizer que as questões acima tendem a ser vistas como afirmativas. O sujeito jornalista coloca em evidência, como já mencionamos, dados “positivos” do Governo FHC. Denúncias de corrupção no governo tucano ou nos governos anteriores é uma informação apagada, esquecida em sua enunciação. Os leitores enunciadores, por sua vez, também não atualizam informações referentes a corrupção no governo anterior.

Principalmente nas declarações dos leitores, as retomadas referentes ao período anterior, quando o PT ainda não estava no poder, recaem, sobremaneira, nos discursos sobre ética, discursos esses cristalizados na sociedade como marca do PT. Uma leitora afirma que “elegemos um governo para não roubar. Queríamos um governo ético que trabalhasse para os brasileiros...” (p.28). Parece uma espécie de cobrança. Cobrança semelhante, porém, não é vista em relação ao Governo de FHC ou outros que o antecederam na Presidência da República.

O depoimento que diz o que a mídia se autoriza a dizer transcrito a seguir marca até o início do processo das descobertas de corrupção:

#### **Exemplo 5**

Começou com o mensalão, seguiu com os sanguessugas e, agora, chegou aos cartões corporativos. Para sustentar toda essa farra, nós temos que pagar os mais altos impostos do mundo. Mário Lúcio Caldeira de Faria – Montes Claros, MG (*Veja*, 20/02/2008, p.28) (grifos nossos).

A crítica não é manifestada à corrupção no setor público que há tempos bem remotos prejudica o país. A crítica é expressa à gestão de Lula, pois o marco inicial é o



escândalo do “mensalão”, primeiro escândalo da atual administração.

Diante da amplitude de enunciados e situações evidentes no texto de capa, na reportagem e nas cartas dos leitores, precisamos priorizar alguns fragmentos e imagens. Mas são muitos os exemplos que podem ilustrar os já-ditos que são retomados e os que são apagados. É, pois, a partir de um agenciamento de sujeitos enunciadorees entre um jogo de retomadas, deslocamentos e esquecimentos que a memória é atualizada nesse acontecimento discursivo.

A mídia é um espaço que dá condição de existência a enunciados e possibilita que eles sejam repetidos e, desta forma, entrem em rede. No caso da interlocução que analisamos, constatamos, no domínio da memória discursiva, redes de formulações jornalísticas que tratam o escândalo dos cartões corporativos no interior de outras formulações que dão visibilidade à corrupção no setor público brasileiro durante a gestão de Luís Inácio Lula da Silva. Conforme Foucault (1986, p. 111-2), “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição”.

Os sentidos que circularam em *Veja* – assim como os que circulam na mídia – são agenciados pelo enunciadoree que atua na mediação entre realidade e leitor. Assim, nessa mediação, há a ação de sujeitos que olham e fotografam os lugares que convêm em um dado momento, em uma dada conjuntura histórica.

## **2.1.2 A corrupção em *CartaCapital*: jogos de explicações e insinuações**

### **2.1.2.1 Resposta à “mídia tucano-udenista”?**

Enquanto as denúncias acerca dos cartões corporativos já circulavam intensamente em várias instituições midiáticas desde 23 de janeiro de 2008, *CartaCapital* só entra na discussão a partir da edição de 13 de fevereiro desse ano, três semanas depois. Nessa edição, publica dois textos sobre a temática: “A mídia tucano-udenista”, inserido na seção *A Semana*, e a reportagem “A nova velha crise”, que se estende por três páginas. Verificamos que esses textos emergem como uma resposta aos discursos já veiculados na mídia anteriormente.

O enunciador do texto “A mídia tucano-udenista” apresenta uma fotografia de Lula e sua respectiva legenda: “Surpresa? O alvo é Lula, à sombra da hipocrisia tradicional”. Além da imagem e da legenda, o enunciado “O caso do cartão não é edificante, mas o objetivo é sempre o mesmo” figura em destaque na página da revista. E, no início do texto, como resposta a já-ditos da mídia sobre o caso, o enunciado “Sentinela da democracia, a mídia mergulha na história dos cartões corporativos para denunciar a falta de transparência e lisura do governo Lula. A história não é edificante, mas nem sempre bem contada” também materializa o sentido de defesa às acusações, pois, para *CartaCapital*, a “história não é edificante”.

A reportagem “A nova velha crise”, em simetria com o posicionamento político discursivizado no texto anterior, também emerge como uma resposta a vários enunciados que já circularam acerca desse escândalo. O próprio título, formulado com adjetivos antônimos, intensifica os sentidos em construção nessa edição de *CartaCapital*: a finalidade da mídia é “velha”, é atingir o Governo Lula, “velha” é essa disputa política; “nova” é a oportunidade que a oposição encontrou para colocar o governo petista na berlinda.

#### **2.1.2.2. Governo Lula: maior transparência?**

Com o objetivo de analisar como *CartaCapital* trata o tema corrupção, tendo em vista a memória que é atualizada, selecionamos, inicialmente, enunciados que são retomados para explicar as acusações e, conseqüentemente, defender o Governo Lula. Explicações e defesas povoam os enunciados que emergem em resposta a outros. Vejamos um exemplo do texto “A mídia tucano-udenista”:

##### **Exemplo 6**

As mazelas do poder fazem parte da tradição e, em inúmeras oportunidades, contaram com o silêncio da mídia. Até os começos da era Lula, quando nenhuma ocasião passou a ser perdida na tentativa de pôr o governo em dificuldade”. (*CartaCapital*, 13/02/2008, p.16) (grifos nossos).

Os sentidos produzidos sobre corrupção apontam para acontecimentos que “fazem parte da tradição” e para acontecimentos de silenciamento até uma determinada época: “começos da era Lula”. Esses acontecimentos passados são retomados e valorizados em *CartaCapital*.

Em contraposição aos sentidos produzidos por *Veja*, como já podemos constatar, principalmente pela presença do enunciado “Começou com o mensalão...” (*Veja*, 20/02/2008, p.28), *CartaCapital* não focaliza outros escândalos da gestão Lula, nem atribui a eles marcos iniciais. Ao contrário, produz sentidos de que “as mazelas do poder fazem parte da tradição”.

Na reportagem “A nova velha crise”, os dados sobre gastos com despesas emergenciais do Governo FHC são retomados, mas o enfoque é outro bem diferente do enfoque apresentado em *Veja*. Enquanto *Veja* publica esses dados para dar ênfase aos gastos efetuados via cartão, em detrimento das informações dos gastos totais com essas despesas efetuadas via cartão e contas tipo B, *CartaCapital* dá ênfase às despesas totais. Conforme *CartaCapital*, as despesas via cartão realmente são maiores no Governo Lula, mas as despesas totais entre os suprimentos de fundos são maiores no Governo FHC. Em suma, de acordo com *CartaCapital*, Lula reduz gastos.

O enunciador informa ainda que o cartão foi utilizado no Governo FHC por menos de dois anos e que o Governo Lula intensificou o uso do cartão por ele ser mais transparente e, para produzir esse sentido, cita o discurso, como argumento de autoridade, do Tribunal de Contas da União: “Mesmo o TCU reconhece que os cartões aumentaram a transparência nas contas e no combate à corrupção no serviço público”.

Em tom de insinuação, o enunciador escreve:

### **Exemplo 7**

Outro blogueiro vasculhou as despesas com cartão corporativo de um dos seguranças designados ao ex-presidente FHC num posto de gasolina no bairro de Higienópolis, em São Paulo. Descobriu que, em um só dia, foram feitos quatro abastecimentos com tanque cheio nos dois veículos de Fernando Henrique. Para quê? Mais silêncio. (*CartaCapital*, 13/02/2008, p.22)

Corrupção no Governo FHC revela-se no plano do esquecimento em *CartaCapital*? Parece que não.

Na edição de 20 de fevereiro de 2008, *CartaCapital* publicou apenas duas cartas de leitores. Interessantes, contudo, são as cartas que ela selecionou para publicar, pois os sujeitos leitores enunciam de lugares bem distintos: um inscrito na formação discursiva de centro-esquerda e outro inscrito numa formação discursiva de centro-direita.<sup>7</sup>

A primeira declaração é longa e assinada pela Assessora de Comunicação e Imprensa do Instituto Fernando Henrique Cardoso, Ana Cristina Pessini. Nela a missivista expõe dados com datas, valores e quilometragens “esclarecedores” acerca da despesa de gasolina paga com cartão corporativo. *CartaCapital*, no entanto, se dá o direito de resposta:

#### **Exemplo 8**

##### **RESPOSTA DA REDAÇÃO**

Já causa pasmo o fato de que ex-presidentes tenham direito a dois carros, pagos pelo Estado. No mais, o blogueiro que nos informou cometeu, evidentemente, um engano. Ambos os carros foram abastecidos à distância de dois dias. O que nos leva à conclusão de que devoram quilômetros e gasolina. Talvez necessitem de revisão. (*CartaCapital*, 20/02/2008, p.64) (grifos nossos).

Embora *CartaCapital* publique a carta da assessora do Instituto FHC, isso é feito para evidenciar, ironicamente, que há algo estranho nessa informação, algo que talvez “necessite de revisão”.

A segunda carta publicada caracteriza-se por apresentar outras formulações de enunciados apresentados pelo jornalista, ou melhor, por atualizar dizeres materializados na reportagem da edição anterior. O leitor enunciador aponta que “o grupo de oposição, incapaz de formular propostas que contribuam ao debate político, esforça-se para encontrar qualquer motivo capaz de minar a popularidade do governo”.

---

<sup>7</sup> Melo (2003, p.177) destaca que, ao selecionar as cartas, um dos critérios que as instituições, geralmente, privilegiam é a projeção social do missivista e destaca ainda que as cartas de retificação são inadiáveis.

Considerando esses nossos recortes, constatamos que denúncias de corrupção e de irregularidades dirigidas ao Governo FHC não são apagadas em *CartaCapital*. Em meio a já-ditos que são retomados, há também muitas insinuações. E, assim, os efeitos de sentidos construídos tomam uma direção oposta à direção tomada por *Veja*.

### 2.1.3 O espaço discursivo: FD de centro-direita *versus* FD de centro-esquerda

Nesse primeiro momento, quando circularam as primeiras denúncias acerca do “mau uso” dos cartões corporativos do governo federal brasileiro, uma “polêmica constitutiva” é estabelecida, visto que, para essa noção, qualquer enunciado, por se caracterizar como resposta a outros enunciados com os quais dialoga, é essencialmente polêmico.

Tendo por base os posicionamentos político-ideológicos de *Veja* e *CartaCapital* – revelados até na seção de cartas de leitores -<sup>8</sup>, podemos constatar que os já-ditos apagados, retomados e oferecidos a discursos futuros, na escrita desse episódio da história dos cartões corporativos, são o resultado de um agenciamento enunciativo que se inscreve em duas formações discursivas opostas: a FD de centro-direita ( filiação de *Veja*) e a FD de centro-esquerda (filiação de *CartaCapital*).

O conjunto de traços semânticos globais que governa o discurso de *Veja* permite a produção de efeitos de sentidos - ao retomar dados considerados “negativos” do Governo Lula e ao apagar dados considerados “negativos” do Governo FHC – que versam sobre um grande esquema de corrupção via cartões corporativos na gestão Lula; sentidos que se inscrevem na FD de centro-direita.

Já o discurso de *CartaCapital* é regido por um sistema de restrições que – ao retomar dados considerados “negativos” do Governo FHC – permite a produção de sentidos em torno de uma história “não edificante”, mas “mal contada”. Por isso, em resposta aos discursos da “mídia”, a revista produz sentidos não só que negam esse grande esquema de corrupção via cartões corporativos no Governo Lula, mas que afirmam “avanços na fiscalização”, pois “o cartão é mais moderno, prático e eficiente”, de acordo com o discurso de Hage, ministro da Controladoria Geral da União – discurso citado por *CartaCapital* –,

---

<sup>8</sup> Para Melo (2003, p.175), todas as cartas que chegam às instituições jornalísticas passam pelo crivo da verificação e são publicadas conforme critérios de edição que se coadunam com a política editorial da empresa.

além de ser mais “transparente”, conforme o discurso do Tribunal de Contas da União também citado por *CartaCapital*. Como se observa, os sentidos produzidos por *CartaCapital* inscrevem-se na formação discursiva de centro-esquerda.

Dessa forma, o espaço discursivo que construímos, constituído das duas formações discursivas que denominamos FD de centro-direita e FD de centro-esquerda, revela posicionamentos discursivos antagônicos nesse processo de escrita da história do escândalo dos cartões corporativos.

## **2.2 No palco uma CPI: um acontecimento de (não) acontecer**

Durante o mês de fevereiro de 2008, a discussão envolvendo as denúncias sobre o uso dos cartões corporativos pautou-se sobremaneira em torno da criação ou não de uma CPI para investigar as denúncias que envolviam não apenas ministros, mas funcionários dos mais diversos escalões do Governo Federal Brasileiro. Como esse assunto ocupou as principais manchetes dos noticiários brasileiros durante esse período, trazendo à baila discursos heterogêneos recheados de já-ditos em torno da temática corrupção, decidimos focalizá-lo neste item.

Na série de acontecimentos discursivos que circularam sobre a instalação de tal CPI, recortamos, nesta análise, um acontecimento veiculado no início do escândalo que volta a circular neste momento: o fato de Orlando Silva, Ministro dos Esportes, ter usado o cartão corporativo para pagar tapioca no valor de R\$ 8,30. Para nortear nossa análise, selecionamos de *CartaCapital*: o texto de capa da revista, a respectiva reportagem “O enredo da tapioca”, veiculados em 20 de fevereiro de 2008, e as cartas de leitores publicadas na semana seguinte; e da revista *Veja*: a reportagem “A fábula da CPI dos Cartões”, publicada em 20 de fevereiro de 2008 e as cartas de leitores veiculadas em 27 de fevereiro do mesmo ano e um texto publicado em 02 de abril de 2008 sobre o episódio do sorvete de tapioca que a presidência da CPI tomou durante a sessão.

Diante desse material discursivo, as seguintes indagações se impuseram: Por que *CartaCapital* retoma o episódio da “tapioca”? Por que *Veja* se silencia em relação a isso? Qual a relação da emergência ou não de tais enunciados com os sentidos produzidos sobre corrupção nesses espaços midiáticos? Assim, como não poderia ser diferente, somos guiados pelo que postula Foucault (1986, p.39), ao afirmar que a descrição de acontecimentos do

discurso coloca a seguinte questão: “como apareceu determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”

Como abordamos, nesta segunda parte deste capítulo, a produção discursiva da mídia impressa sobre o episódio da “tapioca” e, por imbricação, sobre a instalação ou não da CPI para investigar o escândalo em torno dos cartões corporativos, consideramos não somente aspectos postulados por Foucault sobre as condições de formação dos discursos, mas também discussões propostas por Pêcheux acerca de acontecimento e circulação discursiva.

Nessa empreitada, consideramos ainda a função do jornalista como “historiador” em primeira instância, uma vez que ele “rascunha” a história do tempo presente. E, nesse sentido, observamos a escrita da mídia, sob o viés da estabilização de sentidos e, conseqüentemente, na sua função de geradora de memória.

### **2.2.1. Discurso em *CartaCapital*: por que enunciar “CPI da Tapioca”?**

*CartaCapital*, em sua edição de 20 de fevereiro de 2008, retoma, na capa da revista, um enunciado proferido pelo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo: “CPI da Tapioca”. O referido ministro, no dia 31 de janeiro de 2008, ao dar uma declaração, ironizando a iniciativa da oposição de pedir a instalação de uma CPI para investigar supostas irregularidades no uso dos cartões corporativos do governo federal, diz: “Com toda sinceridade, acho que não é o caso. Vai fazer o quê? Convocar um ministro de Estado para explicar o gasto de R\$8,30 com uma tapioca? Vai virar a CPI da Tapioca?” (Folha online, 31/01/2008)

Esse acontecimento discursivo, singular e repetível, só pode ser interpretado considerando que sua emergência pressupõe articulações com outros enunciados. Nessa perspectiva, o enunciador Paulo Bernardo realiza um gesto singular, mas ao mesmo tempo atualiza uma memória relacionada à criticada atitude do Ministro dos Esportes. E, como *CartaCapital* retoma essa formulação do Ministro do Planejamento, podemos ratificar que o enunciado “é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (FOUCAULT, 1986, p. 32).

Considerando, pois, a rede interdiscursiva da mídia jornalística, *CartaCapital*, ao atualizar já-ditos materializados no discurso de Paulo Bernardo, assim formula seu texto de capa:



Figura 4

Fonte: *CartaCapital*, 20 de fevereiro de 2008

*CartaCapital*, apesar de conjugar, nessa capa, linguagens verbal e imagética, valoriza o visual. As imagens da tapioca e do cartão de crédito centralizadas na página sobre o fundo preto são apresentadas com dimensões muito próximas do real. Essa ilustração refere-se metonimicamente ao escândalo dos cartões corporativos.

Mesmo sem o texto verbal, o leitor, ao “olhar” para a representação da tapioca sendo recheada por um cartão de crédito, interpretaria o sentido em construção que remete ao fato de o Ministro dos Esportes comprar tapioca com cartão corporativo do governo federal. E essa particularização parece não deixar dúvida de que a reportagem abordaria o escândalo em geral, com todas as denúncias e não apenas esta. Para Fresnault-Deruelle (1993), a imagem possui uma mudez que fala e, nessa vertente, a narratividade que permeia o interior dessa imagem aciona uma memória que condensa em si todo um dizer.

Mas os efeitos de sentido produzidos não se limitam a isso. A linguagem imagética, conjuntamente com a manchete “E VAMOS À CPI DA TAPIOCA...” e a chamada



“A oposição insiste na investigação de casos de pequena dimensão na esperança de atingir Lula”, produz um efeito de sentido similar ao sentido formulado por Paulo Bernardo. Com isso *CartaCapital* desmerece a necessidade de instalar uma CPI para investigar esse escândalo? Por quê?

A manchete, em letras garrafais, é também destacada ao estabelecer uma sintonia semântica e tipográfica com a imagem. E, em destaque, a revista enuncia “CPI da Tapioca” e não “CPI dos Cartões Corporativos”. Ela optou por colocar em circulação uma formulação empregada jocosamente não apenas pelo Ministro do Planejamento, mas, posteriormente, por muitos aliados do governo Lula. Para Sargentini (2008, p.134), como a mídia prioriza a circulação de acontecimentos, a constituição e a formulação dos discursos ficam em segundo plano. Há, assim, “um apagamento do sujeito em função da circulação de um enunciado obscuro no qual o mais importante não é quem diz ou para quem se diz, mas a própria circulação.” *CartaCapital* utiliza a construção “CPI da Tapioca”, mas apaga a “gênese” desse dizer<sup>9</sup>. Provavelmente, só o leitor que está bem informado sobre tais fatos terá possibilidades de identificar no intradiscurso a relação interdiscursiva.

O enunciado “E vamos à CPI da Tapioca...” inscreve-se, assim, num posicionamento que acredita não ser necessária uma CPI, pois duvida da real dimensão atribuída ao escândalo e, desta forma, filia-se à formação discursiva de centro-esquerda. Como a própria revista enuncia: “são casos de pequena dimensão”. Por serem, então, “casos de pequena dimensão”, os efeitos de sentido produzidos revelam não se justificar a proporção que a mídia e a oposição atribuem ao fato e, conseqüentemente, não ser proveitoso dedicar tanto esforço, via uma CPI, para tão pouco.

Desde a capa, o foco da reportagem recai sobre a oposição, na tentativa de construir sentidos que desqualifiquem seu veemente discurso em prol da instalação da CPI. *CartaCapital* veicula o discurso da oposição - e também de muitas instituições midiáticas - ao enunciar que ela “insiste na investigação”, mas, ao especificar o que será investigado – “casos de pequena dimensão” - e o objetivo de tal investigação – “atingir Lula”, materializa no enunciado marcas linguísticas de sua própria formação discursiva.

Esse enunciado inscreve-se, pois, numa rede de formulações que defendem o Governo Lula, mais especificamente, formulações divulgadas pelos aliados do governo. É um enunciado atravessado por já-ditos em outros lugares e em outros momentos. E assim, no

---

<sup>9</sup> Na perspectiva foucaultiana, tal “gênese” do dizer não é o mais relevante para o processo interpretativo.

meio dessa heterogeneidade e dispersão constitutivas desse enunciado, a unidade faz-se presente.

A produção desses sentidos entra em redes de memória e os discursos dos leitores, que analisamos na perspectiva de averiguarmos o processo de “aberturas” para enunciados futuros, atualizam tais sentidos que se inscrevem na formação discursiva de centro-esquerda. Vejamos este exemplo:

### **Exemplo 9**

De CPI em CPI a direita brasileira pensa ditar o enredo de um samba nada popular. Figurões inconformados por terem perdido seu terreno no poder alimentam a cada dia seu ódio de classe contra o metalúrgico e seus companheiros; pois a lógica da crise – “qualquer crise”, diria Paulo Henrique Amorim – sustenta o jogo “político” de quem não sabe fazer política e tem divergências com a democracia. Ocorre, no entanto, que nosso “Farol de ALEXANDRIA” ou “Tartufo Nativo-mor” rei do tucanato ribeirinho, há muito perdeu o bonde e anda a ver da calçada o metalúrgico ampliar sua popularidade e realizar na política o que eles, Demos e cia., por incompetência nata foram incapazes de fazer em 500 anos. Higor Fabrício de Oliveria – Campinas, SP (*CartaCapital*, 27/02/2008, p.22) (grifos nossos).

Nesse texto, o leitor mostra-se indignado e dá vazão ao seu descontentamento em relação às atitudes da “direita brasileira”, que, segundo ele, além de não ter sido capaz, em 500 anos, de fazer na política o que Lula – o metalúrgico – está fazendo agora, defende a criação da CPI. O leitor, inscrito na FD de centro-esquerda, atualiza, a partir de novas formulações, o dizer de que “a oposição insiste na investigação de casos de pequena dimensão” e ainda aponta o motivo: “ódio de classe”, inveja de “ver da calçada o metalúrgico ampliar sua popularidade e realizar na política o que eles... foram incapazes de fazer em 500 anos”.

Pautados na concepção de formação discursiva de Maingueneau, constatamos que as regularidades enunciativas manifestadas entre *CartaCapital* e representantes do Governo Lula não se limitam ao espaço da capa. Na reportagem, concretiza-se - a partir da seleção feita pelo sujeito enunciativo de discursos outros, de fatos e de informações - o empenho de construir sentidos que corroborem o que é dito na capa.

O próprio título da reportagem, “O enredo da tapioca”, reforça a ideia pejorativa com a qual é tratada a possível CPI. E, logo no início, o enunciador questiona a real dimensão do escândalo dos cartões corporativos:

**Exemplo 10**

Na iminência de uma nova CPI no Congresso e diante do enésimo torneio entre a oposição e o governo para ver quem é mais ético e transparente, cabe repetir uma pergunta: qual a dimensão real do novo escândalo que recheia o noticiário e paralisa a Praça dos Três Poderes? (*CartaCapital*, 20/02/2008, p.22) (grifos nossos).

Não só nesse excerto, mas também ao longo da reportagem, o enunciador apresenta argumentos que desvalorizam a necessidade de instalar uma CPI. Dentre esses argumentos, três se destacam: a dificuldade de investigar tais casos; a perda de tempo com casos pequenos; e o próprio objetivo da CPI, que, segundo a revista, será um palco para um “torneio entre oposição e governo” ou “briga com tons eleitorais”.

*CartaCapital* refere-se ainda ao possível acordo entre oposição e governo para que a CPI seja controlada, não envolvendo com isso os gastos diretos e sigilosos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, mas não enfatiza esse fato. O foco discursivo recai sobre a significação que permeia o sintagma “CPI da Tapioca”, ou seja, não há motivo para se instalar uma CPI.

Com esses efeitos de funcionamento discursivo, os enunciados, inscritos no interior de uma formação discursiva que rejeita a criação da CPI e postos em circulação por *CartaCapital*, dependem da história, mas, discursivamente, também constroem a história. Também por isso, compreendemos a opção da revista por colocar em circulação a expressão “CPI da Tapioca”, na tentativa de estabilizar esse sentido.

### 2.2.2 Discurso em *Veja*: por que não enunciar “CPI da Tapioca”?

Em 20 de fevereiro de 2008, *Veja* publica a reportagem “A fábula da CPI dos Cartões”, na qual aborda possibilidades e negociações em torno da criação da CPI para investigar os gastos com cartões corporativos do governo federal.

Embora ambas as revistas tenham circulado na mesma semana, *Veja*, diferentemente de *CartaCapital*, focaliza, em seu texto, além do acordo entre governo e oposição para controlar as investigações, de forma a não envolver os gastos diretos do atual e do anterior presidente da República, a necessidade de criação de uma CPI para investigar “gastos milionários” efetuados pelo Governo Lula com despesas emergenciais e esporádicas que, segundo ela, não estão totalmente transparentes no portal da CGU.

Nas duas primeiras páginas da reportagem, a revista prioriza a linguagem imagética. Duas imagens produzidas para ilustrar a reportagem ocupam uma página inteira e parte da outra.

Com o título “A FÁBULA DA CPI DOS CARTÕES” ampliado de modo a preencher as duas páginas, assim aparecem as imagens:



Figura 5

Fonte: *Veja*, 20 de fevereiro de 2008

O próprio título, em complementaridade com a imagem, produz o sentido de que a CPI será de faz de conta. Os dois pontos fortes da reportagem: criticar o acordo - entre oposição e governo para limitar as investigações de forma que não envolvam os gastos diretos dos presidentes FHC e Lula - e defender a criação da CPI - para comprometer o Governo Lula

- aparecem magistralmente significados nessas duas imagens. Na primeira, em complementaridade aos textos verbais – dados pesquisados da CGU – acoplados ao binóculo utilizado por uma pessoa, constrói-se o sentido de que não há tanta transparência – “apenas 11%” - no Portal da Transparência conforme “o governo alega”. Nessa imagem, ampliação e recorte da parte superior do rosto complementam a significação que a revista está circulando ao defender a criação da CPI para investigar os gastos do Governo Lula.

Com a segunda imagem, a revista ridiculariza uma CPI arquitetada sobre um acordo entre oposição e governo. Em conformidade com o termo “fábula”, os circos armados pelos dois grupos políticos representam um convite para se assistir a um espetáculo já “ensaiado” por eles. E, assim, o enunciado “Não perca a primeira sessão da CPI dos Cartões” só faz complementar tal ridicularização.

Logo após o título, o enunciado: “Acordo com a oposição limita as investigações sobre os gastos milionários do governo em despesas sigilosas” também corrobora os sentidos em construção nesse texto: os “gastos são milionários”, não há transparência total sobre eles, por isso é mais do que justificável uma CPI séria, uma “CPI dos Cartões” e não uma “CPI maneta”, como a própria revista caracteriza, ou uma “CPI da Tapioca”.

O jornalista afirma também que

#### **Exemplo 11**

está mais do que evidente que os cartões corporativos têm sido usados sem controle, inclusive para pagar despesas estranhas ao serviço público, com claros indícios de abusos. Conclusão: numa aparente demonstração de que nada tem a esconder, o governo apoiou a proposta da oposição de criar uma CPI para investigar os cartões. (*Veja*, 20/02/2008, p.50)

E, mais adiante, diz que “o aparente empenho de parlamentares do governo e da oposição era apenas uma piada de faz de conta”. Desse modo, constrói, mais uma vez, sentidos em defesa da necessidade de instalar a CPI e de crítica aos futuros trabalhos da CPI: “piada de faz de conta”. Um leitor retoma o sentido de que a CPI será de “faz de conta” a partir de formulações enunciativas que fazem alusão a sentidos estabilizados em torno do vocábulo “pizza”:

**Exemplo 12**

Sugiro ao senador Neuto de Couto e ao deputado Luiz Sérgio que, ao lado do nome dos integrantes da CPI, adicionem uma coluna em que cada membro da CPI possa colocar seu sabor de preferido de pizza. Ou alguém duvida que essa CPI terminará em pizza? E o pagamento da pizza, claro, será feito com cartão corporativo. Luiz Eduardo Silva Daniele – São Paulo, SP (*Veja*, 27/02/2008, p.32) (grifos nossos).

Outro leitor refere-se ao “uso abusivo dos cartões corporativos” não para defender a instalação da CPI, mas, numa atitude mais radical, propor que o atual governo peça “pra sair”. Vejamos:

**Exemplo 13**

Depois do uso abusivo dos cartões corporativos, acho que passou da hora de o povo bancar o Capitão Nascimento e gritar para o presidente, seus ministros e a totalidade da atual legislatura do Congresso: “Pede pra sair!” Nei Martins André – Florianópolis, SC (*Veja*, 27/02/2008, p.32) (grifos nossos).

Destacamos que o enunciador busca, tendo em vista seu papel de “jornalista-historiador” do tempo presente, construir uma memória. Como para tal é preciso fazer com que o “acontecimento registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (DAVALLON, 1999, p. 25), o enunciador descreve e interpreta o acontecimento de forma a atribuir-lhe a grandiosidade necessária para que ele fique na memória sob o ponto de vista de sua formação discursiva. As declarações dos leitores possibilitam-nos observar como os sentidos, inscritos num mesmo sistema de restrições semânticas, estão sendo reformulados e, conseqüentemente, quais significados estão sendo estabilizados acerca desse episódio do escândalo dos cartões corporativos.

Também para legitimar os sentidos que busca estabilizar, o enunciador apresenta, justapostas, as fotos de FHC e Lula:



O ex-presidente Fernando Henrique diz que não tem nenhum receio das investigações em seu governo.

O presidente Lula é contra a divulgação dos gastos dos cartões corporativos de seu gabinete por questões de segurança

Figura 6

Fonte: [http://veja.abril.com.br/200208/p\\_050.shtml](http://veja.abril.com.br/200208/p_050.shtml)

Fernando Henrique Cardoso, sentado, com as mãos abertas e viradas para cima. Já Lula, em pé, falando por um microfone e com as mãos também abertas, mas viradas para baixo. Expressão facial, posição do corpo, gestos de FHC e Lula e as legendas reforçam os sentidos expressos de que FHC “não tem nenhum receio das investigações em seu governo” e de que Lula “é contra a divulgação dos gastos dos cartões corporativos de seu gabinete”. Num entrecruzamento entre processo interpretativo e descritivo do jornalista, os sentidos que busca estabilizar estão em conformidade com a FD de centro-direita.

A denominação “CPI da Tapioca”, apesar de ter demonstrado grandes possibilidades de enunciabilidade não só por ter sido pronunciada por Paulo Bernardo na mídia e por ter circulado em algumas instituições midiáticas e nos dizeres dos aliados do governo, mas também por seu caráter popular e derrisório, não é utilizada por *Veja*. Dessa forma, tal expressão é recusada por *Veja* – que utiliza sempre “CPI dos Cartões” - porque não está em conformidade com as regras que regem a semântica global de seu discurso ou, dito de outra forma, *Veja* atende às proibições que lhe são imputadas por sua formação discursiva.

Enquanto *CartaCapital* se refere a “casos de pequena dimensão”, *Veja* refere-se a “gastos milionários”. E essas opções enunciativas reforçam a maneira como caracterizam a CPI. O adjunto adnominal do sintagma “CPI da Tapioca” possui um caráter particular – de um “caso de pequena dimensão - e equivale, conotativamente, a um emprego jocoso. Já o

adjunto adnominal do sintagma “CPI dos Cartões” remete à totalidade dos casos e seu emprego embota-se de uma denotativa seriedade. Nesse sentido, dizer “CPI da Tapioca” significa considerar a CPI desnecessária, ao passo que dizer “CPI dos Cartões” significa considerar necessária a CPI. Duas formulações que se inscrevem em formações discursivas opostas: a primeira, na FD de centro-esquerda e a segunda, na FD de centro-direita.

### 2.2.3 O episódio do sorvete de tapioca

No dia 26 de março de 2008, o deputado Vic Pires (DEM-PA) distribuiu sorvete de tapioca aos integrantes da CPI durante a sessão, obviamente em alusão à tapioca comprada pelo Ministro dos Esportes com cartão corporativo.

Os integrantes da CPI tomaram o sorvete durante a sessão e esse fato gerou uma série de acontecimentos discursivos, envolvendo principalmente a oposição, o governo e a mídia, que registrou e divulgou amplamente esse acontecimento.

Várias fotos de Luiz Sérgio, relator, e de Marisa Serrano, presidente da CPI, tomando sorvete de tapioca, foram estampadas em jornais e revistas brasileiras. Muitas instituições midiáticas publicaram fotos desse episódio, com informações esclarecedoras sobre a situação e ainda o sabor do sorvete.

*Veja*, em sua edição de 02 de abril de 2008, também registrou o acontecimento:



Retrato da CPI: o relator Luiz Sérgio e a presidente Marisa Serrano; eles tomaram sorvete na sessão

Figura 7

Fonte: [http://veja.abril.com.br/020408/p\\_056.shtml](http://veja.abril.com.br/020408/p_056.shtml)



Como se vê nessa fotografia e na legenda, *Veja* registrou e fez circular parte do fato. As únicas informações e referências que apresenta na reportagem equivalem a essa fotografia e sua respectiva legenda. Na legenda: “Retrato da CPI: o relator Luiz Sérgio e a presidente Marisa Serrano; eles tomaram sorvete na sessão”, não se especifica o sabor do sorvete nem a situação que envolveu tal atitude. *Veja* silencia-se sobre essas informações.

O recorte e a inserção do sintagma nominal “Retrato da CPI” revelam que as informações foram agenciadas de forma a produzir apenas o sentido de crítica aos trabalhos da CPI, a CPI que a própria revista, em muitos textos, tanto defendeu com o objetivo de comprometer o Governo Lula. Mas até o momento isso não havia acontecido. A revista critica os trabalhos da CPI, a partir de uma “realidade” que ela própria recortou para validar sentidos que se inscrevem em sua formação discursiva.

Diante dessa nossa interpretação, um questionamento emerge: Por que *Veja* se silencia quanto a uma parcela desse episódio e evita utilizar o termo “tapioca” até mesmo para especificar o sabor do sorvete?

Apesar de a CPI já ter sido criada e a pauta não girar mais em torno da “CPI da Tapioca”, como foi apelidada por representantes do Governo Lula, *Veja* não utiliza o termo “tapioca”. Esse silêncio significa nesse acontecimento discursivo. Na procura, então, de escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária (Orlandi, 1999), observamos que o termo “tapioca” carrega a significação de “casos de pequena dimensão” e com isso toda a significação que abarca o fato de tal CPI ser desnecessária. Tal sentido não se filia, pois, à formação discursiva de *Veja* e, por isso, não corresponde à realidade apresentada a partir de sua escrita.

#### **2.2.4 Preliminares considerações: formulações e formações discursivas em disputa pela memória**

Nesta segunda parte deste capítulo, visamos analisar tanto a formulação de sentidos sobre os acontecimentos discursivos que selecionamos, quanto a sua circulação nos espaços midiáticos em questão, sem desconsiderar a relação que mantém com o processo de constituição dos discursos.

Conforme Davallon (1999, p.31), a imagem é “um operador de memória social” não só no que se refere à atualização de uma memória, como também no que diz respeito a sua constituição, formulação e circulação em espaços midiáticos. Verificamos, pela análise discursiva que empreendemos das imagens selecionadas de nosso arquivo, a eficácia na produção de sentidos quando há complementaridade entre o verbal e o visual. Para Joly (1996, P. 121), “as imagens engendram as palavras que engendram as imagens em um movimento sem fim”. A complementaridade das imagens e das palavras reside, pois, no fato de que se alimentam umas das outras.

E, para acrescentar mais um exemplo que consideramos bem elucidativo dessas funções da imagem, vejamos uma charge que *Veja* apresenta em sua matéria:



Figura 8

Fonte: [http://veja.abril.com.br/200208/p\\_050.shtml](http://veja.abril.com.br/200208/p_050.shtml)

Nessa charge, faz-se uma alusão ao episódio da tapioca, mas não para desmerecer a criação da CPI. A partir da derrisão, são produzidos sentidos de denúncia acerca da permissividade do atual governo e da falta de critérios para o uso dos cartões. É uma

formulação discursiva que só faz corroborar os sentidos produzidos na reportagem, por isso, provavelmente, ela foi selecionada.

Vimos, na análise discursiva do episódio da CPI, que, diante do mesmo acontecimento – instalação ou não de uma CPI para investigar os gastos com cartões corporativos – *Veja* e *CartaCapital*, a partir do recorte operacionalizado sobre as ocorrências discursivas e históricas, produzem “retratos” diferentes.

Os mecanismos linguístico, imagético e histórico articulados nas materialidades discursivas foram determinantes para caracterizarmos os “retratos” produzidos por essas instituições midiáticas como inserções de duas formações discursivas opostas. As denominações “CPI da Tapioca” e “CPI dos Cartões” podem sintetizar as direções dessas duas formações discursivas. Como já mencionamos, dizer “CPI da Tapioca” significa crer (ou fazer crer) que a CPI é desnecessária, ao passo que não dizer “CPI da Tapioca” - ou simplesmente o vocábulo “tapioca - e sim “CPI dos Cartões” significa crer (ou fazer crer) que a CPI é imprescindível.

*CartaCapital*, embora tente mostrar-se imparcial, filia-se ao posicionamento discursivo que defende a não criação da CPI e, por extensão, defende o Governo Federal diante desse escândalo. Em contrapartida, *Veja* inscreve-se no posicionamento que defende a criação da CPI e, assim, suscita culpabilidade sobre representantes do Governo Federal no caso dos cartões corporativos.

Por considerar a concepção de história postulada por Foucault, trouxemos para nossa análise acontecimentos que emergiram em curtos períodos do tempo ainda presente materializados na escrita jornalística. Esta escrita se posiciona como a escrita da história no sentido de ser controlada pelas práticas das quais resulta e “bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao leitor um lugar bem determinado”. (DE CERTEAU, 2000 p.65)

Diante deste nosso gesto de interpretação, pensamos ainda nos posicionamentos discursivos dos sujeitos enunciadoreis. Para Foucault, o sujeito é construído no discurso e fala sempre do interior de uma instituição. Os enunciados, em sua materialidade, seguem as regras determinadas historicamente pela relação entre prática discursiva e instituição.

Assim, os sujeitos discursivos de *Veja* – considerando os textos que selecionamos neste item – obedecem ao sistema de restrições semânticas desta instituição midiática que se situa, no momento, em posição de afinidade com a prática discursiva do PSDB e dos demais partidos de oposição ao Governo Lula. Em contrapartida, os sujeitos

discursivos de *CartaCapital* seguem as regras determinadas por esta instituição que equivalem, no momento, a um discurso de “antipatia” às práticas discursivas do PSDB e demais partidos opositores.

Mattiussi, nessa direção, revela que

a grande maioria dos veículos de comunicação tem os seus intocáveis e os seus amigos. Instituições, empresas, partidos, autoridades, empresários... os chamados amigos da casa, que não se podem criticar ou mesmo noticiar fatos que de alguma forma possam comprometê-los. Na contramão, existem os chamados inimigos da casa, para os quais a orientação é sensacionalizar, pejorativamente, os fatos a eles relativos. (1997, p.172)

Qual o compromisso, então, da escrita jornalística com a “realidade” da história do tempo presente? Parece que o discurso jornalístico midiático produz o “real” da história a partir do “real” da língua. Os sujeitos jornalistas das instituições em pauta revelam-se, pois, em disputa pela escrita da história do escândalo sobre os cartões corporativos. É uma disputa discursiva significativa, já que o que está em jogo é a construção de uma memória. Lutar pela estabilização de sentidos, seja em torno da “CPI da Tapioca” ou “fábula da CPI dos Cartões”, justifica-se pelo poder que a escrita jornalística conquistou na escrita da história do tempo presente.

Para Nora (1976, p.181), ter acontecido o fato não é suficiente para ele se tornar histórico. Assim, para que haja acontecimento, é necessário que ele seja conhecido, discursivizado. Por serem os meios de comunicação os responsáveis pelo retorno do acontecimento, a história do tempo presente é construída em seu interior. “Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência.”

Desta forma, os meios de comunicação “detêm o monopólio da história. É por intermédio deles que o acontecimento se faz presente”(NAVARRO, 2004a, p. 118). Como os meios de comunicação são, assim, tão poderosos na escrita da história do tempo presente, entende-se a disputa travada entre *Veja* e *CartaCapital*, diante das materialidades discursivas que analisamos, pela escrita da história, pela estabilização de determinados sentidos, por conseguinte, pela possibilidade de gerar uma memória.

Lembramos ainda que o acontecimento ascende ao estatuto de memória por conta da circulação que lhe é atribuída. É, pois, porque circula que o discurso fica na memória. Pêcheux (1981), na abertura do Colóquio *Matérialités Discursives*, refere-se ao modo como os discursos circulam, postulando que as circulações não são aleatórias. Para Davallon (1999), o desenvolvimento dos recursos empregados pela mídia ampliaram as possibilidades de instituir discursivamente – e pela circulação - uma memória social.

Retomando a célebre interrogação foucaultiana sobre a emergência de determinados enunciados e não outros, pensamos ter conseguido discutir alguns pressupostos que apontem possíveis respostas sobre as condições das formulações enunciativas materializadas em *CartaCapital* e em *Veja*. Quanto a isso, reforçamos que o enunciado possui existência material, possui uma função enunciativa e se inscreve no interior de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1969)

Entendemos, nesse sentido, que a emergência dos discursos de *CartaCapital* e *Veja* – interpretados aqui – ecoa e justifica-se pela disputa em torno da construção da história, ou melhor, pela “gestação” de uma memória sobre a corrupção no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, em torno da questão de instalar ou não uma CPI para investigar gastos efetuados via cartão corporativo, sentidos sobre corrupção são constituídos no entrecruzamento de enunciados que fluem numa rede de formulações midiáticas que, por sua vez, também retomam formulações de políticos brasileiros. E, assim, nessa série de acontecimentos discursivos, *Veja* produz sentidos que aproximam as irregularidades no uso dos cartões a uma grande descoberta de corrupção. Já *CartaCapital* produz sentidos, principalmente por se validar no caso da “tapioca”, que distanciam tais irregularidades de atitudes corruptas.

### III

## **POLÊMICA DISCURSIVA EM VEJA E CARTACAPITAL**

*O discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se. Por toda a existência, ele se obriga a esquecer que não nasce de um retorno às coisas, mas da transformação de outros discursos ou que a polêmica é tão estéril quanto inevitável, que a interincompreensão é insular, na medida da incompreensão que supõe.*

Dominique Maingueneau

No capítulo anterior, considerando aspectos teóricos postulados por Pêcheux, Foucault e Courtine, observamos que os sujeitos enunciadore agenciam a memória de forma a retomar ou apagar já-ditos de acordo com suas formações discursivas.

A memória como interdiscurso, no entanto, não dá conta da heterogeneidade em forma de simulacro, por isso a necessidade de recorrer à teoria de Dominique Maingueneau e é nessa direção que desenvolvemos este capítulo. Dois conceitos do escritor francês - interdiscurso e polêmica como interincompreensão - muito somam às discussões teóricas e às análises que já desenvolvemos até aqui. Desta forma, a partir da operacionalização desses conceitos, trazemos à baila, neste capítulo, discursos sobre o caso da (não) produção do “dossiê” que se inserem na rede interdiscursiva acerca do escândalo dos cartões corporativos do governo federal brasileiro

Durante os trabalhos da CPI, no final do mês de março, emergiram discursos acusando o Governo Lula da elaboração de um “dossiê” com gastos sigilosos do Governo Fernando Henrique Cardoso, a fim de chantagear e, conseqüentemente, neutralizar a ação dos opositoristas. Sobre esse acontecimento discursivo, o Governo Lula responde, negando todas essas acusações e, assim, durante aproximadamente três semanas, esse assunto ocupa as principais manchetes dos noticiários brasileiros.

De nosso arquivo, selecionamos duas reportagens veiculadas na revista *Veja*: “Um dossiê feito para chantagear” - de 26 de março de 2008 - e “Um erro de cálculo” - de 02 de abril de 2008 - e suas respectivas cartas de leitores publicadas em 02 e 09 de abril de 2008; e dois textos veiculados na revista *CartaCapital*: o texto “O caso do ‘dossiê’”, publicado na Seção *A Semana* em 02 de abril de 2008 e a reportagem “O dossiê virou complô” - de 09 de abril de 2008 e as cartas de leitores publicadas em 16 de abril de 2008. A escolha desse material de análise justifica-se não somente pelo destaque que as instituições midiáticas atribuem a esse tema por intermédio dos textos selecionados, mas também porque tais instituições, a partir desses textos, estabelecem entre si um intenso diálogo marcadamente polêmico.

O discurso, por não escapar à polêmica nem à interdiscursividade para constituir-se, segundo a teoria de Maingueneau, demanda um olhar científico que permita analisar como a heterogeneidade se manifesta em forma de simulacro e como, discursivamente, os sujeitos sócio-históricos constroem sentidos e moldam a realidade a partir de sua formação discursiva. No discurso midiático, considerando ainda a espetacularização quase imanente, mais necessária é essa tarefa no sentido de evidenciar que as significações veiculadas são resultados da interpretação que um determinado sujeito enunciador atribui à

realidade.

Nessa perspectiva, questionamos, neste capítulo, como a polêmica é materializada no acontecimento discursivo e em que medida as formulações enunciativas podem caracterizar uma formação discursiva. Nesse percurso, deparamos com outras indagações que também muito nos inquietam: Os dizeres “dossiê” e “levantamento de dados” representam duas formações discursivas dentro de um espaço discursivo? As revistas *Veja* e *Carta Capital* apresentam o discurso Outro para ser negado e, assim, desqualificado?

Com o objetivo de refletir nesses questionamentos, discutimos questões relativas à polêmica discursiva a partir de textos veiculados nas revistas *Veja* e *CartaCapital*.

### 3.1 Polêmica discursiva em *Veja*

*Veja*, na edição 2053, publica uma reportagem, na Seção *Brasil*, intitulada “Um dossiê feito para chantagear”, na qual aborda fatos referentes aos trabalhos da CPI dos Cartões e, em destaque, denuncia a existência de um dossiê feito pelo governo federal. Segundo a revista, “o Palácio do Planalto mandou fazer um dossiê sobre os gastos do ex-presidente... e ameaça divulgá-lo para tentar constranger os oposicionistas que insistem em investigar o presidente Lula”. Tais efeitos de sentidos são discursivizados a partir do sistema de restrições – a semântica global - da formação discursiva na qual *Veja* se inscreve que, no interior do espaço discursivo, institui as regras de formação dos enunciados. (MAINGUENEAU, 1984)

Regido por esse sistema de restrições, o enunciador revela sua competência interdiscursiva<sup>10</sup> e, em mais de cinco páginas, dedica-se a agenciar uma série de informações que, segundo ele, comprovariam a existência do dossiê feito na Casa Civil, na vizinhança do gabinete do presidente Lula, para ameaçar e neutralizar a ação da oposição na CPI dos Cartões.

O enunciador utiliza, predominantemente e sem titubear, o termo “dossiê” e, assim, o efeito de sentido produzido é perpassado pela garantia da veracidade do que está sendo denunciado e afirmado. Além da recorrente presença desse vocábulo, o título “Armação

---

<sup>10</sup> Conceito desenvolvido por Maingueneau (1984) para se referir à aptidão do enunciador para não só reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da(s) formação (ões) do espaço discursivo que constitui (em) seu Outro, como ainda para traduzir esses discursos Outros nas categorias semânticas de seu próprio sistema de restrições.



oficial”, em letras garrafais vermelhas, atribuído a um curto texto em destaque no corpo da reportagem reforça o sentido de que o “dossiê” realmente existe.

Nesse texto, enfatiza-se, de um lado, o conteúdo do “dossiê”: lista de compras do segundo mandato de FHC e, de outro lado, o objetivo do governo petista: “mostrar que o governo Lula não inovou ao usar os cartões corporativos para quitar despesas como bebidas caras... e mandar recados aos adversários”. Tais informações não são apresentadas como suposições ou especulações, mas como fatos. Elas, assim formuladas, conferem um caráter de veracidade ao que está sendo afirmado.

Na mesma página em que figura esse texto, a fotografia do Palácio do Planalto assim é apresentada:



Figura 9

Fonte: [http://veja.abril.com.br/260308/p\\_046.shtml](http://veja.abril.com.br/260308/p_046.shtml)

Nessa imagem, o tom negro e nebuloso fica bem destacado. Assim, em complementaridade ao efeito de sentido que é construído por toda a reportagem, essa imagem grande, escura e nebulosa intensifica o sentido de que o Governo Lula produziu, dentro do Palácio do Planalto, com utilização da máquina pública, um dossiê para chantagear a oposição.

Ainda com o efeito de validar o posicionamento de que o atual governo produziu o dossiê para intimidar a oposição na CPI dos Cartões Corporativos, o enunciador cita fragmentos de textos veiculados no jornal Folha de S. Paulo. Observemos este exemplo:



Figura 10

Fonte: *Veja*, 26 /03/2008, p. 47

Nesse texto, os sentidos construídos correspondem à afirmação da existência de um “arsenal” / “baú” que os governistas possuem contra a oposição. Observa-se, então, a capacidade do enunciador de reconhecer enunciados pertencentes a sua formação discursiva e, nesse sentido, conforme Maingueneau (2007, p. 60), “a competência discursiva, longe de excluir a heterogeneidade, lhe confere um lugar privilegiado”.

Dentre outros recursos languageiros utilizados na direção de produzir esses efeitos de sentido, selecionamos ainda o seguinte exemplo:



Os gastos da ex-primeira-dama Ruth Cardoso aparecem em destaque no dossiê. São 23 referências a despesas com aluguel de veículos, hospedagem, bilhetes para peças de teatro no exterior e presente oficial

Figura 11

Fonte: [http://veja.abril.com.br/260308/p\\_046.shtml](http://veja.abril.com.br/260308/p_046.shtml)

A foto da ex-primeira-dama, a legenda e a foto de recortes de uma planilha de computador que, provavelmente, compõe o relatório de suprimentos de fundos intensificam os sentidos em construção nessa reportagem: o Governo Lula elaborou um dossiê para chantagear a oposição.

Podemos verificar que as escolhas lexicais, as formulações enunciativas, os discursos Outros, as ilustrações por meio de imagens do Palácio do Planalto, da ex-primeira-dama e de tabelas de computador são agenciados por “filtros” que fazem parte da semântica global do discurso de *Veja*, cujos posicionamentos discursivos defendem não só a existência do dossiê, mas a sua elaboração dentro do Palácio do Planalto.

Na edição seguinte, 2054, após ampla repercussão da reportagem anterior e, conseqüentemente, em clima de fervorosa discussão acerca da existência ou não do “dossiê”, *Veja* publica a reportagem “O erro de cálculo”. Nessa reportagem, que inclui a carta encaminhada aos leitores de *Veja* pela ministra da Casa Civil, a revista reitera que, na edição anterior, identifica a existência do “dossiê” e, apesar de trazer discursos outros, como o da Dilma Rousseff, permanece defendendo a existência do “dossiê”.

De início, o sujeito enunciator destaca:

#### Exemplo 14

A semana terminou com uma realidade: a existência de um dossiê/levantamento/relatório de treze páginas e 295 operações, feito no Palácio do Planalto, que descreve apenas gastos exóticos do ex-presidente tucano e da ex-primeira-dama. Sobre isso não há dúvida. (*Veja*, 02/04/2008, p.56) (grifos nossos).

Apesar de apresentar três vocábulos diferentes: “dossiê/levantamento/relatório”, tendo em vista o discurso proferido pelo Governo Federal ao longo da semana para negar a existência de dossiê e defender a existência de um levantamento que integra o banco de dados do Suprim, a revista só traz o discurso outro para ser desqualificado, porque o efeito de sentido produzido é o de que, independente da denominação atribuída (dossiê, levantamento, relatório...), o fato de se fazer um documento assim só tem um objetivo: chantagear.

*Veja*, não só neste fragmento, mas, ao longo do texto, retoma o discurso do Outro – representantes da base governista – a partir de sua formação discursiva. Assim, podemos dizer, com base na teoria de Maingueneau, que essa retomada não apresenta o discurso do Outro, mas o simulacro do discurso do Outro, ou melhor, o discurso do Outro aparece sob a ótica do enunciador-intérprete.

O discurso da Dilma Rousseff – discurso Outro em destaque nesta reportagem – é, em muitos fragmentos como o citado a seguir, “absorvido” pela formação discursiva de *Veja*, que acaba por construir, surpreendentemente, a “sua” verdade a partir do discurso que ela própria atribui à ministra: “Dilma Rousseff confirma a exatidão dos dados publicados pela revista, mas discorda visceralmente da interpretação que VEJA faz deles – em especial no que diz respeito à edição desses dados.” Observa-se, assim, que o sujeito enunciador, ao dizer que Dilma confirma a exatidão dos dados, mas discorda da interpretação de *Veja*, significa os dizeres da ministra como confirmação do que ela divulgou e, por consequência, desloca o foco para a questão da interpretação. A partir de então, vê-se o esforço para validar a interpretação de *Veja* em detrimento da interpretação de Dilma Rousseff e de todos os aliados do Governo Federal, ou melhor, em detrimento do que *Veja* apresenta como sendo a interpretação da ministra da Casa Civil. Enfim, no âmbito desses dois polos, a polêmica se instaura, de forma acalorada, na materialidade discursiva.

Ainda para legitimar seu discurso que acentua a existência do “dossiê”, *Veja*

recorre ao discurso de autoridade por meio de significações que os dicionários registram para os termos “dossiê” e “chantagem”:

### **Exemplo 15**

A edição de um banco de dados visando a fechar a questão em torno de um indivíduo ou de um período é chamada nos dicionários de dossiê. Quando esse mesmo documento é usado para convencer, influenciar, intimidar ou constranger a tomar determinadas atitudes, o dicionário registra a ação como chantagem. A reportagem mostrou que essas duas coisas ocorreram, mas não acusou a ministra Dilma de ser a autora, tampouco a viu como incentivadora dessas ações ou conivente com elas. Apenas relatou que ela tinha uma batata quente nas mãos. (*Veja*, 02/04/08, p. 58)

O sujeito enunciador, ainda em resposta a dizeres que circularam na mídia durante a semana, assume a acusação sobre a existência do “dossiê”, mas, nesse fragmento e de forma explícita, exime-se da acusação à ministra. O que se observa, contudo, ao longo da reportagem, é que *Veja* não dá credibilidade ao discurso da Dilma Rousseff. Até o caracteriza de confuso: “a ministra Dilma Rousseff se pronuncia por meio de uma nota oficial confusa”. (*Veja*, 02/04/08, p.58). São várias informações e insinuações, em busca da autoria do “dossiê”, que, ao aproximar sua montagem à secretária executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, se aproxima também da ministra e, por meio do simulacro de seus dizeres, gradativamente, suas explicações são desqualificadas.

A sobreasseveração<sup>11</sup> “A Casa Civil nega a existência do dossiê, mas abre sindicância”, destacada a partir da nota oficial pronunciada por Dilma Rousseff no dia 22 de março de 2008 - mesmo dia em que a revista *Veja* com a reportagem que revelou a produção do “dossiê” começou a circular -, produz um forte desacordo entre o locutor efetivo, Dilma Rousseff, e o enunciador desta instituição midiática. O discurso Outro – da Dilma – é, pois, apresentado pela negação da existência de dossiê e, logo a seguir, com o uso da oração adversativa, esse discurso é colocado em dúvida, sendo assim desqualificado.

A oração “mas abre sindicância”, colocada em oposição à primeira oração, produz um efeito de sentido de desqualificação do que é dito pela ministra, pois, se ela nega a

<sup>11</sup> Noção desenvolvida por Dominique Maingueneau (2006) para se referir à destacabilidade de um enunciado.

existência do dossiê, não se justifica a necessidade de averiguar. Produz-se, assim, um efeito de contradição no discurso Outro, efeito este que não se revela no discurso da ministra, pois a sindicância equivale ao vazamento de informações do banco de dados do Suprim. Mas a revista não enfatiza isso. Ao contrário, critica o discurso Outro, ao afirmar ser necessária a sindicância para averiguar a autoria do “dossiê” e não para averiguar seu vazamento para a imprensa.

A partir do simulacro do discurso da Dilma Rousseff e da necessidade de publicar para os leitores a “realidade” moldada sob a ótica da formação discursiva de *Veja*, o sujeito enunciador, magistralmente, instaura a polêmica como interincompreensão.

Pelo entrecruzamento de dizeres heterogêneos que se materializam em forma de simulacro, *Veja* instaura a polêmica também pelas opções lexicais que caracterizam a formação discursiva dos que negam a existência do dossiê – utilizam o termo “levantamento” - e dos que acreditam, como ela própria, na sua existência – utilizam o termo “dossiê”. Esses termos são empregados, em conformidade com as regras semânticas de cada grupo, para se referir a extratos de uma base de dados com gastos do governo anterior em fase de digitação para posterior alimentação do Suprimento de Fundos (Suprim), instrumento de gestão desenvolvido a partir da recomendação do Tribunal de Contas da União. No enunciado “o governo confirma a existência do ‘levantamento’”, o sujeito enunciador modaliza o termo “levantamento” por meio das aspas. Tal modalização representa mais uma marca linguística que revela ser essa a interpretação do Governo Federal e não a interpretação de *Veja*. Considerando a existência de dois conjuntos de categorias semânticas opostas, segundo Maingueneau (1984), podemos dizer que “dossiê” constitui-se como um sema positivo- sema reivindicado - no discurso de *Veja*, e “levantamento” como sema negativo – sema rejeitado.

A insistente presença do termo “dossiê” no discurso da revista *Veja* pode ser ainda interpretada tendo em vista que, conforme afirma Maingueneau (1987, p.124), a “polêmica não se instaura de imediato; ela só se legitima ao aparecer como a repetição de uma série de outras que definem a própria ‘memória da polêmica’”. Assim, o emprego do “rótulo dossiê” pode ser uma marca forte que, uma vez fixada, passará esse episódio do plano da história para o plano da memória dos brasileiros sob o viés dessa formação discursiva.

Na conclusão da reportagem, o enunciador, ao afirmar que, com ou sem depoimento da Erenice ou da Dilma, “continuará existindo um relatório de treze páginas, que alguns chamam de levantamento, outros de dossiê, que foi produzido com dados de acesso exclusivo do Planalto e usado para chantagem”, reforça o sentido de que, independentemente da terminologia empregada, o documento foi produzido para chantagear e, assim, de forma

incisiva, agencia enunciados que garantem credibilidade a seu discurso, à sua formação discursiva. Para Maingueneau:

O enunciador se encontra sem cessar diante de materiais semânticos inéditos; para produzir enunciados conformes à formação discursiva, ele não dispõe de sequências realizadas que deveria imitar, mas de regras que lhe permitem filtrar as categorias pertinentes e fazer com que estruturem o conjunto dos planos do discurso. (2007, p.72)

O enunciador de *Veja* obedece, pois, a um sistema de restrições e, como este não deve ser visto como “arquiteturas estáticas”, mas esquemas de tratamento do sentido, os “filtros” lhe permitem construir sentidos que versam sobre a existência de um “relatório de treze páginas (...) produzido com dados de acesso exclusivo do Planalto e usado para chantagem”.

Em relação à reportagem “Um dossiê feito para chantagear”, a revista *Veja* publica na edição seguinte – 02 de abril de 2008 - cinco cartas de leitores, e em relação à reportagem “O erro de cálculo” são publicadas quatro cartas na edição de 09 de abril de 2008. Nas duas edições, essas cartas estão agrupadas sob o título “Dossiê dos gastos corporativos”. O vocábulo “dossiê” nesse título parece marcar tal situação como uma verdade já estabelecida e comprovada. É também mais uma repetição do termo que, como já comentamos, recai sobre a construção da memória de acordo com o posicionamento discursivo da revista.

Nessas cartas, os leitores atualizam já-ditos dos enunciadores jornalistas que se inscrevem numa formação discursiva de centro-direita. Na reportagem veiculada em 26 de março de 2008, o enunciador afirma que

#### **Exemplo 16**

a produção de dossiês para intimidar e chantagear adversários políticos não é uma novidade na política brasileira, muito menos em sua fração petista. Na última eleição presidencial, um membro do comitê de campanha do presidente Lula foi preso tentando comprar um dossiê fajuto com o qual o PT pretendia constranger José Serra, então candidato à Presidência da República. (p.51) (grifos nossos).

E, para ilustrar o que é dito, apresenta fotos dos possíveis envolvidos nesse episódio que é retomado:



Ricardo Berzoini chefiava a campanha de Lula quando seus subordinados foram presos comprando um dossiê contra José Serra

Hamilton Lacerda, um dos “aloprados”, foi filmado carregando uma mala de dinheiro, mas ainda assim negou seu envolvimento

Gedimar Bastos foi preso com dólares e reais para comprar o dossiê contra os tucanos: ele envolveu o Planalto e, depois, disse que foi coagido

Jorge Lorenzetti, conhecido como o churrasqueiro do presidente Lula, era um dos coordenadores da campanha e também da operação de 2006

Figura 12

Fonte: [http://veja.abril.com.br/260308/p\\_046.shtml](http://veja.abril.com.br/260308/p_046.shtml)

Como se observa, ao produzir sentidos que validem a existência do “dossiê” dos gastos corporativos do Governo FHC, o enunciador, na tentativa de caracterizar a produção de dossiês como atitude corriqueira na “fração petista”, atualiza acontecimentos discursivos que se referem à produção de dossiê pelo PT em épocas anteriores. A memória revela-se, assim, como preenchimento, pois produz efeito de consistência no interior do formulável (COURTINE, 1999, p.22). Os leitores, por sua vez, retomam esses dizeres dos jornalistas e assim os reformulam:

#### **Exemplo 16**

Muito interessante a reportagem “Um dossiê feito para chantagear” (26 de março). Conclui-se da leitura dessa matéria que o PT tem como regra lançar mão de dossiês para tentar fazer cortina de fumaça com a clara finalidade de esconder os pecados dos seus aliados. Foi assim com o dossiê dos alopados,



capitaneado à época por Ricardo Berzoini, então presidente do partido, e está sendo agora com o dossiê montado para tentar livrar o pessoal da cúpula do governo na CPI dos Cartões. Alcemy do Bom Jesus Simões - Vila Velha, ES (*Veja*, 02/04/2008) (grifos nossos).

#### **Exemplo 17**

É deplorável essa mania petista de querer minimizar seus erros recorrendo aos maus comportamentos de governos passados, em vez de assumir seus desvios e tentar mudar o que é possível. Abusam, como sempre, da nossa paciência e da nossa inteligência. Helaine Povoá – Brasília,DF (*Veja*, 02/04/2008) (grifos nossos).

#### **Exemplo 18**

O PT tem como marca característica não aprender com os erros. Fez mais um dossiê para tentar chantagear o PSDB, tal e qual o dossiê Cayman e o dossiê contra José Serra, pago pelos “aloprados”. O PT mais uma vez demonstra seu DNA fascista. Acha que com isso vai fazer a oposição se calar. Não percebe que logo se tornará a vidraça e esquentará a CPI dos Cartões Corporativos, que andava meio morna. Em resumo: os petistas são tão estúpidos que não aprendem nem na terceira vez. Geraldo C. Carvalho Jr. – São Luís, MA (*Veja*, 02/04/2008) (grifos nossos).

Os enunciados “o PT tem como regra lançar mão de dossiês... e está sendo agora com o dossiê montado para tentar livrar o pessoal da cúpula do governo na CPI dos Cartões”, “... mania petista de querer minimizar seus erros recorrendo aos maus comportamentos de governos passados”, “O PT tem como marca característica não aprender com os erros. Fez mais um dossiê...” conferem não só segurança em relação à existência do dossiê dos gastos corporativos, mas também garantia de que esse comportamento é típico do PT. Os leitores cujas cartas são publicadas materializam discursos regidos pela semântica que governa os discursos dos jornalistas enunciadores, marcando assim seu pertencimento a essa formação discursiva.

Esses já-ditos acerca de atitudes comprometedoras do PT são retomados como argumentos que podem validar o posicionamento de *Veja* sobre a existência do dossiê dos gastos corporativos e, mais ainda, podem atribuir à imagem do governo petista essa “marca

característica”, essa “mania” de produzir dossiês.

Em 02 de abril de 2008, no final da reportagem “O erro de cálculo”, a revista *Veja* publica, como já mencionamos, a carta que a ministra Dilma Rousseff encaminhou para os leitores da revista, esclarecendo as informações da matéria que *Veja* divulgou na semana anterior e, principalmente, negando a existência de dossiê. O enunciador, na reportagem, cita o discurso de “defesa” da ministra - com base nessa carta e numa nota oficial divulgada em 22 de março, no dia em que a edição anterior de *Veja* começou a circular - e tenta, ao anulá-lo, construir um simulacro desse discurso. Embora “A carta da ministra” seja publicada na íntegra, os leitores cujas cartas são veiculadas em 09 de abril não atualizam os dizeres da ministra e sim os dizeres do enunciador. Os leitores reformulam, portanto, enunciados materializados a partir de uma polêmica e sob o posicionamento discursivo do enunciador. Vejamos alguns exemplos:

#### **Exemplo 19**

Mais uma vez, os assessores do presidente, docemente batizados por ele de aloprados, tentam desviar a atenção do povo. Fabricam dossiês, ensejando, com isso, jogar para debaixo do tapete a montanha de sujeira que produzem diariamente. Felizmente, além de serem “aloprados”, têm inteligência curta, o que faz com que deixem suas marcas pelo caminho, como as lesmas o fazem, sendo assim facilmente identificáveis. O senhor presidente, como sempre, nada viu, nada sabe. A senhora ministra dá uma desculpa esfarrapada, tentando justificar o infustificável. Acho que está treinando o que faria se, numa hipótese de outro acesso de loucura do povo brasileiro, fosse eleita presidente. E nós, que não fazemos parte dos recebedores das benesses do governo, vamos nos indignando cada vez mais. Que pena que tenho sentido do Brasil (“O erro de cálculo”, 2 de abril)! Kátia Maria Miranda de Oliveira - Salvador, BA (*Veja*, 09/04/2008) (grifos nossos).

#### **Exemplo 20**

Os atuais governistas ainda não aprenderam que, logo após surgir a denúncia de um ato ilícito, a investigação tem de ser rápida e alguém deve ser exemplarmente punido. José Dirceu negou tudo, e não demitiu. Foi demitido. Palocci negou tudo, e não demitiu. Foi demitido. Dilma está negando tudo. Lula diz que a probabilidade de demitir sua dama de ferro é

zero. Você acredita no Lula? Tenho certeza de que a Dilma está de orelha em pé. Wilson Gordon Parker – Nova Friburgo, RJ (*Veja*, 09/04/2008) (grifos nossos).

Para o leitor (Exemplo 19), o esclarecimento da ministra:

### **Exemplo 21**

A Casa Civil reitera o conteúdo da nota oficial divulgada no dia 22 de março, na qual repudia a matéria de VEJA e nega categoricamente a existência de qualquer dossiê envolvendo gastos com suprimento de fundos do governo Fernando Henrique. As informações que a revista teve acesso, e das quais parte para fazer ilações, são extratos de uma base de dados em fase de digitação, para alimentação posterior do sistema informatizado de acompanhamento do suprimento de fundos (Suprim). (A carta da ministra, *Veja*, 02/04/2008) (grifos nossos).

é “uma desculpa esfarrapada”, na qual Dilma Rousseff tenta “justificar o injustificável”. O outro leitor (Exemplo 20) enfatiza o ato de negar. Em seu texto, Dilma “nega categoricamente a existência de qualquer dossiê”; o enunciador cita isso, mas vinculado a orações adversativas e concessivas, atribuindo outro sentido ao dizer da Dilma, ou melhor, desqualificando-o:

### **Exemplo 22**

A Casa Civil nega a existência do dossiê, mas abre sindicância. (*Veja*, 02/04/2008, p.58)

### **Exemplo 23**

Apesar das enfáticas negativas, o governo mandou instalar uma comissão para apurar “o vazamento de dados sigilosos”. Vai aqui uma sugestão. Que a investigação se debruce também em como eles foram produzidos e como foram se organizar em treze páginas que aceitaram apenas transações exóticas dos tempos da Presidência de FHC. (*Veja*, 02/04/2008, p.59-60)

O leitor (Exemplo 20), além de atualizar simulacros que *Veja* constrói do

discurso Outro – Dilma Rousseff – , insere o enunciado “Dilma está negando tudo” em redes de outras formulações que retomam acontecimentos em torno de José Dirceu e Palocci: “José Dirceu negou tudo, e não demitiu. Foi demitido. Palocci negou tudo, e não demitiu. Foi demitido.” É possível que a situação da Dilma seja comparada aos dois grandes ex-ministros do Governo Lula? O leitor parece insinuar que sim, pois afirma ainda que tem “certeza de que a Dilma está de orelha em pé”.

As cartas de leitores publicadas nas edições de 02 e 09 de abril de 2008, no auge da discussão acerca da existência ou não do “dossiê”, estão repletas de formulações que valorizam e retomam os dizeres dos jornalistas. Como os sentidos produzidos pelos repórteres, nesse caso, são de desqualificação dos discursos Outros, especialmente da Dilma Rousseff, os leitores atualizam esse posicionamento discursivo. A memória é, dessa forma, atualizada nos discursos dos leitores a partir dos simulacros que *Veja* constrói dos discursos Outros. Para Maingueneau (2007, p. 113) “a polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia perversa: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro”. A polêmica instaurada no discurso institucional de *Veja* – a partir de seus repórteres – entra em redes de memória e as declarações de leitores já materializam, na própria revista, a memória que *Veja* busca construir.

Podemos dizer que o discurso-agente – de *Veja* -, ao traduzir o discurso-paciente – do Governo Federal –, mostra-se como vencedor, pois, por meio de frequentes refutações “bem sucedidas” ao discurso Outro nessa materialidade discursiva, produz um efeito de sentido de que a revista diz a verdade nessa situação de embate. Os dizeres dos leitores que também conferem efeitos de veracidade aos simulacros produzidos parecem representar mais uma alternativa da revista de mostrar seu discurso como vencedor.

Assim, *Veja* apresenta discursivamente dois lugares de interpretação sedimentados por dois posicionamentos discursivos: o que utiliza o termo dossiê – defende, portanto, a sua existência - e o que não utiliza o termo dossiê e sim levantamento – nega a existência do dossiê. E ainda se vale dos dizeres que negam veementemente a existência do dossiê – dizeres do Outro - para desqualificá-los, em prol de validar o seu posicionamento discursivo, por conseguinte fazer valer a “verdade” de que o Governo Federal produziu um dossiê para chantagear opositores na CPI dos Cartões Corporativos.

### 3.2 Polêmica discursiva em *CartaCapital*

Em sua edição de 02 de abril de 2008, na Seção *A Semana*, a revista *CartaCapital* faz referência ao “dossiê” no texto “O caso do ‘dossiê’”. Já no título, sob a modalização via aspas do vocábulo “dossiê”, percebe-se, considerando a rede interdiscursiva na qual esse enunciado emerge, a que formação discursiva o sujeito enunciadador desta instituição midiática se filia.

Diferentemente de *Veja*, *CartaCapital* questiona a existência do “dossiê”: “Até a quinta-feira 27 ninguém tinha assumido a paternidade da criança, se é que algum dia ela existiu”. Além desse enunciado, as modalizações por meio de aspas do vocábulo “dossiê” e o emprego de determinantes que antecedem este vocábulo, tais como: “suposto dossiê” e “tal dossiê”, remetem a um discurso Outro, retomado para ser desqualificado pelo discurso do Mesmo à medida que este coloca em dúvida a existência do “dossiê”.

Como esse texto representa uma resposta à reportagem publicada em *Veja*, 26/03/2008, o discurso de *Veja* – em *CartaCapital*, discurso Outro – aparece no discurso do sujeito enunciadador e no discurso de Dilma, selecionado e apresentado pelo enunciadador a partir de citações em discurso direto, para ser rejeitado. Assim, o enunciado “*Veja* mente e manipula informações”, atribuído a Dilma e publicado em destaque abaixo da foto da ministra, é um exemplo da materialização da polêmica enquanto interincompreensão. *CartaCapital* desqualifica, assim, o adversário *Veja*, mostrando que “ele viola as regras do jogo”, tenta-se assim “tirar do enunciadador seu direito à palavra”. (MAINGUENEAU, 2007, p. 114)

Nesse texto, o Governo Lula e, em especial, a ministra da Casa Civil não estão no centro da questão numa situação comprometedoras como ocorre em *Veja*, pois seus discursos apresentam-se em simetria com o discurso da instituição enunciadadora. O enunciadador coloca em destaque a formulação: “O Planalto nega participação” e, mais abaixo, enfatiza:

#### **Exemplo 24**

A Presidência nega qualquer participação no episódio. Os deputados petistas também. E a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, iniciou investigação para descobrir os responsáveis pelo vazamento de informações sobre os gastos do então presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua mulher, Ruth. Dilma chegou a ligar para dona Ruth negando que o governo tenha

elaborado o tal dossiê. (*CartaCapital*, 02/04/2008, p. 19)

O enunciador seleciona os discursos que se posicionam negando não apenas a existência de dossiê, mas também a participação do Governo Lula nesse episódio e, com isso, oferece um espaço de resposta ao atual governo. Nesse sentido, podemos dizer que a enunciação de *CartaCapital* demonstra simetria ideológica com a formação discursiva de centro-esquerda.

Também em destaque, o enunciador afirma: “A Presidência investiga em busca dos responsáveis pelo vazamento” e, no texto, enfatiza o vazamento de informações sigilosas que faziam parte dos dados a serem armazenados no Suprim provavelmente ocasionado para comprometer o Governo Lula e, por extensão, a Dilma Rousseff, conforme sugere *CartaCapital*.

Na edição seguinte, 09/04/2008, *CartaCapital* publica, na Seção *Seu País*, uma reportagem de três páginas intitulada “O dossiê virou complô”. Logo abaixo do título, a manchete: “O oportunismo da oposição e a fúria da mídia conseguiram produzir mais um factóide que se esvai com as águas de março”. Título e manchete já especificam que este texto, inserido na rede interdiscursiva sobre não apenas o “dossiê” e o caso do “mau uso” dos cartões corporativos, mas sobre a corrupção no Brasil e a disputa política entre, especificamente, PSDB e PT, veio para responder e mais ainda para desqualificar o discurso Outro – da mídia e da oposição ao Governo Federal. Para isso, ao longo da reportagem, o sujeito enunciador, a partir de retomadas de fatos e informações, constrói sentidos que se apresentam mais próximos dos sentidos produzidos pelos discursos dos representantes do Governo Lula. Como exemplo, podemos citar um excerto no qual, para negar o discurso da oposição e da mídia que defende a existência do “dossiê”, o sujeito enunciador desta reportagem assim se manifesta:

#### **Exemplo 25**

O cenário que se descortinava, ao contrário de um dossiê governista, era o de um complô montado pelos opositoristas para atingir a pré-candidata de Lula à Presidência, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Um complô no qual estavam não somente políticos mas a mídia em peso. (*CartaCapital*, 09/04/08, p. 22)

O argumento apresentado, em plena simetria com as explicações dadas pelo Governo e para desautorizar o discurso Outro, traz uma informação nova, não divulgada pela mídia acusada por *CartaCapital*: a de que o objetivo desse “complô” era enfraquecer o nome da possível candidata à sucessão do presidente Lula. A revista *CartaCapital*, ao acusar a mídia em peso, distancia-se dela e não se insere nesse grupo midiático que, antes da publicação desta reportagem, 09/04/2008, se revelou pertencente às mesmas filiações ideológicas: a de construir sentidos que versassem sobre a existência do “dossiê”.

O objetivo desse complô - segundo *CartaCapital* - é apresentado em vários fragmentos. Destacamos ainda a legenda que figura abaixo da fotografia da ministra da Casa Civil: “OFENSIVA. O importante era enfraquecer a ‘candidata’ Dilma” e o discurso, citado na reportagem, do senador Romero Jucá (PMDB-RR): “Está claro o objetivo de atingir a ministra. O que a princípio parecia ser um vazamento de informações, está se configurando como espionagem.”

O discurso Outro, citado para ser negado a partir da grade semântica de *CartaCapital*, pode ser observado ainda nestes enunciados que se referem aos discursos do Jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja*:

**Exemplo 26**

A Folha de S. Paulo afirmou... que Erenice Guerra teria sido a responsável pelo suposto dossiê, mas não apresentou nenhuma prova...” ( *CartaCapital*, 09/04/2008, p. 22)

**Exemplo 27**

Quem ou quais foram os autores, dentro do governo, de tal chantagem? A revista que publicou a denúncia não deu nomes. Muito menos seu informante, o senador tucano. (Idem)

O discurso Outro é assim retomado, segundo a formação discursiva de *CartaCapital*, para que sejam apresentadas as “lacunas” deixadas por esse discurso e, assim, a partir dessas “lacunas”, distanciar o discurso Outro da “verdade” e “credibilizar” o discurso do Mesmo como “verdadeiro”. Nesse âmbito, o discurso do Mesmo sai como vencedor. São refutações vitoriosas materializadas discursivamente. E, assim, a polêmica se constitui.

Ainda destacando o que não é informado em *Veja* : que foi o senador do PSDB, Álvaro Dias, o responsável pelo vazamento das informações e, mais ainda, que o

próprio senador confessou isso, o enunciador produz um efeito de sentido em defesa da existência de um “complô”.

A fotografia do senador reforça esse sentido:

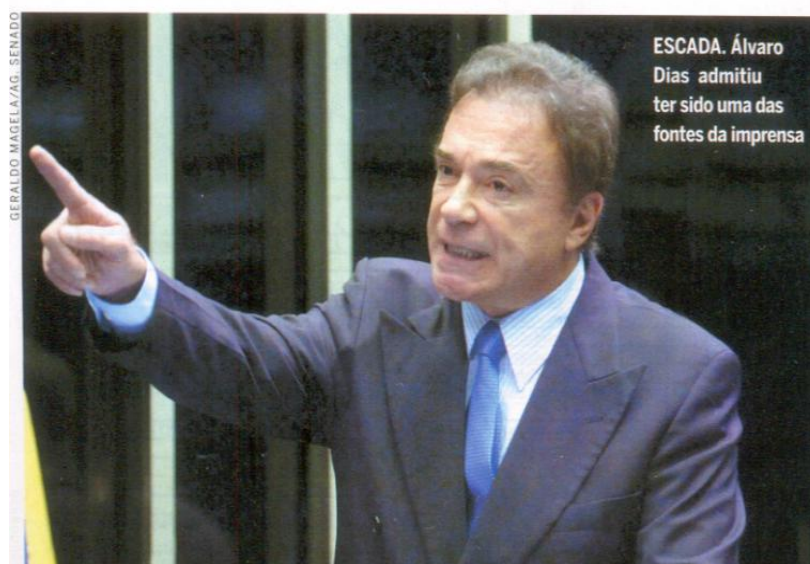


Figura 13

Fonte: *CartaCapital*, nº 490, 09 de abril de 2008, p. 23

Essa imagem do senador em pé, com o braço estendido e apontando o dedo, juntamente com sua expressão facial, revela que ele está numa situação difícil, talvez se defendendo. O enunciador esclarece que

### **Exemplo 28**

na reunião da CPI, o embate entre governistas e oposicionistas pegava fogo. Álvaro Dias era colocado contra a parede por parlamentares que exigiam explicações sobre sua real participação no episódio. “O senador foi o atravessador de um produto criminoso”, acusou a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). Um dos mais agressivos, o deputado Silvio Costa do PMN de Pernambuco, chegou a insinuar que Dias se tornara “o Cabo Anselmo da CPI”, em referência ao famoso agente duplo e delator de guerrilheiros na época da ditadura militar. (*CartaCapital*, 09/04/2008, p. 23)

Como se vê, nessa materialidade discursiva, Álvaro Dias é colocado na



“berlinda”. A revista também não menciona as explicações que, provavelmente, apresentou na CPI, só as acusações que recaem sobre ele, acusações, por sinal, bem fundamentadas via heterogeneidade mostrada: dois discursos diretos de deputados da base governista. Os tucanos estão, pois, no foco da questão. Eles, no discurso de *CartaCapital*, são os acusados, os que, provavelmente, precisarão, após a publicação desta reportagem, dar explicações, defender-se.

Além de dar ênfase aos discursos que negam a existência do dossiê, *CartaCapital* divulga quem são os possíveis suspeitos, para o governo, da autoria do dossiê :

### **Exemplo 29**

Alvo de especulações da mídia durante as últimas semanas, a existência do dossiê sempre foi negada pelo governo, que também apontava desde o princípio, nos bastidores, para a possibilidade de terem sido os próprios tucanos os autores do documento. (*CartaCapital*, 09/04/2008, p. 23)

O enunciador prioriza os posicionamentos discursivos dos governistas e, por meio de discursos diretos e indiretos, dentre outras informações, produz sentidos não só de afastamento da autoria do “suposto dossiê” do espaço da Casa Civil – como apontado por *Veja* – mas de aproximação de tal autoria da oposição.

Diante do embate discursivo em torno da elaboração ou não do dossiê pelo Governo Federal e para construir sentidos na direção de negar o que, segundo *CartaCapital*, a mídia e a oposição dizem, o enunciador faz referência a um texto escrito por Mário Magalhães, ombudsman da Folha de S. Paulo, na crítica interna de 31 de março intitulado “Um dossiê e muitas incertezas”. Para *CartaCapital*:

### **Exemplo 30**

Magalhães listava suas dúvidas, a primeira delas a falta de provas contra Erenice Guerra, a secretária da Casa Civil apontada pelo próprio jornal como criadora do dossiê. (...) O ombudsman também questionava os repórteres do jornal por terem escrito, sem comprovação, que houve reunião na Casa Civil para criar uma “força-tarefa encarregada de desarquivar documentos referentes aos gastos do governo anterior a partir da rubrica suprimento de fundos, que incluiu cartões corporativos e contas ‘tipo B’”. (*CartaCapital*, 09/04/2008, p. 24) (grifos nossos).

A partir desse argumento de autoridade – ombudsman da Folha de S. Paulo-, o enunciador cita o discurso Outro – da mídia, visto que essas informações também foram veiculadas na revista *Veja* – para ser desacreditado. Nesse sentido, aponta a “falta de provas” e a escrita “sem comprovação” de repórteres do jornal acerca de acusações que veicula em suas reportagens como uma resposta aos discursos que se filiam à formação discursiva de centro-direita. Nessa relação interdiscursiva, *CartaCapital* polemiza com seu Outro não só constitutivamente, mas a partir da heterogeneidade mostrada.

Observamos também que, nesta reportagem, o termo “dossiê” não é apresentado entre aspas – como no texto da edição anterior de *CartaCapital* -, mas outras opções lexicais, tais como: “suposto dossiê”, “tal dossiê”, “pseudodossiê” e “banco de dados”, são empregadas para modalizar esse termo e marcar que ele faz parte do discurso Outro – da oposição e da mídia – que neste texto é desautorizado. Constatamos, portanto, que, a partir do sistema de restrições semânticas globais que rege o discurso de *CartaCapital*, “dossiê” é um termo rejeitado, um sema negativo.

Acerca da reportagem “O dossiê virou complô”, *CartaCapital* publica, em 16 de abril de 2008, duas cartas de leitores, das quais selecionamos, como exemplos, estes excertos:

#### **Exemplo 31**

O que temem o universo midiático nacional e a oposição em relação ao governo Lula? Tenham em mente, senhores, que colocar a mentira no lugar da verdade não abole a vontade geral. Jeferson Malaguti Soares – Belo Horizonte, MG (*CartaCapital*, 16/04/2008) (grifos nossos).

#### **Exemplo 32**

Faltam dois anos para a próxima eleição presidencial, mas os ânimos estão acirrados. Marcos Nunes – Rio de Janeiro, RJ (*CartaCapital*, 16/04/2008) (grifos nossos).

Conforme se observa nesses exemplos, os leitores reformulam os dizeres do jornalista e, de acordo com a formação discursiva de centro-esquerda, produzem sentidos de que o discurso Outro – da mídia e da oposição – se revela como mentiroso, pois coloca “a mentira no lugar da verdade”, também com o objetivo de prejudicar a imagem da Dilma, possível candidata do Governo Lula à sucessão presidencial, visto que “faltam dois anos para a próxima eleição”.

No discurso de *CartaCapital* que ora analisamos, a polêmica materializa-se na contestação do simulacro criado pelo discurso de *Veja* e da mídia acerca das explicações do Governo Lula e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Nessa perspectiva, *CartaCapital* rejeita o termo “dossiê” – traço semântico utilizado por *Veja* e a mídia - e todas as formulações enunciativas que estão relacionadas à elaboração desse documento pelo atual governo e reivindica as expressões “manipulação de informações”, “mentiras”, “distorção de fatos”, “falta de provas”, que, segundo ela, caracterizam os discursos das instituições midiáticas que se inscrevem na formação discursiva de centro-direita.

### **3.5 O simulacro do Outro no Mesmo: uma questão de FD**

Em nosso percurso, buscamos discutir as questões as quais propusemos inicialmente. Assim, ao refletir sobre o modo de funcionamento da polêmica, outros questionamentos se impuseram e, a partir do imbricamento de categorias teóricas, percebemos a funcionalidade de um estudo que priorize a heterogeneidade em forma de simulacro e, por conseguinte, o primado do interdiscurso.

A polêmica é, como vimos, materializada no interior de um espaço discursivo por meio de relações estabelecidas com diversas formações discursivas. O espaço discursivo que construímos constitui-se, pois, de duas formações discursivas por nós denominadas: FD de centro-direita e FD de centro-esquerda.

As formulações enunciativas materializadas nos textos em análise foram determinantes para caracterizarmos estas formações discursivas. Isso foi possível porque os sentidos formulados e dados a circular em *Veja* e *CartaCapital*, por meio do discurso do Mesmo e do discurso do Outro, tendiam a uma certa regularidade semântica no modo de interpretar os acontecimentos históricos e os acontecimentos discursivos inseridos na rede midiática. Tal regularidade, contudo, enquadrou-se, a nosso ver, em duas óticas discursivas que se opõem e, assim, caracterizamos as duas formações discursivas em polos totalmente antagônicos.

As expressões “dossiê” e “levantamento de dados” revelam-se como rótulos dessas duas formações discursivas opostas no interior de um espaço discursivo. Como já vimos, dizer um “dossiê” significa crer (ou fazer crer) na existência do “dossiê” elaborado para chantagem, ao passo que não dizer um “dossiê” e sim um “levantamento de dados”

significa negar a existência do “dossiê” e defender a existência de um banco de dados de acompanhamento e controle do Suprim.

*Veja* filia-se à FD de centro-direita e, assim, emprega, com predominância, o termo “dossiê”. Em contrapartida, *CartaCapital*, embora tente mostrar-se imparcial, inscreve-se na FD de centro-esquerda, por isso emprega as denominações “levantamento”, “banco de dados”, “pseudodossiê”, “suposto dossiê”, dentre outros.

As filiações destas instituições midiáticas às formações discursivas em pauta são observáveis não apenas pelas escolhas lexicais, formulações linguísticas e enunciados imagéticos que destacamos, mas também pelos discursos Outros que são citados para corroborar seus argumentos e ainda os discursos Outros que são traduzidos em forma de simulacro e, assim, para serem desautorizados.

Constatamos que os enunciadores que se inscrevem na FD de centro-esquerda são o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros do atual governo, em especial, a ministra Dilma Rousseff, funcionários da presidência e políticos do PT e dos partidos que integram a base aliada do governo e, considerando os textos que analisamos, a revista *CartaCapital*. Por sua vez, os enunciadores que se filiam à outra FD, a de centro-direita, são, principalmente, os políticos do PSDB e do DEM e a revista *Veja*. Os jornalistas de *Veja* e *CartaCapital* possuem, então, uma multiplicidade de discursos, diante dos quais revelam não apenas sua competência discursiva - ao reconhecer enunciados pertencentes a sua FD e ao produzir novos enunciados também pertencentes a essa FD - mas ainda sua competência interdiscursiva - ao reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da(s) formação (ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro e ao traduzir esses discursos Outros nas categorias semânticas de seu próprio sistema de restrições. (MAINGUENEAU, 2007, p.56-7)

A polêmica como interincompreensão se instaura visivelmente em nosso material de análise. Em *Veja* o discurso Outro é representado pelos discursos dos enunciadores que se inscrevem na FD de centro-esquerda, já em *CartaCapital* o discurso Outro é o discurso dos enunciadores que se inserem na FD mais de centro-direita, incluindo a instituição midiática *Veja*. E esses discursos Outros são necessários, é a partir deles que os discursos Mesmos se constituem. Para Maingueneau (2007, p. 118), “a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se”.

Diante dessa polêmica discursiva, é inegável que os dizeres que se inscrevem numa ou noutra formação discursiva remetem a um mesmo acontecimento histórico. Mas

este, a partir de grades semânticas distintas, é significado diferentemente.

Como o acontecimento discursivo é construído no próprio processo de interpretação, os acontecimentos discursivos sobre o caso da (não) produção do “dossiê” que tentamos analisar se digladiam para escrever a história conforme suas óticas e suas conveniências.

## CONCLUSÃO

*O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as 'coisas-a-saber' coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de 'saber do que se fala' porque esses objetos estão inscritos numa filiação (...). O fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece.*

Michel Pêcheux

Com a finalidade de analisar como os sentidos sobre o tema corrupção no âmbito do escândalo dos cartões corporativos do governo federal brasileiro são produzidos, observamos o funcionamento da escrita jornalística nas revistas impressas *Veja* e *CartaCapital*.

Nesse acontecimento discursivo, uma relação interdiscursiva entre a FD de centro-direita e a FD de centro-esquerda é estabelecida. Constatamos que há três eixos centrais que cimentam o espaço discursivo no qual a FD de centro-direita e a FD de centro-esquerda polemizam. Esses três eixos, a partir dos quais desenvolvemos nossa análise, pautam-se: 1) nos sentidos que são atribuídos à corrupção via cartões corporativos desde o momento de sua implantação em 2001 no Governo FHC; 2) nos sentidos produzidos acerca da necessidade de instalar a CPI dos Cartões; e 3) nos sentidos atribuídos à elaboração (ou não) de “dossiê” pelo atual governo para chantagear opositores.

Ao focalizarmos nosso primeiro eixo, no segundo capítulo, analisamos como a memória é atualizada, observando já-ditos que são apagados, retomados e oferecidos a discursos futuros e, nesse sentido, como *Veja* e *CartaCapital* significam o tema corrupção. Ao buscarmos respostas para essas inquietações, constatamos que *Veja* tende a apagar os discursos de denúncias de corrupção no Governo FHC e a retomar discursos que se referem a escândalos políticos durante o Governo Lula. Já *CartaCapital*, cujos textos que analisamos surgem como respostas aos discursos que circularam anteriormente na mídia acerca desse acontecimento, retoma já-ditos que expõem, de certa maneira, o Governo FHC.

O conjunto de traços semânticos globais que governa o discurso de *Veja* permite a produção de efeitos de sentidos - ao retomar dados considerados “negativos” do Governo Lula e ao apagar dados considerados “negativos” do Governo FHC – que versam sobre um grande esquema de corrupção via cartões corporativos na gestão Lula; sentidos que se inscrevem na FD de centro-direita.

Já o discurso de *CartaCapital* é regido por um sistema de restrições que – ao retomar dados considerados “negativos” do Governo FHC – permite a produção de sentidos em torno de uma história “não edificante”, mas “mal contada”. Por isso, em resposta aos discursos da “mídia”, a revista produz efeitos de sentidos não só que negam esse grande esquema de corrupção via cartões corporativos no Governo Lula, mas que afirmam “avanços na fiscalização” e maior “transparência” nas contas emergenciais com o uso dos cartões. Assim, os sentidos produzidos por *CartaCapital* marcam sua filiação à formação discursiva de centro-esquerda.

Ainda no segundo capítulo, desenvolvemos uma segunda seção, na qual abarcamos nosso segundo eixo: os sentidos construídos em torno da necessidade de criar a CPI para investigar o uso dos cartões. Constatamos, inicialmente, que *CartaCapital* caracteriza a CPI como “CPI da Tapioca” e que *Veja* não utiliza essa expressão. Com o objetivo de averiguarmos as condições de enunciabilidade dessa expressão, empreendemos uma análise mais minuciosa do *corpus* e pudemos verificar, por fim, que a expressão “CPI da Tapioca” retoma já-ditos que consideram desnecessária a criação da CPI, já-ditos que se inscrevem na FD de centro-direita.

No terceiro capítulo, para darmos conta do terceiro eixo que estabelecemos: o episódio da elaboração - ou não - do dossiê pelo Governo Lula para chantagear a oposição na CPI dos Cartões Corporativos, analisamos como a polêmica é materializada. Nessa perspectiva, buscamos respostas para nossos questionamentos: Em que medida os dizeres “dossiê” e “levantamento de dados” podem representar duas formações discursivas dentro de um espaço discursivo? As revistas *Veja* e *Carta Capital* apresentam o discurso Outro para ser desqualificado?

Pudemos verificar que as escolhas lexicais – dossiê ou levantamento de dados – caracterizam dois discursos distintos que se inscrevem em duas formações discursivas opostas: FD de centro-direita e FD de centro-esquerda. Como mencionamos, dizer um “dossiê” significa crer (ou fazer crer) na existência do “dossiê” elaborado para chantagem, ao passo que não dizer um “dossiê” e sim um “levantamento de dados” (ou ainda “banco de dados”, “pseudodossiê”, “suposto dossiê”, dentre outros) significa negar a existência do

“dossiê” e defender a existência de um banco de dados de acompanhamento e controle do Suprim. O primeiro posicionamento discursivo, assumido por *Veja*, marca sua filiação à FD de centro-direita; já o segundo posicionamento, assumido por *CartaCapital*, marca sua inscrição na FD de centro-esquerda.

Ao buscarmos possíveis comprovações para nossa hipótese de que as revistas *Veja e CartaCapital* citam o discurso Outro para ser desautorizado, constatamos que:

1) *Veja* apresenta discursivamente dois lugares de interpretação sedimentados por dois posicionamentos discursivos: o que utiliza o termo dossiê e o que não utiliza tal termo e sim levantamento. E ainda se vale dos dizeres que negam veementemente a existência do dossiê – dizeres do Outro: representantes do Governo Lula e aliados do PT - para desacreditá-los, em prol de validar o seu posicionamento discursivo, por conseguinte fazer valer a “verdade” de que o Governo Federal produziu um dossiê para chantagear opositoristas na CPI dos Cartões Corporativos.

2) No discurso de *CartaCapital*, a polêmica materializa-se na contestação do simulacro criado pelo discurso de *Veja* e da mídia – discurso Outro - acerca das explicações do Governo Lula e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Nessa perspectiva, averiguamos qual(is) traço(s) semântico(s) de *Veja* que *CartaCapital* rejeita e pudemos verificar que *CartaCapital* recusa o termo “dossiê” – traço semântico utilizado por *Veja* e a mídia - e todas as formulações enunciativas que estão relacionadas à elaboração desse documento pelo atual governo e, assim, reivindica as expressões “manipulação de informações”, “mentiras”, “distorção de fatos”, “falta de provas”, que, segundo ela, caracterizam os discursos das instituições midiáticas que se inscrevem na formação discursiva de centro-direita. Nessa tarefa de recusar tal traço semântico – o sema negativo “dossiê” - e reivindicar os semas positivos – levantamento de dados, dentre outros, e ainda, em resposta aos discursos de *Veja*, expulsar o simulacro do Outro, a polêmica em *CartaCapital* revela apenas uma interincompreensão radical, pois os discursos da revista não se entregam ao ritual de admissão-expulsão dos discursos Outros. (MAINGUENEAU, 2007, p. 118)

3) Os discursos dos leitores publicados em *Veja e CartaCapital* materializam novas formulações dos dizeres dos jornalistas que são retomados e valorizados. E, como os sentidos produzidos pelos repórteres, nesse caso, são de desqualificação dos discursos Outros, os leitores atualizam esse posicionamento discursivo. Nos discursos dos leitores de *Veja*, a memória é atualizada a partir dos simulacros que a própria revista constrói dos discursos Outros e, assim, a polêmica instaurada nos discursos de repórteres entra em redes de memória e as declarações de leitores já materializam, na própria revista, a memória que *Veja* busca



construir de acordo com a formação discursiva mais de centro-direita. Já nos discursos dos leitores de *CartaCapital*, regidos pela mesma formação discursiva dos jornalistas - de centro-esquerda - materializam-se respostas ao discurso Outro – da oposição e da mídia – que, para ser anulado, é caracterizado como “mentira”, cujo motivo de sua produção é a “eleição presidencial”.

Como os discursos dos enunciadores das revistas focalizadas são governados por sistemas de restrições que regem o posicionamento discursivo de cada uma dessas instituições midiáticas, foi imprescindível observar a competência discursiva desses enunciadores ao produzir efeitos de sentidos. Silva (2008, p. 30) destaca que, para Maingueneau, a noção de competência permite compreender como o enunciador é “‘capaz’ não apenas de interpretar os enunciados produzidos no interior do discurso do qual ele é sujeito, mas também de recusar os enunciados que não estejam em conformidade com as regras que regem a semântica global desse discurso”. Com base na noção de competência interdiscursiva, observamos também como a heterogeneidade se materializa, visto que “ela constitui um sistema interdiscursivo que supõe a presença constante do Outro no coração de cada discurso” (MAINGUENEAU, 2007, p. 60). Nos discursos que analisamos, destacamos a heterogeneidade entre enunciadores que pertencem à mesma formação discursiva, mas atribuímos maior atenção à heterogeneidade em forma de simulacro, porque essa noção corresponde mais diretamente aos nossos objetivos.

Vimos, portanto, que a relação polêmica estabelecida entre *Veja* e *CartaCapital* “está fundada nesta dupla repartição: cada pólo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo” (MAINGUENEAU, 2007, p. 60)

As cartas de leitores nos possibilitaram considerar a relação entre passado e futuro proporcionada pelo jornalismo, visto que analisar os acontecimentos do presente é buscar compreender como os já-ditos se atualizam no dizer e como esse dizer consiste num espaço de abertura para discursos futuros. A esse processo de antecipação, Mariani (1998) refere-se como uma espécie de “memória de futuro”:

A memória pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização.(...) O “recordar” possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando

assim uma espécie de “memória do futuro” tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias. (p.38)

As cartas dos leitores referentes às reportagens que analisamos revelaram-se como discursividades imprescindíveis para averiguarmos o funcionamento de enunciados que se inserem em redes numa perspectiva de aberturas para o futuro, num domínio de antecipação. E, mais ainda, a análise das cartas corroborou o processo de construção do espaço discurso constituído da FD de centro-direita e da FD de centro-esquerda que governa o discurso de cada instituição jornalística na construção de uma escrita da história do escândalo dos cartões corporativos.

A fim de sintetizar nossas constatações, elegemos, para esboçar aqui, apenas alguns traços semânticos detectados a partir dos três eixos que estabelecemos para análise e que podem demonstrar a filiação de *Veja* e *CartaCapital* à FD de centro-direita e à FD de centro-esquerda respectivamente.

Quadro 1 – Espaço discursivo representado pela FD de centro-esquerda e FD de centro-direita no escândalo dos cartões corporativos

<b>Eixos centrais</b>	<b>FD de centro-direita <i>Veja</i></b>	<b>FD de centro-esquerda <i>CartaCapital</i></b>
Fase das primeiras denúncias	. início: mensalão . despesas parciais: gastos dos cartões corporativos  . acusação ao Governo Lula	. tradição . despesas totais: gastos dos cartões corporativos e das contas tipo B . resposta: prejudicar a popularidade de Lula
Instalação da CPI	. CPI dos Cartões Corporativos . gastos milionários . acusação ao Governo Lula	. CPI da Tapioca . casos de pequena dimensão . resposta: atingir Lula
Elaboração de dossiê	. dossiê . acusação ao Governo Lula: chantagem parte da Casa Civil	. levantamento de dados . resposta: mentira de <i>Veja</i> , atingir Dilma Rousseff (suposta candidata do PT)

Como podemos observar, as duas formações discursivas que analisamos nesta dissertação apresentam semânticas que se recusam mutuamente. Enquanto *Veja* assume a posição de acusadora do Governo Lula, em todos os episódios, *CartaCapital* assume a posição de defensora, também em todos os episódios, produzindo sentidos que apontam o objetivo da mídia e da oposição: atingir o Governo Lula.

Verificamos que *Veja* produz efeitos de sentidos que atribuem grandiosidade às irregularidades no uso dos cartões corporativos no Governo Lula, aproximando-as de um grande esquema de corrupção, e que *CartaCapital* produz efeitos de sentido que distanciam tais irregularidades de atitudes corruptas e comprometedoras. Como vimos, a escrita de alguns episódios da história dos cartões corporativos se materializa no interior de uma relação interdiscursiva entre a FD de centro-direita e a FD de centro-esquerda. Por isso, essas instituições midiáticas lutam pela estabilização de sentidos que se encontram em polos opostos e, dessa forma, travam uma disputa pela memória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, (19), jul/dez.1990.

BARONAS, R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, V e NAVARRO, P.(Org.) **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Braziliense, 1988.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929 -1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

CALLADO, A. A. O jornalismo brasileiro visto pelos críticos. In:DINES, A., VOGT, C. e MELO, J.M. (Org.) **A imprensa em questão**. Campinas,SP: Ed. da Unicamp, 1997.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COURTINE, J.J. **Analyse du discours politique**. Langages .Nº 62, 1981. Disponível em: [www.filo.uba.ar/contenidos/carreras/letras/catedras/linguistica](http://www.filo.uba.ar/contenidos/carreras/letras/catedras/linguistica). Acesso em: 09 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. O chapéu de Clémentis.Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY,F. e FERREIRA, M.C.L. **Os múltiplos territórios do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. **Papel da memória**. Campinas,SP: Pontes, 1999.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERREIRA, M.C.L.O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. (Org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

FRESNAULT-DERUELLE, P. **L'éloquence des images**. Paris: PUF, 1993.

FOUCAULT, M. (1969). **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder- saber**. (Vol. 4). Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. Retornar à história. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.

GREGOLIN, M.R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M.R.(Org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: 2003.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C.A. e SANTOS, J.B.C. **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia : Entremeios, 2004b.

\_\_\_\_\_. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas. In: SARGENTINI, V e NAVARRO, P.(Org.) **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004c.

GUILHAUMOU, J. e MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. (Org) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas,SP: Ed. da Unicamp, 1994.

GUILHAUMOU, J. **Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

INDURSKY, F. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. (Org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

JOLY , Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

KRIEG-PLANQUE, A. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. Linguagem, mar.2009. Disponível em: [www.letras.ufscar.br/linguagem](http://www.letras.ufscar.br/linguagem). Acesso em: 02 ago. 2009.

MAINGUENEAU, D. (1987). **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Ed. da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. (1984) **Gênese dos discursos**. Curitiba/PR: Criar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, R.L.(Org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

MARIANI, B.S.C. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARTINS E SILVA, V. R. AD de todas as épocas. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. (Org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

MATTIUSI, D. O jornalismo brasileiro visto pelos críticos. In: DINES, A., VOGT, C. e MELO, J.M. (Org.) **A imprensa em questão**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

MÀZIERE, F. **A Análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MELO, J.M. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NAVARRO, P. L. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V e NAVARRO-BARBOSA, P.L. **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Navegar foi preciso? O discurso do jornalismo impresso sobre os 500 anos do Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2004b.

\_\_\_\_\_. O pesquisador da mídia: entre a "aventura do discurso" e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, I. (Org.) **Estudo do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens)**,

identidade e memória. São Carlos: Claraluz, 2008.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J. e NORA. P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

OZÓRIO, L.L. Objetividade jornalística: eis a questão! Disponível em <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno07-13.html>. Acesso em: 29 ago. 2009.

PAVEAU, M. e SARFATI, G. **As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. Overture du Colloque Matérialités Discursives. In: CONEIN, B. COURTINE, J., GADET, F. MARANDIN, J.M. e PÊCHEUX, M. **Matérialités discursives**. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. (1975) **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. (1983). **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J.J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.

POSSENTI, S. Apresentação. In: MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba/PR: Criar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

SARGENTINI, V. M. O. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o *corpus* na análise do discurso. In: BARONAS, R.L. (Org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. O arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L. e GASPAS, N. (Org.) **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2008.

SILVA, E.G. Competência discursiva e polêmica na constituição do discurso religioso. In: POSSENTI, S. e BARONAS, R.L.(Org.). **Contribuições de Dominique Maingueneau para a análise do discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Ed. da UnB, 2008.

## **REVISTAS ANALISADAS**

REVISTA CARTA CAPITAL. Ano XIV, nº 482, 13/02/2008.

REVISTA CARTA CAPITAL. Ano XIV, nº 483, 20/02/2008.

REVISTA CARTA CAPITAL. Ano XIV, nº 484, 27/02/2008.

REVISTA CARTA CAPITAL. Ano XIV, nº 489, 02/04/2008.

REVISTA CARTA CAPITAL. Ano XIV, nº 490, 09/04/2008.

REVISTA CARTA CAPITAL. Ano XIV, nº 491, 16/04/2008.

REVISTA VEJA. Edição 2047 – ano 41- nº 6, Editora Abril, 13/02/2008.

REVISTA VEJA. Edição 2048 – ano 41- nº 7, Editora Abril, 20/02/2008.

REVISTA VEJA. Edição 2049 – ano 41- nº 8, Editora Abril, 27/02/2008.

REVISTA VEJA. Edição 2054, Ano 41, nº 13, Editora Abril, 02/04/2008.

REVISTA VEJA. Edição 2055 – ano 41- nº 14, Editora Abril, 09/04/2008.

REVISTA VEJA. Edição 2053, Ano 41, nº 12, Editora Abril, 26/03/2008.

## **SITES CONSULTADOS**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u368661.shtml> . Acesso em: 31 jan. 2009.



<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/130208/capa.html>. Acesso em: 25 jul. 2008.

[http://veja.abril.com.br/130208/p\\_050.shtml](http://veja.abril.com.br/130208/p_050.shtml). Acesso em: 25 jul. 2008.

[http://veja.abril.com.br/130208/popup\\_capa01.html](http://veja.abril.com.br/130208/popup_capa01.html). Acesso em: 25 jul. 2008.

[http://veja.abril.com.br/020408/p\\_056.shtml](http://veja.abril.com.br/020408/p_056.shtml). Acesso em: 10 fev. 2009.

[http://veja.abril.com.br/260308/p\\_046.shtml](http://veja.abril.com.br/260308/p_046.shtml). Acesso em: 10 fev. 2009.

[http://veja.abril.com.br/200208/p\\_050.shtml](http://veja.abril.com.br/200208/p_050.shtml). Acesso em: 17 jan. 2010.